



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Lizie Câmara Moita de Andrade

**Do quase nada ao praticamente tudo: uma análise espacial da evolução da
votação dos candidatos do Partido dos Trabalhadores à presidência no
Nordeste**

Rio de Janeiro
2013

Lizie Câmara Moita de Andrade

Do quase nada ao praticamente tudo: Uma análise espacial da evolução da votação dos candidatos do Partido dos Trabalhadores à presidência no Nordeste

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Área de concentração: Ciência Política

Orientadora: Prof^ª PhD Argelina Maria Cheibub Figueiredo

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA IESP

A553

Andrade, Lizie Câmara Moita de.

Do quase nada ao praticamente tudo: uma análise espacial da evolução da votação dos candidatos do Partido dos Trabalhadores à Presidência no nordeste / Lizie Câmara Moita de Andrade. – 2013. 99 f.

Orientador: Argelina Maria Cheibub Figueiredo.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Eleições – Brasil, Nordeste - Teses. 2. Análise espacial (Estatística) – Teses. 3. Partidos dos Trabalhadores (Brasil) – Teses. 4. Programa Bolsa Família (Brasil) – Teses. 5. Ciência Política – Teses. I. Figueiredo, Argelina Maria Cheibub. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 378(043.2)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Lizie Câmara Moita de Andrade

**Do quase nada ao praticamente tudo: uma análise espacial da evolução da
votação dos candidatos do Partido dos Trabalhadores à presidência no
Nordeste**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Área de concentração: Ciência Política

Aprovado em 19 de agosto de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. PhD Argelina Maria Cheibub Figueiredo (Orientadora)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos
Instituto de Estudos Sociais e Políticos -UERJ

Prof. Dr^a. Sônia Luiza Terron
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

Ao meu avô Juraci, por ser o nordestino que mais acreditou na presidência do PT que eu conheço, e à minha mãe, meu irmão e meu pai, pelo apoio sem o qual esse trabalho não teria sido concluído.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus. Agradeço à minha mãe e ao meu irmão que me apoiaram desde o primeiro instante na ideia de ir cursar o mestrado no Rio de Janeiro e que deram todo o apoio necessário para minha mudança e instalação na cidade. Ao meu pai que mesmo sem gostar muito da ideia, não deixou de me apoiar quando mais precisei. À minha prima Beatriz Câmara e à sua família que me deram todo suporte e acolhimento necessário no Rio de Janeiro. À minha tia Denize Azambuja que me hospedou no meio da obra da sua casa para que eu pudesse fazer a prova. À Maria da Conceição por tudo que ela significa. Aos meus amigos de Brasília que foram me visitar no Rio e aos que não foram também. Aos meus grandes amigos da Universidade de Brasília de quem a distância não foi capaz de me afastar. Aos meus amigos de infância, do Jota, por estarem sempre lá. Enfim, a todos que considero família, na definição ampla da palavra.

Agradeço, também, à minha orientadora Argelina Figueiredo, por ter me guiado nessa árdua e longa caminhada de escrever a dissertação. À grande professora Sônia Terron (nem sei se pode agradecer membro da banca) cujo trabalho e aulas me inspiraram na escolha de meu tema. A toda turma de Análise Espacial que foram grandes companheiros de trajetória, gente de quem eu vou me lembrar com carinho para o resto da vida. A todos os professores do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ) que me fizeram admirar esse Instituto não só por ser um ambiente de grande produção acadêmica, mas por ser um ambiente humano. Ao professor Nelson Valle por ter sido um grande mestre e ter me proporcionado todos os conhecimentos que tenho de metodologia quantitativa e a oportunidade de ter sido monitora da melhor turma de Lego I, a quem devo meu emprego hoje e à sua monitora Denise.

Aos amigos que fiz durante o mestrado que são poucos, mas bons. Ao pessoal da Revista dos Alunos do IESP por todas as reuniões sobre a mesma que me ensinaram muito sobre publicações. À todo pessoal da minha turma do mestrado, por terem sido grandes companheiros nessa trajetória.

RESUMO

ANDRADE, Lizie Câmara Moita de. *Do quase nada ao praticamente tudo: uma análise espacial da evolução da votação dos candidatos do Partido dos Trabalhadores à presidência no Nordeste*. 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Mudanças marcantes no perfil geográfico eleitoral do Brasil, no que diz respeito às eleições para Presidente da República, aconteceram no ano de 2006. Candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT) que antes eram bem votados em regiões mais desenvolvidas do país, passaram a ganhar as eleições, com grande margem de preferência, nas regiões mais pobres do país. Entenda por regiões mais pobres as regiões Norte e Nordeste. Esse trabalho pretende traçar um histórico da relação eleitoral da Região Nordeste do Brasil com os candidatos do Partido dos Trabalhadores ao cargo de Presidente da República desde a redemocratização. O objetivo é entender a relação entre a opção de voto em candidatos desse partido e o desenvolvimento socioeconômico ao longo do tempo da região, levando em consideração também o programa Bolsa Família para tentar comprovar a sua racionalidade. Além disso, este trabalho faz um estudo de caso da votação da cidade de Viçosa do Ceará para exemplificar o fato de que a indução do voto para candidatos de âmbito federal por representantes locais não é mais a regra da região e sim a exceção. A investigação usa análise bibliográfica, histórica e métodos de análise estatística, principalmente, técnicas de análise espacial.

Palavras-chave: Eleições presidenciais brasileiras. Nordeste do Brasil. Análise Espacial. Partido dos Trabalhadores. Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

ANDRADE, Lizie Câmara Moita de. *About nothing to almost all: a spatial analysis of the development of vote in Partido dos Trabalhadores president candidates on Northeast of Brazil*. 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Deeply changes on the electoral geographic perfil, on the subject president Brazil elections, happened in 2006. Candidates of the *Partido dos trabalhadores (PT)* - Worker's Party - , that until this moment used to be voted on the more developed regions of the country, passed to win the elections with a great difference on the poorest regions of Brazil. Understand as poorest regions of Brazil as North and Northeast. This research, intend to do a historic of the relation between the Northeast Region and the workers party candidates to the post of president since the democratization period, on the 1990. The challenge is try to understand the relation between the options of vote on candidates of this party and the socioeconomic development, over time, on the region, considering the *Bolsa Família* program. Beyond this challenge, this dissertation also brings the case of *Viçosa do Ceará* that shows that the vote in federal ambit induction by representatives of local power is not the rule any more, but de exception. This investigation uses bibliography and historical analysis and statistical methods, mainly of spatial analysis.

Keywords: Brazilian presidential elections. Northeast of Brazil. Spatial Analysis. *Partido dos Trabalhadores*. *Bolsa Família* program.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 -	Região Nordeste por Mesorregiões	15
	Padrões de Votação nos Candidatos do PT à presidência no	
Quadro 1.1 -	Nordeste	25
Quadro de	Histórico de Mapas de Cluster da Votação dos Candidatos do	
Mapas 1.1 -	PT no Nordeste	27
Quadro de	Histórico de Mapas de Quartil da Votação dos Candidatos do	
Mapas 1.2 -	PT no Nordeste.	29
Mapa 2.1 -	Mapa de Cluster de Ciro Gomes no 1º turno de 2002	45
	Mapa de Quartil do Alcance do Programa Bolsa Família no	
Mapa 2.2 -	Nordeste em 2006	52
	Mapa de Cluster do Alcance do Programa Bolsa Família no	
Mapa 2.3 -	Nordeste em 2006	54
Quadro 2.1 -	Níveis de Desenvolvimento por IFDM	57
	Quadro comparativo de Partidos na Prefeitura de Viçosa Ceará,	
Quadro 3.1 -	no Governo do Ceará e na Presidência do Brasil 1989-2010	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Crescimento comparativo das regiões	17
Tabela 1.1 -	Índices de Moran	24
	- Médias da proporção de votação dos Candidatos do PT à	
Tabela 1.2 -	Presidência nos Municípios do Nordeste (%)	28
	Porcentagem média de votos que Lula obteve no 1º turno de	
Tabela 2.1 -	1989 por população	35
	Tabela de Coeficientes e Significância da Regressão Múltipla	
	da variável dependente proporção de votos de Lula em 1998	
Tabela 2.2 -	por município	39
	Tabela de Coeficientes e Significância da Regressão Múltipla	
	da variável dependente proporção de votos de Lula no 1º turno	
Tabela 2.3 -	de 2002 por município	42
	Votação obtida por Lula no 2º turno de 2002 por Região do	
Tabela 2.4 -	Brasil	43
Tabela 2.5 -	IDH médio dos municípios por Região do Brasil.	43
	Tabela de Coeficientes e Significância da Regressão Múltipla	
	da variável dependente proporção de votos de Lula no 2º turno	
Tabela 2.6 -	de 2002 por município	44
	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) médio	
Tabela 2.7 -	por Região do Brasil nos anos 2002 e 2006	57
	Divisão de Municípios do Nordeste por Nível de	
Tabela 2.8 -	desenvolvimento em 2000 e 2006	58
	Tabela de Coeficientes e Significância da Regressão Múltipla	
	da variável dependente proporção de votos de Lula no 2º turno	
Tabela 2.9 -	de 2006 por município	61
	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) médio	
Tabela 2.10 -	por Região do Brasil nos anos 2006 e 2010	63
	Divisão de Municípios do Nordeste por Nível de	
Tabela 2.11 -	desenvolvimento em 2006 e 2010	64
	Tabela de Coeficientes e Significância da Regressão Múltipla	
	da variável dependente proporção de votos de Lula no 2º turno	
Tabela 2.12 -	de 2010 por município	65
	Sumário de Dados sobre eleições e desenvolvimento por	
Tabela 3.1 -	Estado do Nordeste	68
	Proporção de beneficiários do Programa Bolsa Família em	
Tabela 3.2 -	2006 e 2010 por Estado	70
Tabela 3.3 -	Dados de Zucco comparados ao de Fontenele	75
	Dados comparativos sobre desenvolvimento e alcance do	
Tabela 3.4 -	Programa Família	77
	Tabela comparativa dos modelos de Regressão para o segundo	
Tabela 4.1 -	turno de 1989	90
	Tabela comparativa dos modelos de Regressão para a eleição	
Tabela 4.2 -	de 1994	90
	Tabela comparativa dos modelos de Regressão para Eleição de	
Tabela 4.3 -	1998	91
Tabela 4.4 -	Tabela comparativa dos modelos de Regressão para o primeiro	92

	turno de 2002	
Tabela 4.5 -	Tabela comparativa dos modelos de Regressão para o segundo turno de 2002	92
Tabela 4.6 -	Tabela comparativa dos modelos de Regressão para a Eleição de 2006	93
Tabela 4.7 -	Tabela comparativa dos modelos de Regressão para a Eleição de 2010	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 -	Diagrama de Dispersão de Moran	22
Gráfico 1.2 -	Diagramas de Dispersão de Moran para Eleições no Nordeste	23
Gráfico 2.1 -	Divisão dos Grupos Municípios do Nordeste por porcentagem da população atendida pelo Programa Bolsa Família	50
Gráfico 2.2 -	Box Plot do Alcance do Programa Bolsa Família no Nordeste em 2006	53
Gráfico 2.3 -	Box Plot da votação de Lula em 2006 no Nordeste	55
Gráfico 2.4 -	Box Plot da votação de Lula em 2002 no Nordeste	56
Gráfico 2.5 -	Divisão dos Municípios do Nordeste em Níveis de Desenvolvimento em 2000 e 2006	58
Gráfico 2.6 -	Divisão dos Municípios do Nordeste em Níveis de Desenvolvimento em 2006 e 2010	63
Gráfico 3.1 -	Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado do Maranhão	71
Gráfico 3.2 -	Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado do Piauí.	72
Gráfico 3.3 -	Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado do Ceará	73
Gráfico 3.4 -	Comparação das votações obtidas no Nordeste, no Ceará e em Viçosa do Ceará	75
Gráfico 3.5 -	Comparação dos dados de Fontenele e Zucco	76
Gráfico 3.6 -	Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado do Rio Grande do Norte	80
Gráfico 3.7 -	Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado do Paraíba	81
Gráfico 3.8 -	Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado do Pernambuco	83
Gráfico 3.9 -	Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado do Alagoas.	84
Gráfico 3.10 -	Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado do Sergipe.	85
Gráfico 3.11 -	Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado do Bahia	87
Gráfico 3.12 -	Votação média por Estado	88

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
	PADRÕES GEOGRÁFICOS ELEITORAIS DO NORDESTE DE 1989	
1	A 2010	20
	CONDICIONANTES DO VOTO DE ELEITORES NORDESTINOS	
2	PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA	34
2.1	Eleições de 1989	34
2.2	Eleições de 1994	36
2.3	Eleições de 1998	38
2.4	Eleições de 2002	40
2.5.	Eleições de 2006	46
2.5.1	<u>O Programa Bolsa Família e a Região Nordeste do Brasil</u>	46
	<u>Eleições de 2006 e a votação de Lula no Nordeste: <i>Foi a economia ou o</i></u>	
2.5.2	<u><i>Bolsa Família, companheiro?</i></u>	54
2.5.2.1	O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal	57
2.6	Eleições de 2010	61
	As eleições e a mudança na relação entre o eleitorado nordestino e os	
2.7	candidatos do Partido dos Trabalhadores à Presidência	65
	OS ESTADOS DO NORDESTE E SUA RELAÇÃO COM OS	
3	CANDIDATOS DO PT À PRESIDÊNCIA PÓS-DEMOCRATIZAÇÃO	67
3.1	Maranhão	71
3.2	Piauí	72
3.3	Ceará	73
3.3.1	<u>O curioso caso de Viçosa do Ceará</u>	74
3.4	Rio Grande do Norte	79
3.5	Paraíba	81
3.6	Pernambuco	82
3.7	Alagoas	84
3.8	Sergipe	85
3.9	Bahia	86
3.10	Nordeste – Uma região aparentemente homogênea	88
4	REGRESSÕES ESPACIAIS	89
	CONCLUSÃO	95
	REFERÊNCIAS	98

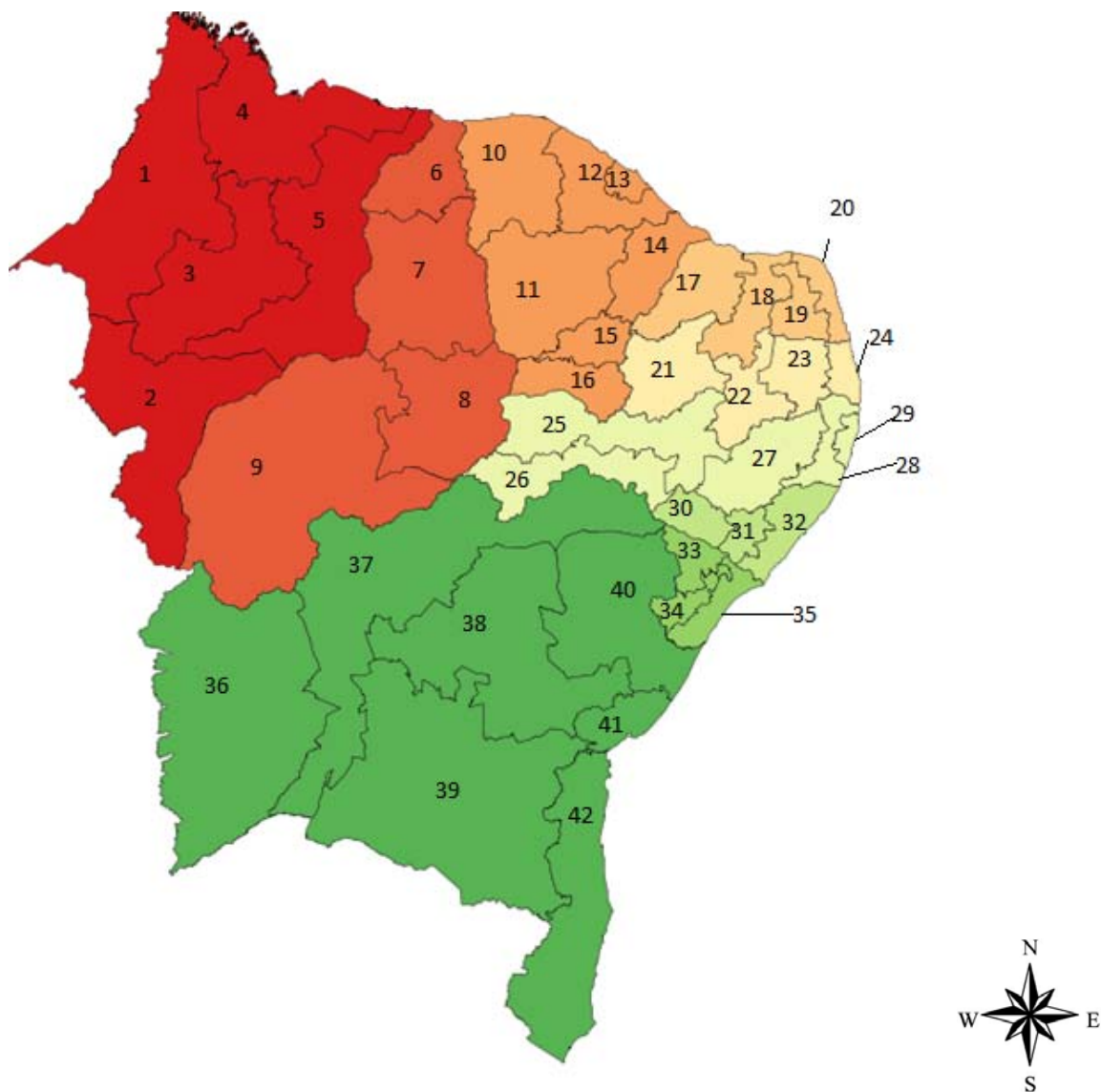
INTRODUÇÃO

O Brasil se divide em cinco regiões: sul, sudeste, centro-oeste, nordeste e norte. A Região Nordeste durante muito tempo e talvez até hoje é vista como a região menos desenvolvida do país. Ela se divide em 9 Estados e em 42 mesorregiões (veja o mapa 1). Nos últimos 10 anos, a Região Nordeste foi a que mais cresceu no país.

Nesse trabalho, usaremos os 1793 municípios da região como unidade de análise para entender o fenômeno eleitoral recente favorável aos candidatos à presidente do Partido dos Trabalhadores. Os altos índices de votação para Lula em 2006 foram os grandes responsáveis pela eleição do Presidente.

Na ciência política existem muitas teorias que pretendem explicar a opção por um ou outro candidato, que discutem antes de tudo a opção do eleitor por votar ou não. De acordo Figueiredo (2008), durante cada rodada de votações o eleitor opta entre abster-se, votar nulo, votar branco ou entregar o seu voto a um dos candidatos. Essa escolha tem haver com o que o eleitor espera do futuro e qual a expectativa que tem diante de sua escolha. Se ele acredita que seu voto tem possibilidade de conseguir alterar ou manter algo de sua realidade no futuro ele vota, se ele não no poder do voto ele nem opta por nenhum candidato. Optar por um candidato significa escolher entre programas de ações que tragam resultados que se mais se aproximam da preferência política do eleitor. Em seu livro, *“A decisão do voto – democracia e racionalidade.”*, Figueiredo faz um apanhado geral das teorias explicativas do que leva um indivíduo a optar por votar e optar por um candidato ou outro nesse contexto.

Mapa 1
Região Nordeste dividida em mesorregiões



ESTADO	ID	MESORREGIÃO
MARANHÃO	1	OESTE MARANHENSE
	2	SUL MARANHENSE
	3	CENTRO MARANHENSE
	4	NORTE MARANHENSE
	5	LESTE MARANHENSE
PIAUI	6	NORTE PIAUIENSE

	7	CENTRO-NORTE PIAUIENSE
	8	SUDOESTE PIAUIENSE
	9	SUDESTE PIAUIENSE
CEARÁ	10	NOROESTE CEARENSE
	11	SERTÕES CEARENSES
	12	NORTE CEARENSE
	13	METROPOLITANA DE FORTALEZA
	14	JAGUARIBE
	15	CENTRO-SUL CEARENSE
	16	SUL CEARENSE
RIO GRANDE DO NORTE	17	OESTE POTIGUAR
	18	CENTRAL POTIGUAR
	19	AGRESTE POTIGUAR
	20	LESTE POTIGUAR
PARAÍBA	21	SERTÃO PARAÍBANO
	22	BORBOREMA
	23	AGRESTE PARAIBANO
	24	MATA PARAIBANA
PERNAMBUCO	25	SERTÃO PERNAMBUCANO
	26	SÃO FRANCISCO PERNAMBUCANO
	27	AGRESTE PERNAMBUCANO
	28	ZONA DA MATA PERNAMBUCANA
	29	METROPOLITANA DE RECIFE
ALAGOAS	30	SERTÃO ALAGOANO
	31	AGRESTE ALAGOANO
	32	LESTE ALAGOANO
SERGIPE	33	SERTÃO SERGIPANO
	34	AGRESTE SERGIPANO
	35	LESTE SERGIPANO
BAHIA	36	EXTREMO OESTE BAIANO
	37	VALE SÃO-FRANCISCANO DA BAHIA
	38	CENTRO-NORTE BAIANO

	39	CENTRO-SUL BAIANO
	40	NORDESTE BAIANO
	41	METROPOLITANA DE SALVADOR
	42	SUL BAIANO

As principais teorias abordadas por Figueiredo são a teoria psicológica ou modelo Michigan, as teorias histórico-contextuais do comportamento eleitoral que usam a sociologia ou a economia em perspectiva histórica para explicar o ato de votar e a teoria da escolha racional que é a mais recente dentre essas. Anthony Downs (1957) postula uma teoria econômica da democracia em que a opção por um candidato ou outro estaria relacionada a utilidade que o eleitor acredita que votar em um outro candidato traria. Isso quer dizer que a opção por um candidato tem haver com a expectativa que o eleitor tem de que esse candidato contribuirá para deixá-lo satisfeito.

No caso do Brasil, desde 1994, a opção do eleitor tem se limitado a um Partido de oposição e um Partido de situação. Até 2002, o PSDB era situação e o PT oposição, a partir de então, a situação se inverteu. No período de 2002 a 2010, a região Nordeste foi a que mais se desenvolveu de acordo com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) (veja a tabela 1). Esse índice é formado usando dados de emprego e renda, educação e saúde e varia de 0 a 1 sendo 0 o menos desenvolvido e 1 o mais desenvolvido. Observe que no período analisado, o Nordeste foi a região que mais se desenvolveu.

Tabela 1
Crescimento comparativo das regiões

Região	IFDM 2000 – médio	IFDM 2006 – médio	IFDM 2010 – médio	Crescimento do IFDM
Nordeste	0,5155	0,5615	0,6718	30,3%
Norte	0,5172	0,6125	0,6594	27,9%
Centro Oeste	0,6087	0,6956	0,7427	22,0%
Sudeste	0,661	0,8025	0,8288	25,3%
Sul	0,6468	0,7836	0,8261	27,7%

Ao mesmo tempo em que o Nordeste foi a região que mais se desenvolveu no Brasil, nos últimos anos, cresceu também a votação no PT na região. O que nos leva a pensar que a

votação está de alguma forma ligada à satisfação dos eleitores da região em ver sua região avançando.

Luis Inácio Lula da Silva candidatou-se a todas as eleições desde a redemocratização, menos a última, em que a concorrente foi Dilma Rousseff. Entre os anos de 1989 e 2002, Lula era mal votado na Região, pois sua votação se concentrava em municípios de médio e grande porte de grandes centros urbanos. O Nordeste não tem muitos municípios com esse perfil. Ou seja, até 2002, a relação dos eleitores da região com os candidatos do PT não tinha nada de fora do comum.

Em 2003, depois de eleito, o governo Lula deu início ao programa Bolsa Família. Esse programa trouxe grandes mudanças para a região, em 2000, antes do lançamento do programa 45,8% dos municípios do Nordeste se encontravam em condição de baixo desenvolvimento (segundo o IFDM). Em 2006, quando os efeitos programa começaram a ser sentidos esse número mudou para 9,7%.

A partir de 2006, falar em áreas com baixa votação em Lula se transformou em algo impossível, as médias da região chegam quase a 70% no primeiro turno de 2006 e quase a 80% no segundo turno do mesmo pleito a favor de Lula.

Diante disso, o que esse trabalho pretende é entender o que aconteceu na região durante os anos da redemocratização com o objetivo de explicar essa virada favorável aos candidatos à presidência do Partido dos Trabalhadores (PT). Para tentar discutir a hipótese de que o voto depositado pelos nordestinos em Lula e Dilma a partir de 2006 é responsivo esse trabalho usa de diversas ferramentas como a análise espacial exploratória, a regressão simples e múltipla para testar as hipóteses de condicionamento da votação e a regressão espacial para discutir se a espacialidade é de fato uma questão importante nessa análise.

Sem fugir da discussão de se o que levou as regiões menos desenvolvidas do país a optarem por Lula em 2006 foi o Bolsa Família ou a Economia, esse trabalho faz uma leitura de diversos autores que tratam dessa eleição observando a questão do nordeste em alguns deles. Para participar dessa discussão, faz-se uma análise do Bolsa Família na Região e do desenvolvimento na mesma.

Além disso, para comprovar que se pode tratar o Nordeste como uma região homogênea, esse trabalho investiga cada Estado separadamente e nota que de fato existem algumas diferenças entre eles, mas não diferenças marcantes. O caso *sui generis* do único município do Ceará em que os candidatos do PSDB venceram Lula em 2006 e Dilma em 2010 nas urnas, é estudado por esse trabalho com um exemplo do que não é mais realidade

para toda região, que é a definição dos candidatos estaduais e nacionais dos eleitores do município por lideranças municipais – o caso de Viçosa do Ceará.

No primeiro capítulo, faz-se uma análise dos padrões geográficos eleitorais que surgiram no Nordeste ao longo dos anos pós-redemocratização (1989-2010) usando mapas de cluster e mapas de quartil e diagramas de dispersão do Índice de Moran, com o objetivo de acompanhar as mudanças nesses padrões de votação. Quando é feito estudo parecido para o Brasil, percebe-se uma evolução linear de um padrão de votação local para o regional ao longo dos anos, sendo a alta votação de Lula no Nordeste maior responsável por essa mudança de padrão geográfico eleitoral. No entanto, quando se aplica o zoom no nordeste a mudança do padrão local para o regional ainda não se consolidou. Nas últimas duas eleições, ocorre o padrão regional no primeiro turno e o de transição no segundo, dando a impressão de que há uma tendência para que essa mudança aconteça, mas que ainda não se consolidou.

No segundo capítulo, tem início a investigação dos por quês do fenômeno da votação de Lula em 2006. O capítulo se divide em seções, em cada seção uma eleição é abordada com profundidade. A seção 2.5, que trata sobre as eleições de 2006 – se subdivide em 2 subseções: a primeira trata sobre o Programa Bolsa Família e a segunda sobre se o responsável pela mudança na votação da região foi o Bolsa Família ou a Economia. Dentro dessa última seção, há ainda uma parte que explica o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal que é utilizado nesse trabalho como medida de desenvolvimento dos municípios a partir de 2000.

O terceiro capítulo, com o objetivo de mostrar semelhanças e diferenças entre os Estados da Região, faz uma investigação caso a caso, por Estado observando todas as eleições em questão. Esse capítulo, também, se divide em seções sendo abordado em cada seção o caso de um Estado. Na seção do Ceará há uma subseção em que trata-se do curioso caso de Viçosa do Ceará.

O quarto capítulo traz uma investigação de qual o melhor modelo de regressão para explicar os condicionantes da votação dos municípios nordestinos nas eleições pós-redemocratização. O que se observa é que o modelo do erro espacial é sempre o melhor, pois leva em consideração erros que podem ser causados por fatores desconhecidos no espaço.

Esse trabalho ainda traz – no apêndice - mais tabelas que possibilitam a análise do melhor modelo de regressão e uma análise de caso a caso das eleições no que diz respeito a essa questão.

1. PADRÕES GEOGRÁFICOS ELEITORAIS DO NORDESTE DE 1989 A 2010

Em 1989, o Brasil passava para uma nova fase na história de sua democracia, depois de 25 anos sem poder optar diretamente por quem seria o Presidente da República, o eleitor brasileiro passa a poder depositar o seu voto nas urnas. Surge daí então, a preocupação em traçar um perfil do eleitor brasileiro, quais os valores que ele traz à tona na hora de escolher o seu candidato, o que pesa nessa escolha, se são fatores ligados à economia, se o seu círculo social, se a sua vizinhança, se são as mudanças que ele acredita que serão realizadas no seu cotidiano por esse ou aquele candidato, ou se estar em uma região ou em outra do país modifica o seu comportamento, etc.

Nosso interesse nesse trabalho é principalmente este último ponto a ser tratado no estudo de uma região do país: a região Nordeste. Observa-se a partir de 2006, uma forte tendência dos eleitores nordestinos de votar nos candidatos do Partido dos Trabalhadores à presidência da república. Tal tendência, não se observava em relação a nenhum outro candidato de nenhum outro partido nos anos anteriores. A simpatia do eleitorado nordestino aos candidatos do PT foi a principal responsável pela vitória do candidato Lula em 2006 e pela permanência do Partido na presidência – dessa vez com Dilma em 2010.

O que esse trabalho pretende é mudar o foco de muitas investigações feitas no sentido de explicar a mudança que ocorreu no Brasil em relação ao perfil do eleitor que vota nos candidatos do Partido dos Trabalhadores à Presidência. Muitos estudos foram feitos no sentido de explicar o fenômeno da eleição de Lula, em 2006, no Brasil. Até essa eleição, Lula era bem votado em municípios de médio e grande porte, bem desenvolvidos e com características industriais e principalmente nas regiões mais desenvolvidas do país. Em 2006, acontece uma virada e Lula passa a ser mais bem votado em municípios menos desenvolvidos e principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Esse trabalho, foca na explicação do que aconteceu no Nordeste durante o período de 1989 a 2010 para que Lula e Dilma viessem a se tornar fenômenos eleitorais nos dois últimos pleitos.

Diversos trabalhos foram feitos com o acompanhamento do perfil geográfico eleitoral tendo o Brasil como foco (Zucco 2007, Terron 2009). Tais trabalhos visam acompanhar a formação de bases eleitorais para candidatos determinados. Observa-se nesses trabalhos, a partir de 2002, a formação de uma base eleitoral para candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT) a Presidente da República no Nordeste Brasileiro.

Esses trabalhos usam métodos de correlação espacial para verificar o impacto da vizinhança na formação de bases eleitorais. A correlação espacial é calculada tendo por base um conceito de proximidade que não precisa ser necessariamente euclidiano. Este trabalho e Terron que é a autora com quem esse trabalho mais dialoga, utilizam uma matriz de contiguidade que tem como critério para a definição de vizinhança entre os municípios a existência de um limite em comum entre eles. O parâmetro dessa pesquisa para definir a proximidade geográfica é o de contiguidade de primeira ordem, que é o mais simples dos critérios.

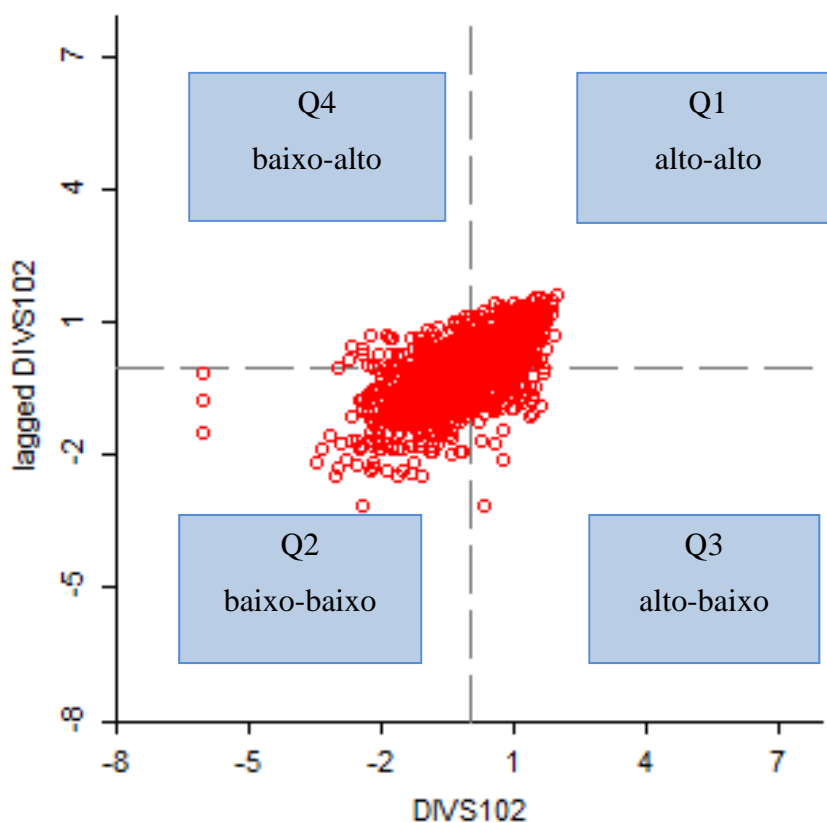
O cálculo de autocorrelação espacial é feito a partir do cálculo dessa matriz e assim são incluídas as relações espaciais às análises estatísticas de correlação. Esse trabalho usa o índice de Moran Global para testar estatisticamente a autocorrelação global, assim como o trabalho de Terron. Entende-se por autocorrelação o grau de relações entre duas ou mais variáveis, de tal modo que quando há uma variação em uma a outra varia também em menor ou maior grau, no mesmo ou em sentido contrário. A autocorrelação espacial tem essa mesma interpretação, mas a variação a que se refere seria no espaço.

O Índice de Moran funciona como Pearson, variando de 1 a -1. Os valores positivos indicam que há formação de *clusters*, ou seja, locais em que quando ocorrem valores altos, esses estão associados a valores altos e quando ocorrem valores baixos estes se associam a valores baixos. Os valores negativos indicam a tendência contrária, ou seja, a presença de um local com valor baixo rodeado de uma vizinhança com valores altos ou o fenômeno contrário.

Usando o programa GeoDa, o Índice de Moran foi calculado para os municípios do Nordeste nas eleições que vão de 1989 a 2010 no primeiro e no segundo turno quando for o caso. O GeoDa quando solicitado para calcular o Índice de Moran gera um diagrama de espalhamento de Moran, mapas de significância e mapas de *clusters*. Os mapas de *clusters* bastam para verificar a significância, pois os municípios que não apresentam significância são indicados pela cor cinza, os significantes assumem cores diferentes de acordo com o seu índice de Moran. Os municípios, ou quaisquer outras unidades de análises, podem se enquadrar em quatro categorias a depender de seu índice de Moran: alto-alto, baixo-baixo,

alto-baixo ou baixo-alto. O município é considerado significativo ao nível de 95%. Quando alto-alto significa que no município há um quadro de alta votação rodeado por outros com mesmo quadro, quando baixo-baixo o candidato obteve baixa votação em um município rodeado por municípios com a mesma condição. As outras categorias dizem respeito a quando o município se diferencia de sua vizinhança, no caso alto-baixo o candidato teve votação alta no município, mas baixa em sua vizinhança. No caso baixo-alto, acontece o contrário, o candidato obteve baixa votação no município e alta votação na sua vizinhança. Esse fenômeno pode ser observado graficamente, abaixo:

Gráfico 1
Diagrama de Dispersão de Moran

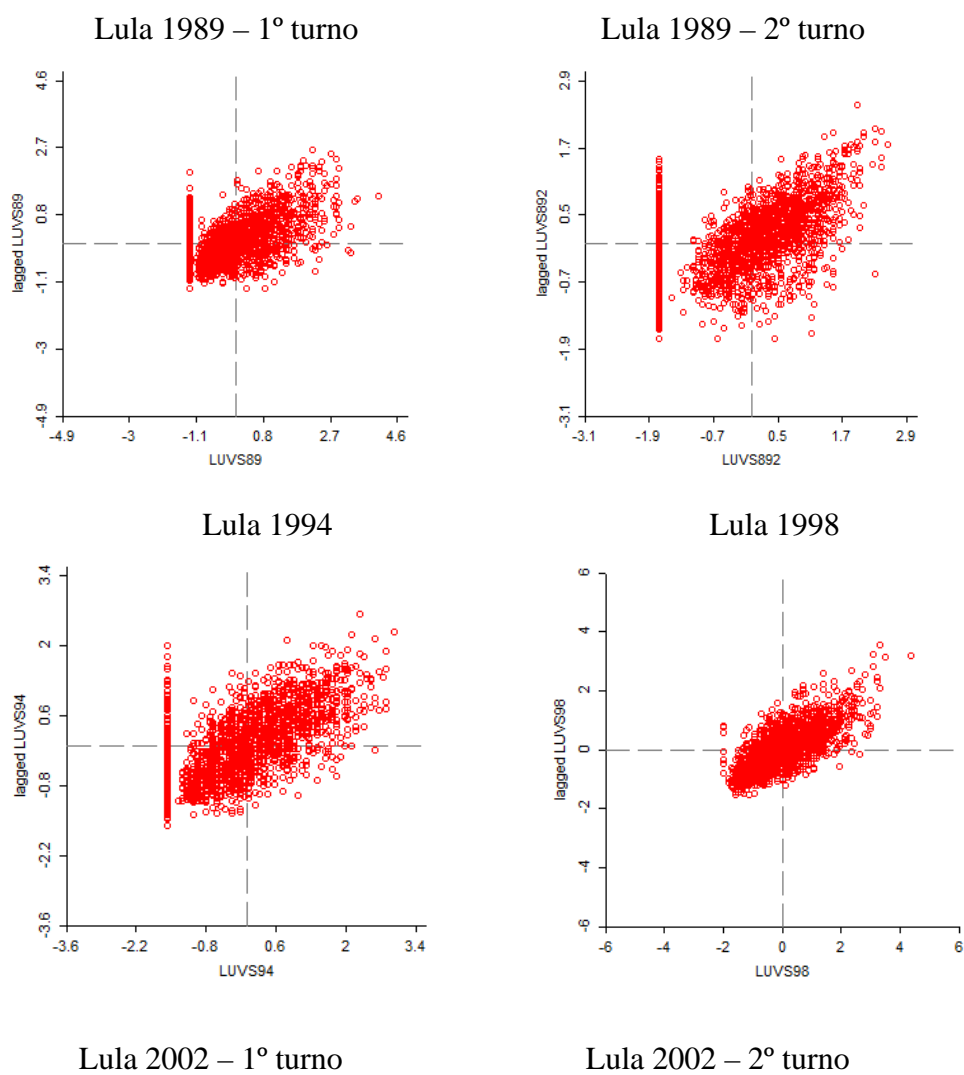


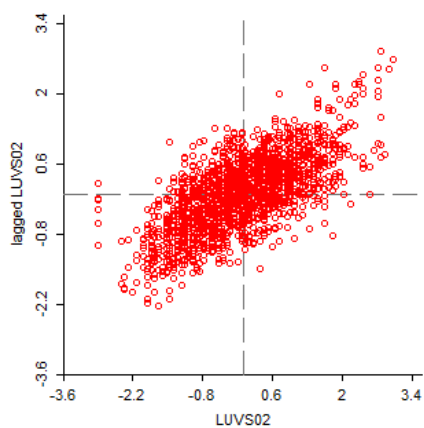
FONTE: TSE e IBGE. Processamento da autora.

O gráfico acima representa a votação de Dilma Rousseff no segundo turno da eleição de 2010 nos municípios do Nordeste. O eixo X é formado pela normalização da votação percentual obtida por Dilma em cada município e o eixo Y é formado pela média normalizada da votação percentual obtida por Dilma nos municípios vizinhos. Observa-se uma concentração maior nos quadrantes Q1 e Q2 o que indica que a

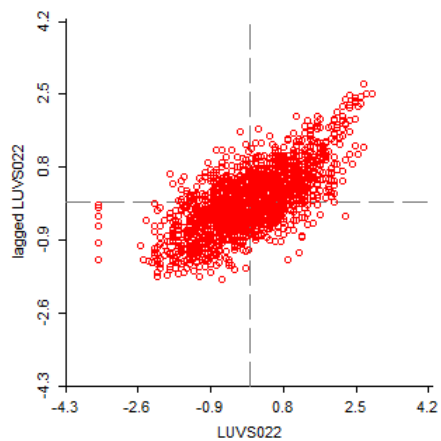
vizinhança é um fator explicativo da votação de Dilma nos municípios. O Índice de Moran nesse turno dessa eleição é de 0,47.

Gráfico 2
Diagramas de Dispersão de Moran para eleições no Nordeste

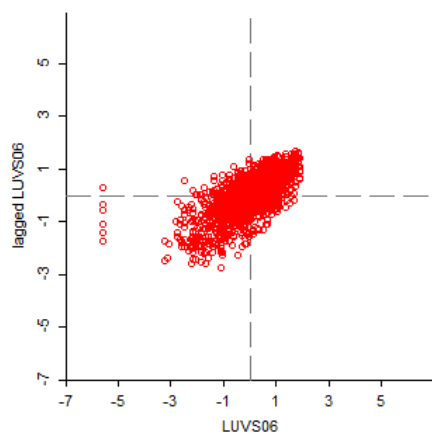




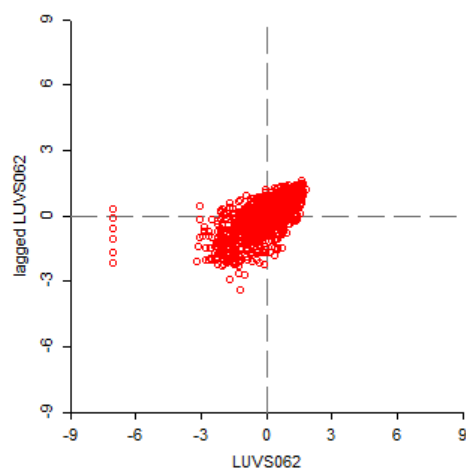
Lula 2006 – 1º turno



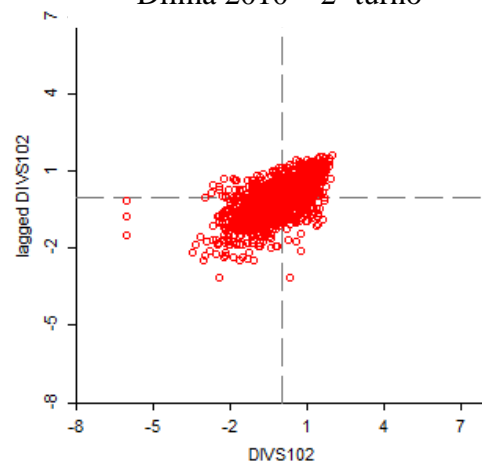
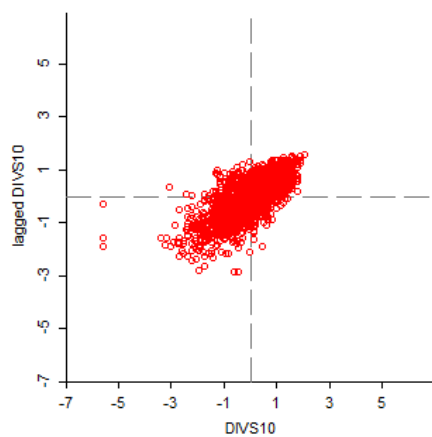
Lula 2006 – 2º turno



Dilma 2010 – 1º turno



Dilma 2010 – 2º turno



FONTE: TSE, IBGE e Cesar Zucco, 2007, "Data: The President's New Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Election", <http://hdl.handle.net/1902.1/10701>
 Cesar Zucco [Distributor] V1 [Version]. Processamento da autora.

Tabela 1.1
Índices de Moran

Eleição/turno	Índice de Moran
Lula 1989/1º turno	0,349
Lula 1989/2º turno	0,337
Lula 1994	0,431
Lula 1998	0,524
Lula 2002/1º turno	0,501
Lula 2002/2º turno	0,487
Lula 2006/1º turno	0,528
Lula 2006/2º turno	0,494
Dilma 2010/1º turno	0,593
Dilma 2010/2º turno	0,475

Fonte: Processamento da autora

Observando o gráfico e a tabela acima, pode-se ver que a partir de 1998 houve um aumento considerável no índice de Moran, ou seja, no impacto da vizinhança na definição da votação municipal para o Presidente da República no Nordeste. Até 1998, esse índice era inferior à média dos índices das eleições consideradas, a partir de então, todas as eleições tiveram índices superiores, o que demonstra o crescimento da influência da vizinhança na definição de eleições. Além, dos valores dos índices esse fenômeno pode ser observado graficamente ao se notar que a partir de 1998 os municípios passam a se concentrar prioritariamente em Q1 e Q2. Tal concentração é indício de que houve diminuição de *outliers* e cada vez mais os municípios se assemelham à sua vizinhança.

Terron cria um critério para definir padrões geográficos eleitorais em seu texto “A Composição de Territórios Eleitorais de Lula: Uma Análise das Votações de Lula (1989-2006)”. Seu critério se baseia na média dos índices de moran das eleições por ela observadas e no desvio padrão das mesmas. No estudo de Terron, ela usa de três padrões, Padrão local, Padrão de transição e Padrão regional. O Padrão seria local quando o valor do índice de Moran da eleição fosse inferior à média menos 1 desvio padrão (menor que 0,432); seria de transição quando o valor do índice de Moran da eleição estivesse entre a média menos 1 desvio e a média mais 1 desvio (entre 0,432 e 0,51); e o Padrão seria regional quando o valor ultrapassasse o somatório da média com 1 desvio (maior que 0,51). Os mesmos padrões adequados aos valores obtidos no Nordeste do país serão adotados nesse estudo (valores entre

parênteses acima). Usando tais parâmetros obtemos os seguintes padrões para a votação dos candidatos do PT, veja o quadro:

Quadro 1.1
Padrões de Votação nos Candidatos do PT à Presidência no Nordeste

Eleição/turno	Padrão Eleitoral
Lula 1989/1º turno	Local
Lula 1989/2º turno	Local
Lula 1994	Local
Lula 1998	Regional
Lula 2002/1º turno	Transição
Lula 2002/2º turno	Transição
Lula 2006/1º turno	Regional
Lula 2006/2º turno	Transição
Dilma 2010/1º turno	Regional
Dilma 2010/2º turno	Transição

Fonte: Processamento da autora

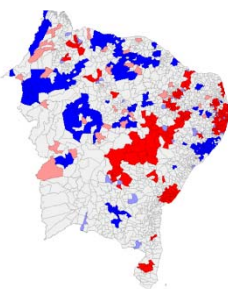
Veja que a partir de 1998, o Padrão local, que anteriormente era constante, desaparece. No entanto, ocorre um fenômeno estranho à literatura, que é a substituição do Padrão local pelo Padrão regional sem um período de transição. O Padrão regional, assumido em 1998 é logo substituído por dois períodos de transição, o que pode indicar que o Padrão regional assumido em 1998 ainda não estaria firme. Nos anos seguintes, o Padrão regional volta a aparecer por duas eleições seguidas no primeiro turno e ser substituído pelo Padrão de Transição no segundo turno. Pode-se inferir disso que quando a gama de candidatos é mais ampla o voto nos candidatos do PT se regionaliza. Ou seja, a influência da vizinhança no Nordeste seria maior no primeiro turno, existem bases eleitorais regionalizadas que votam no candidato do PT em primeiro lugar. Quando a eleição, no segundo turno, restringe a escolha a apenas dois candidatos, a transferência de votos de outros candidatos para o candidato do PT, faz com que o padrão se altere de Regional para Transição. Com essa transferência de votos, municípios rodeados por municípios com votações diferentes passam a votar mais no PT, diante da falta de outros candidatos.

Observar essa mudança do padrão de votação fica mais simples ao observarmos os mapas, pois podemos ver exatamente onde são criadas as bases eleitorais, onde elas permanecem e onde se dissipam ao longo do tempo.

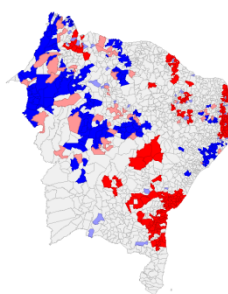
Quadro de Mapas 1.1

Histórico de Mapas de *Cluster* da Votação dos Candidatos do PT no Nordeste

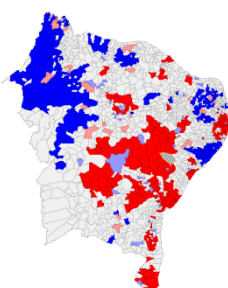
Lula 1989
1º turno



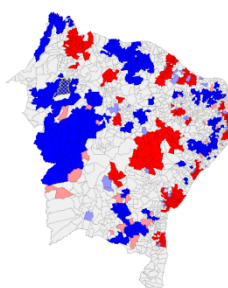
Lula 1989
2º turno



Lula 1994



Lula 1998

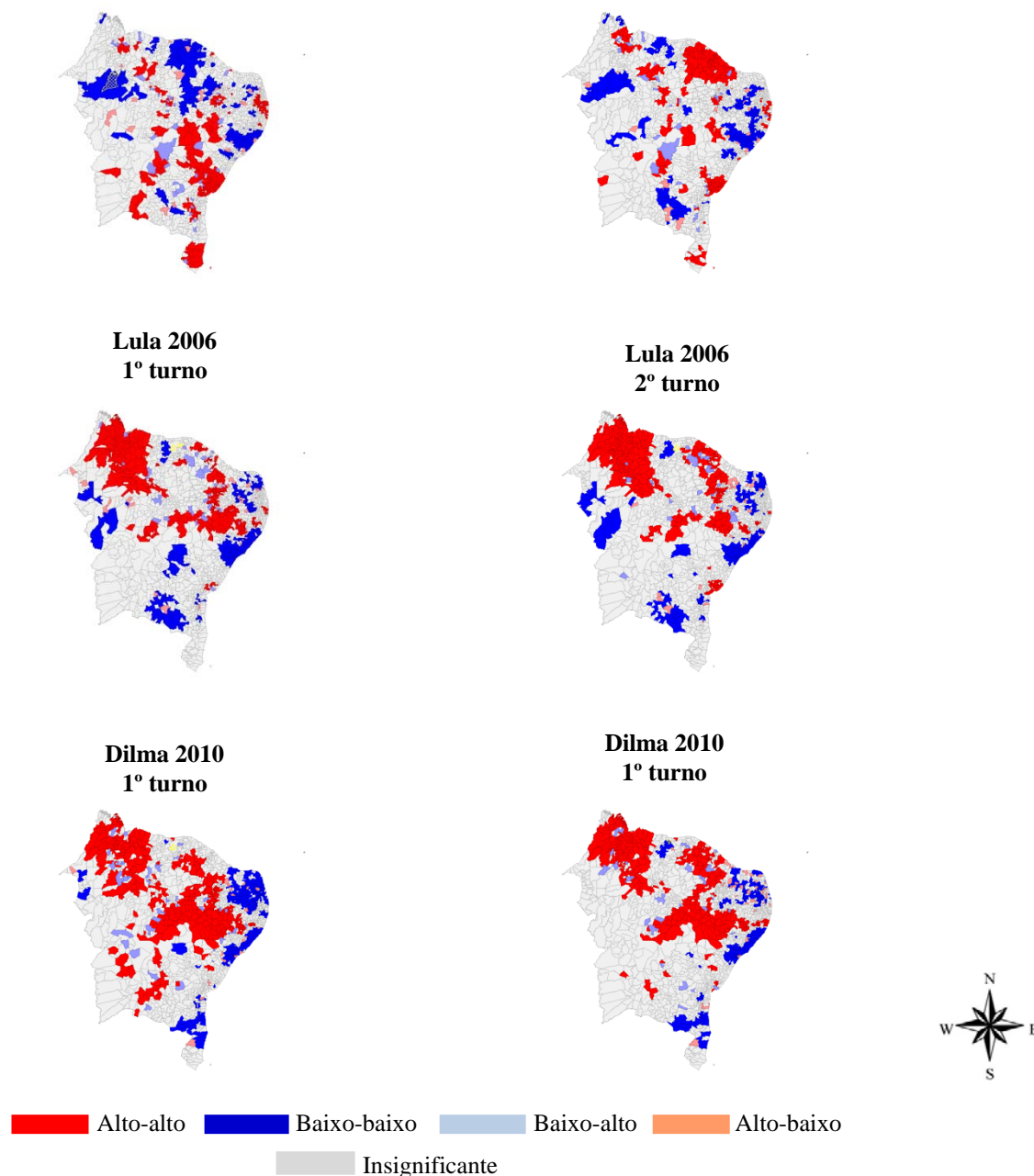


Lula 2002
1º turno



Lula 2002
2º turno





Fonte: Processamento da autora

As áreas de vermelho no mapa podem ser consideradas bases eleitorais dos candidatos à presidência do Partido dos Trabalhadores (PT). Observe a região noroeste do mapa do Nordeste, que é formada pelo norte do Maranhão, a região litorânea do Piauí e o Noroeste do Ceará, essa região que em 1989 tinha baixos índices de votação no Presidente Lula, passa a ser uma região de alta votação ao passar dos anos. A mudança nessa região é tão grande que de um território praticamente todo baixo-baixo em 1994 passa a ser praticamente todo alto-alto em 2006. Eu faria algumas afirmações sobre a transformação de algumas regiões do litoral do Nordeste de regiões de alta votação à regiões de baixa votação, no entanto, afirmar que qualquer região é de baixa votação de Dilma e de Lula a partir de 2006 é difícil visto o

aumento de médias de votação a partir de 2006 de forma alarmante. Veja a tabela com a evolução das médias de votação de Lula a partir de 1989.

Tabela 1.2
Médias da proporção de votação dos Candidatos do PT à Presidência nos Municípios do Nordeste (%)

Eleição/turno	Médias
Lula 1989/1º turno	18
Lula 1989/2º turno	36
Lula 1994	23
Lula 1998	24
Lula 2002/1º turno	39
Lula 2002/2º turno	51
Lula 2006/1º turno	69
Lula 2006/2º turno	78
Dilma 2010/1º turno	70
Dilma 2010/2º turno	73

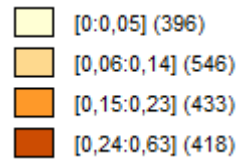
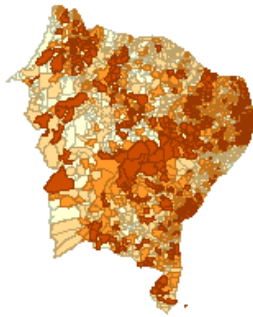
Fonte: Processamento da autora

Para observar o crescimento da votação do candidato do PT à presidência nos municípios, é interessante a construção de mapas em que os municípios se dividem em 4 grupos. Para formar os grupos é traçada a mediana das observações, a partir do ponto mais alto e do ponto mais baixo, depois é traçada mais uma mediana entre o ponto mais baixo e a mediana e o ponto mais alto e a mediana. Assim se formam quatro grupos, o primeiro que parte do ponto mais baixo até a mediana entre a mediana das observações e o ponto mais baixo, o segundo que vai dessa última mediana até a mediana das observações, o terceiro que vai da mediana das observações até a mediana entre o ponto mais alto delas e a própria mediana das observações e por fim o último grupo se forma entre essa última mediana e o ponto mais alto. Observe que em muitos casos o ponto mais baixo é zero, isso acontece porque como o GeoDa não reconhece planilhas com “missing values” os municípios que não existiam em 1989 assumiram o valor 0.

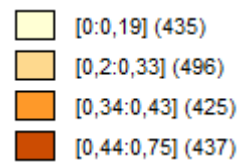
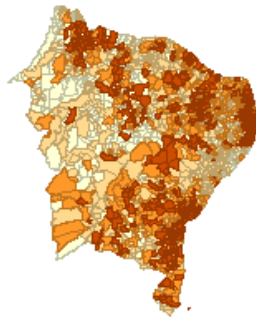
Quadro de Mapas 1.2

Histórico de Mapas de Quartil da Votação dos Candidatos do PT no Nordeste

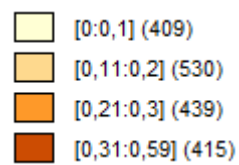
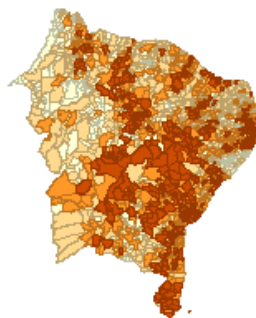
Lula 1989 – 1º turno



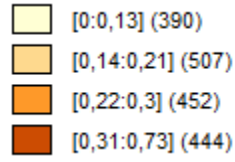
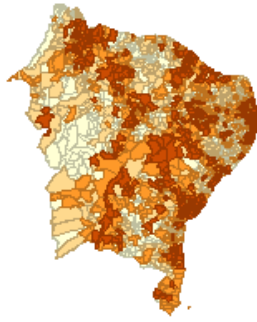
Lula 1989 – 2º turno



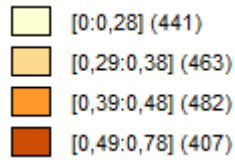
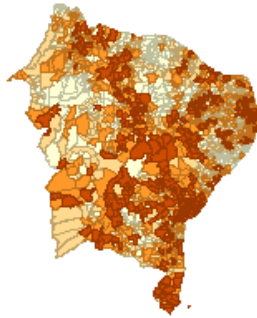
Lula 1994



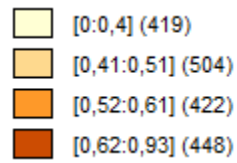
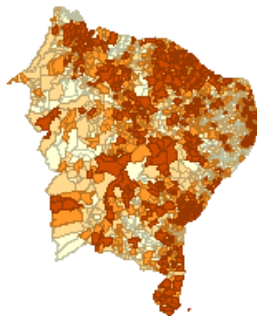
Lula 1998



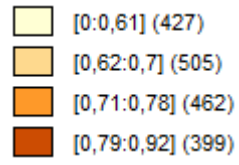
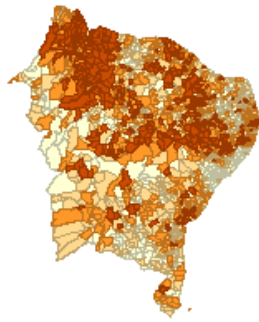
Lula 2002 – 1º turno



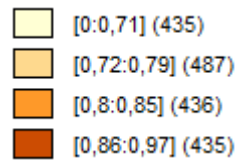
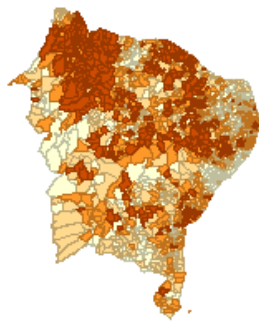
Lula 2002 – 2º turno



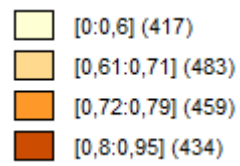
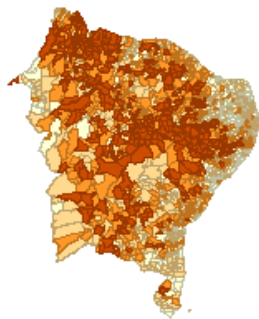
Lula 2006 – 1º turno



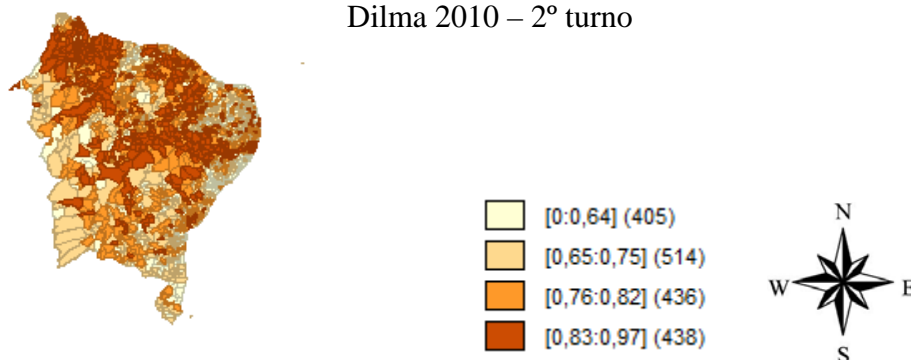
Lula 2006 – 2º turno



Dilma 2010 – 1º turno



Dilma 2010 – 2º turno



FONTE: TSE, IBGE e Cesar Zucco, 2007, "Data: The President's New Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Election", <http://hdl.handle.net/1902.1/10701>
Cesar Zucco [Distributor] V1 [Version]. Processamento da autora.

É interessante notar o aumento da elasticidade no primeiro grupo. Como se vê os grupos tem entre 400 e 500 municípios, isso se mantém ao longo do tempo. O primeiro grupo que são os com mais baixa votação em 1989 tinham uma votação que variava de 0 a 0,05, no segundo turno de 2006 essa variação é de 0 a 0,71. Isso demonstra que a proporção de votos para candidatos do PT à presidência cresceu e muito ao longo dos anos. Tão interessante quanto observar o aumento da elasticidade no primeiro grupo é observar a diminuição da elasticidade nos três grupos de votações maiores. Em 1989, o ponto que definia o início do segundo grupo se distanciava 57 pontos percentuais do ponto mais alto da observação. No segundo turno de 2010, essa distância é de apenas 32 pontos percentuais e essa eleição nem é a de menor distância. A menor distância é alcançada no segundo turno de 2006, quando o primeiro ponto da segunda classe é 0,72 e o último ponto da última classe é de 0,97, formando uma distância de 25 pontos.

A diminuição da elasticidade nas três classes de maior votação municipal nos candidatos do PT à presidência, a transformação gradual dos padrões geográficos eleitorais de locais para regionais demonstram que no decorrer dos anos de democracia no Brasil a Região Nordeste tem se tornado cada vez mais homogênea em termos eleitorais. Ou seja, ser um município no Nordeste tem sido cada vez mais um fator significativo para explicar questões como a escolha de um candidato ou outro em uma eleição. Como nas últimas cinco eleições, no que diz respeito à escolha do Presidente da República, tem acontecido uma polarização entre eleitores do candidato do PT e de candidatos do PSDB o fenômeno Nordestino tem se verificado favorável à candidatos do PT nos últimos anos. No entanto, no princípio, vide os dados 1998, essa regionalização do voto beneficiou o candidato do PSDB. Pode-se arriscar afirmar que o Nordeste em termos de território eleitoral tem se formado a favor do candidato

à reeleição ou do candidato indicado pelo governo. Esse fenômeno só não foi observado em 2002, quando o que se observou foi uma fase de transição. Tal fase pode ser explicada por Serra não ter convencido como candidato de continuidade do governo FHC ou por insatisfação da região com o governo de FHC. Tais pontos serão melhor discutidos no decorrer desse trabalho.

2. CONDICIONANTES DO VOTO DE ELEITORES NORDESTINOS PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Agora que já observamos como os municípios do nordeste se comportaram nas eleições de 1989 até 2010 no que diz respeito aos votos em candidatos à presidência da República, neste capítulo será feita uma tentativa de explicar o porquê da votação favorável aos candidatos do PT em alguns momentos e da rejeição em outros ou a simples preferência por outros candidatos.

2.1. Eleições de 1989

Em primeiro lugar, cabe fazer um pequeno histórico do que significou a eleição de 1989 para a política brasileira. A eleição de 1989, foi a primeira eleição após 25 anos de ditadura no Brasil. Diante desse contexto, é interessante notar alguns fenômenos particulares dessa eleição, como a enorme quantidade de candidatos à Presidente da República. Nesse pleito concorriam ao cargo de Presidente e Vice-presidente 22 chapas. Por isso, se observarmos os dados da eleição no primeiro capítulo vemos índices de votação tão baixos no primeiro turno. As opções eram muitas, houve muita dispersão na votação. O candidato eleito Fernando Collor de Mello, no entanto, conseguiu arrebanhar a maior fatia do eleitorado com o seu discurso de combate aos Marajás e seu uso de muitos recursos midiáticos para se promover na campanha (Miguel, 2000). Outra peculiaridade dessa eleição é que ela foi solteira, ou seja, não ocorreu concomitantemente à de deputados, senadores e etc.

Além disso, é importante lembrar que a esquerda nessa eleição tinha vários representantes o que fez com que os votos dos eleitores defensores dessa ideologia se dividissem entre os candidatos. Luiz Inácio Lula da Silva era o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) e começou a corrida por eleitores com apenas 5% dos votos concentrados principalmente na região do ABCD paulista e ainda tendo que enfrentar a rejeição da grande São Paulo – Luiz Erundina foi prefeita de São Paulo no período que antecedeu a eleição e sofria com uma grande rejeição. Brizolla era o candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT), contava com uma popularidade maior que a de Lula por já ter ocupado o cargo de governador e de Deputado antes da deflagração da ditadura, no entanto a sua votação ainda se concentrava no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Lula e Brizolla eram os candidatos da esquerda que protagonizavam a disputa com Collor no primeiro turno. Além de Lula e Brizolla, Mário Covas concorria pelo PSDB e no princípio da campanha apresentava chances reais de ir ao segundo turno, no entanto, Lula e Brizolla tomaram seu lugar durante a campanha.

Com tamanha dispersão da votação, no Nordeste não poderia ser diferente, como observamos no capítulo 1 o padrão de votação de Lula era local, a votação de outros candidatos não era diferente. O Padrão de votação de Lula em 1989 no Brasil se concentrava em municípios médios e grandes onde havia população urbana. No Nordeste não era diferente. É interessante observar a diferença da votação de Lula em grandes centros no Nordeste, como nas capitais (Teresina, São Luís, Fortaleza), e em pequenos municípios. A tabela abaixo mostra a proporção média de votação que Lula obteve no primeiro turno de 1989 nos municípios do Nordeste de acordo com o tamanho que sua população atingiria em 1994.¹

Tabela 2.1
Porcentagem média de votos que Lula obteve no 1º turno de 1989 por população

População dos municípios	Porcentagem média da votação de Lula nos municípios 1º turno	Porcentagem média da votação de Lula nos municípios 2º turno
Até 5.000	16,7	33,4
Entre 5.001 e 10.000	18	35,6
Entre 10.001 e 20.000	17,4	35
Entre 20.001 e 50.000	18,8	37,3

¹ Não foram encontrados dados sobre a população municipal de 1989.

Entre 50.001 e 100.000	21	39,2
Entre 100.000 e 500.000	25	45,7
Acima de 500.000	31	59,8

Fonte: IBGE e TSE.

Processamento da autora.

Há quase um crescimento linear nas médias de votação percentual que Lula obteve nos municípios conforme crescem suas populações. No segundo turno de 1989, o perfil de eleitores de Lula permaneceu muito parecido com o apresentado no primeiro turno, a única diferença foi a agregação dos votos dos candidatos da esquerda que concorriam com Lula no primeiro turno. Collor conseguiu ganhar mais alguns votos com o uso de uma estratégia ofensiva, usando aspectos da vida pessoal da Lula contra ele. (SINGER, 1990)

Muito se diz da influência da mídia na definição da eleição de 1989, segundo diversos estudiosos dessa eleição a Rede Globo, ou o Roberto Marinho, teria escolhido Fernando Collor, governador de Alagoas, para fazer Presidente. Diante de tal cenário, pequenos municípios com pouca mídia divergente e população pobre ficaram nas mãos da manipulação midiática da campanha e acabaram por optar por Collor. Luis Inácio Lula da Silva foi pintado como comunista - na época isso ainda fazia sentido - que faria a redistribuição de renda na marra. Muitos à época acreditavam que se o indivíduo possuísse dois quartos em casa um deles seria tomado pelo governo e dado ao Movimento dos Sem Terra (SINGER, 1990). Esse argumento pode ser razoável para explicar a baixa popularidade de Lula nos pequenos municípios do Nordeste. Coronéis com muitas posses eram os formadores de opinião por excelência nos pequenos municípios do Nordeste e por medo de terem suas terras e suas posses tomadas por comunistas é possível que tenham feito campanha anti-Lula.

Traçando a Correlação de Pearson entre a votação de Lula no segundo turno de 1989 e o IDH dos municípios em 1991, obtemos um valor 0,152 significativo à 0,1%. Isso demonstra que a votação que Lula obteve no Nordeste foi maior entre os municípios mais ricos, o que talvez seja um indício de que a hipótese acima esteja correta. No primeiro turno, a correlação de Pearson com o IDH é a mesma.

Collor é eleito em 1989 e renunciou ao cargo de Presidente em 29 de setembro de 1992 para não prejudicar o processo de investigação que levaria à sua cassação em dezembro do mesmo ano. Ele, que baseou a sua campanha em um discurso anti-corrupção de combate aos marajás, se envolveu durante seu curto mandato em escândalos de corrupção que levaram ao seu impeachment. Além disso, Collor governava com muito pouca popularidade. Além de

não contar com praticamente nenhum apoio no Legislativo, tratou de confiscar a poupança da população nos primeiros meses de seu governo, como uma das formas de conter a inflação que era muito cruel à época, causando forte impopularidade. O movimento dos caras pintadas tomou as ruas pedindo a cassação do Presidente e foi o que aconteceu.

Com o impeachment de Collor a onda pró-Lula era muito favorável, uma vez que no segundo turno de 1989 o papel de antagonista ao “caçador de marajás” foi assumido por Lula. No entanto, FHC surge como um fator surpresa e traz o Plano Real como uma bela carta na manga e ganha o eleitorado que votou em Collor nas eleições anteriores.

2.2. Eleições de 1994

No lugar de Collor assumiu o vice-presidente Itamar Franco que convidou Fernando Henrique Cardoso para o cargo de Ministro da Fazenda. FHC, como é mais conhecido, assumiu a pasta e deu início ao Plano Real, um plano que pretendia resolver o maior problema do Brasil na época: a inflação. Vários planos como o real já tinham sido usados como tentativas para combater esse mal, mas o plano de FHC e sua equipe de economistas foi vitorioso – conseguiu combater a inflação de forma eficaz - e vários estudiosos o apontam como sendo o principal motivo por FHC ter vencido as eleições de 1994 no primeiro turno.

O partido pelo qual FHC se candidatou à Presidência foi o PSDB que nas eleições de 1989 figurava entre uma das opções da esquerda. Em 1994, no entanto, o PSDB se coligou ao PFL – Partido da Frente Liberal – que era o ícone da direita no país na época e a partir disso marcou o seu posicionamento antagonista em relação ao PT de Lula. O apoio do PFL garantiu ao PSDB muitos dos votos que Collor angariou em 1989, votos que Mário Covas não teve no primeiro turno de 1989.

Apesar da vitória de FHC no primeiro turno de 1994, é importante analisar a votação de Lula nesse pleito. A média de votação de Lula no Nordeste atinge 21% em 1994, a média que Lula obteve no primeiro turno de 1989 foi de 15%. Ou seja, Lula conseguiu aumentar em 6% o número de nordestinos que votam nele em primeiro lugar, como primeira opção. No entanto, o que se observa é que o público de Lula continua exatamente o mesmo. A vontade de ser “o escolhido” dos pobres ainda fica só no plano do desejo.

“Lula – ‘Pois bem: a minha briga é sempre esta: atingir o segmento da sociedade que ganha salário mínimo.’”(SINGER, 1990)

Note que a correlação entre o primeiro turno de 1989 e o pleito de 1994 é de 0,787. Isso demonstra que muito pouco mudou entre um pleito e outro. A relação positiva com o IDH se fortalece ainda mais, o que em 1989 era de 0,152 passa a 0,164 (ainda com a significância a 0,1%).* O que indica que Lula passa a ser ainda mais apoiado nos municípios com maior desenvolvimento humano.

Em termos geográficos, em 1994, forma-se um *cluster* favorável a Lula no centro do Nordeste, nas regiões do sertão da Bahia e de Pernambuco e no Vale do São Francisco de ambos os Estados. A Região do Vale do São Francisco é uma mesorregião que engloba parte da Bahia e de Pernambuco em que o Governo Federal investiu em irrigação e criou um polo produtor de frutas e hortaliças, tendo como principais municípios Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Ou seja, apesar de ser uma região do sertão nordestino é uma região em que há desenvolvimento.

A votação em 1994, ainda permanece com padrão geográfico local e muito semelhante ao de 1989. Observando os mapas na página 26 percebe-se que os *clusters* de Lula cresceram, mas continuam os mesmos, indicando a possibilidade de mudanças para um padrão regional em breve.

2.3.Eleições de 1998

Até que a possibilidade reeleição entrasse em vigor, a esperança de Lula sobre ser eleito presidente em 1998 era grande. No entanto, uma emenda permitindo a reeleição foi aprovada pelo Congresso Nacional em junho de 1997. Sendo assim, a eleição de 1998 foi um espelho da eleição de 1994, no país. No Nordeste ocorreu uma mudança significativa da eleição de 1994 para eleição de 1998, o padrão que era local desde a redemocratização passa a regional sem um período de transição.

A correlação de Pearson no Nordeste, agora diminui para 0,189.* Ou seja, apesar de correlacionadas de forma significativa – afinal é o mesmo candidato – a forma como os municípios se posicionaram em relação à reeleição do antigo presidente foi diferente de quando era necessário escolher entre candidatos diferentes. Dizer que o padrão passou de local a regional, significa dizer que a questão da vizinhança passou a influenciar as votações de forma decisiva. Observando o mapa do Índice de Moran referente à eleição de 1998 comparativamente à eleição de 1994, percebe-se que houve um aumento das regiões de baixo-baixo em relação a Lula. Ser um município classificado como baixo-baixo em relação à Lula

significa ser um município alto-alto em relação a Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, a vizinhança se aglutinou em torno da eleição de um candidato.

A questão de Lula ser bem votado em regiões mais desenvolvidas ficou ainda mais marcante nessa eleição, a correlação de Pearson de Lula com o IDH, que antes não ultrapassava os 0,2, agora atinge 0,557.* O que nos leva a reforçar o argumento de Zucco que os Grotões votam pelo candidato do governo. Observe que a relação da votação de Lula com o IDH sempre foi positiva, quando o candidato do governo é o mesmo – candidato à reeleição – observe que essa relação fica mais forte. O que indica que a conclusão que Zucco chegou em seu trabalho de 2008, sobre a performance dos candidatos do governo à eleição ser melhor nos municípios menos desenvolvidos é confirmada neste trabalho. Outro fator que reafirma a hipótese de Zucco é que usando uma regressão múltipla com as seguintes variáveis: proporção de votos obtidos por Lula por município em 1994, distância para capital, proporção da população rural em 2000, IDH em 2000, proporção de não brancos no município e o índice Firjan de desenvolvimento municipal em 2000; observa-se que existe uma relação inversa entre a distância da capital e a votação de Lula em 1998. Ou seja, quanto maior a distância do município da capital menor a votação de Lula no município.

Tabela 2.2
Tabela de Coeficientes e Significância da Regressão Múltipla da variável dependente
proporção de votos de Lula em 1998 por município

Variável	Coeficiente B	Coeficiente Beta	Significância
Proporção de votos de Lula em 1994	0,639	0,642	,000
IDH 2000	0,253	0,107	,000
Distância para a Capital	-0,00008993	- 0,122	,000
Proporção de População Rural em 2000	0,000	-0,109	,000
Proporção de não brancos no município	0,001	0,078	,000
IFDM 2000	0,034	0,042	,017

Fonte: Processamento da autora

A tabela 2.2 mostra os coeficientes relevantes para a análise de uma regressão múltipla explicativa da votação de Lula por município em 1998. Observando os valores constantes na tabela podemos ver que o fator explicativo mais relevante para a explicação dos condicionantes da votação de Lula na eleição de Lula em 1998 é a votação por ele obtida em 1994. Em segundo lugar, o segundo fato mais relevante é o IDH do município no ano 2000, note-se a relação positiva entre votação em Lula e IDH. Os outros fatores apesar de significantes não tem muito peso na explicação da eleição, apesar de ser interessante o sinal negativo dos coeficientes referentes à distância da capital e da proporção de população rural. Tais sinais nos indicam que a relação entre essas variáveis e a votação de Lula em 1998 é inversa, o que fortalece a argumentação de Zucco de que os municípios menos desenvolvidos tendem a ter uma votação majoritária em relação ao candidato do governo e não da oposição. Essa regressão múltipla em um r^2 de 0,565. Ou seja, 56,5% da votação obtida por Lula em 1998 são explicados pelos fatores expostos na tabela, os 43,5% restantes são explicados por fatores ainda ignorados por esse modelo. Eleições são fenômenos muito subjetivos, e os fatores que fazem que um candidato ou outra obtenha mais votos em um município que em outro são ainda mais subjetivos. Conseguir explicar 56,5% da votação mostra que o modelo é muito satisfatório.

Observando ainda a questão da espacialidade do voto de Lula em 1998, observa-se que Lula perdeu alguns territórios eleitorais em relação a 1994. Veja que o espaço dominado por Lula em 1994 nas mesorregiões do Norte da Bahia, do Vale do São Francisco, do Noroeste, do Centro Norte, do sul da Bahia, da Metropolitana de Salvador; do sudeste, do sudoeste e do centro norte do Piauí diminuiu. Em compensação Lula ganha novos territórios em 1998 nas mesorregiões do Norte, do Centro e do Leste Maranhenses – que em 1994 eram insignificantes em relação à vizinhança -; nas mesorregiões Norte, Sertões e Metropolitana de Fortaleza no Ceará – que em 1994, também eram insignificantes em relação à vizinhança.

Percebe-se que Lula perdeu muito espaço na Bahia, isso pode se dar por em 1998 o PSDB estar coligado com PFL partido de Antônio Carlos Magalhães, partido que governava a Bahia de 1995 a 1998 e que ganhou novamente o governo em 1998 – Paulo Souto era governador no primeiro período citado e Cesar Borges ganhou a eleição em 1998. Cesar Borges, vencedor da eleição de 1998 para governador, era vice-governador da Bahia no período anterior. Percebe-se que havia um clima favorável ao Partido da Frente Liberal na Bahia na época o que pode ter desfavorecido Lula naquele território.

No Piauí, um fenômeno curioso ocorreu, PT e PSDB saíram coligados para concorrer ao cargo de Governador do Estado, mas o candidato deles não foi para o segundo turno. O candidato mais votado no primeiro turno foi Hugo Napoleão do PFL, ou seja, o espaço que Lula perdeu no Estado do Piauí pode estar ligado a este clima favorável ao PFL no Estado, assim como na Bahia. No entanto, é interessante ressaltar que o clima favorável ao PFL perdeu o prazo de validade ainda no 1º turno, pois quem venceu as eleições por fim foi Mão Santa candidato do PMDB com uma pequena margem de votos de diferença – 50,96% dos votos.

2.4. Eleições de 2002

A Emenda Constitucional aprovada em 1997 permitia a candidatura à reeleição apenas uma vez, o que fez com que o PSDB tivesse que trocar o seu candidato à presidência da República para o pleito de 2002. O escolhido da chapa do PSDB, depois de disputas com o ex-governador do Ceará – Tasso Jereissati -, com o então Ministro da Educação – Paulo Renato de Souza –, com o ex-presidente Itamar Franco (PMDB), dentre outros, foi José Serra, Ministro da Saúde na época. Luis Inácio Lula da Silva também teve que disputar o seu direito à candidatura pelo Partido dos Trabalhadores com o então Senador Eduardo Suplicy. Lula venceu Suplicy por 80% dos votos nas prévias do Partido.

A popularidade do governo de Fernando Henrique Cardoso não estava nos seus melhores dias no período da eleição. O país enfrentava uma grave crise econômica, as perspectivas eram que o país crescesse apenas 1,5% naquele ano. Além disso, o Brasil estava em uma situação completamente dependente do FMI. Nesse mesmo período, o brasileiro sentiu no seu cotidiano os problemas energéticos que o Brasil enfrentava por conta da escassez de chuva que diminuiu o nível das represas, sendo as hidrelétricas a principal fonte de energia do país. O governo teve de fazer uma campanha de racionamento voluntário de energia elétrica para evitar que apagões acontecessem e prejudicassem de forma ainda mais grave a economia do país. O carro chefe das campanhas de FHC era a economia, estando a sua principal bandeira em baixa houve prejuízo para o candidato do governo nas eleições – José Serra.

Lula também não estava em alta, a crise econômica deixava o eleitorado receoso quanto à possibilidade de um candidato de esquerda assumir o governo. O povo acreditava que a vitória de Lula poderia prejudicar ainda mais os rumos da economia do país. No mercado econômico surgiu o denominado “risco Lula”, quanto mais Lula crescia nas

pesquisas de intenção de voto, mais investidores tiravam o seu dinheiro do país. Diante de tal conjuntura, Lula escreveu a “Carta aos brasileiros”. A carta assumia que o Partido dos Trabalhadores, ou uma proposta alternativa ao *status quo*, tinha claras vantagens nas eleições, fazia duras críticas à situação do país na época, mas garantia o cumprimento dos contratos e das obrigações do país trazendo segurança aos investidores. Além disso, a carta argumentava que seria feita uma mudança no país, mas que essa seria conduzida com responsabilidade e estabilidade.

Além dessa Carta, outro fator ajudou a tranquilizar o empresariado brasileiro com relação à possibilidade de vitória de Lula: a presença de José Alencar como vice-presidente em sua Chapa. José Alencar era empresário e político brasileiro, quando foi sugerido o seu nome como vice da chapa de Lula estava sem Partido, mas se filiou ao PL e consolidou a chapa. O firmamento dessa coligação deu a entender que o Partido dos Trabalhadores estava se tornando menos radical, pois começava a se abrir para coligações que ampliavam o seu espectro político.

Diante desse contexto econômico, político e social, Lula venceu as eleições de 2002 no segundo turno, tendo sido o mais votado em todos os Estados menos em Alagoas. Como esse trabalho faz uma análise da votação nos municípios do Nordeste é interessante notar o aumento da média de votação de Lula já no primeiro turno da eleição, de 23% dos votos em 1998, Lula obteve 38% no primeiro turno de 2002. Tais dados já demonstram que o clima pró-Lula já estava se instaurando no Nordeste. Antes desses números de 2002, a votação mais próxima que Lula tinha obtido no Nordeste foi uma média de 30% no segundo turno de 1989. Lembrando que obter médias altas no primeiro turno é mais difícil que no segundo uma vez que o maior número de candidatos aumenta a dispersão.

Observando os mapas da página 26, houve uma diminuição muito significativa dos territórios em que a votação de Lula era baixa em uma vizinhança com votação baixa em comparação com 1998. Percebe-se também um ligeiro aumento das regiões em que Lula obteve votação alta em vizinhanças de votação alta. O *cluster* alto-alto de Lula que tinha diminuído na Bahia, que envolviam as mesorregiões do Norte da Bahia, do Vale do São Francisco, do Noroeste, do Centro Norte, voltou a crescer. Além desse território eleitoral, Lula também resgatou o Sul da Bahia. Lula conquista novamente a região Metropolitana de Recife, o Agreste Pernambucano, o Agreste Paraibano, a Mata Paraibana, o Agreste Potiguar e o Leste Potiguar – regiões muito populosas e que tinham um comportamento insignificante no que diz respeito à vizinhança.

Falando agora a respeito dos condicionantes da votação de Lula no Nordeste o que se observa no primeiro turno de 2002 é que a relação positiva com o IDH de 2000 permanece e há uma forte relação com a eleição de 1998. Além desses dois fatores que são o de maior robustez, ainda explicam a votação de Lula no primeiro turno desse pleito a proporção de indivíduos que não é branca no município e a distância para a capital, tendo ambos uma relação positiva com a variável dependente, ou seja, quanto maior o valor obtido em ambas, maior a votação de Lula nos municípios – observe a tabela 2.3. O r^2 da regressão múltipla cujos coeficientes estão expostos na tabela 2.3 é de 0,505.

Tabela 2.3
Tabela de Coeficientes e Significância da Regressão Múltipla da variável dependente proporção de votos de Lula no 1º turno de 2002 por município

Variável	Coeficiente B	Coeficiente Beta	Significância
Proporção de votos de Lula em 1998	0,789	0,684	,000
IDH 2000	0,207	0,079	,000
Distância para a Capital	0,000	0,119	,000
Proporção de não brancos no município	0,001	0,056	,001

Fonte: Processamento da autora

É interessante observar que a relação da votação de Lula com a distância para a Capital que em 1998 era negativa passa a ser positiva em 2002, o que aponta para uma ligeira mudança no perfil dos municípios em que Lula obteve maior votação.

No segundo turno, a média de votação de Lula no Nordeste é de 51%, a média de votação de Lula no Brasil inteiro foi de 53%. Abaixo, apresento um quadro comparativo da votação que Lula obteve no Nordeste em comparação com outras regiões:

Tabela 2.4
Votação obtida por Lula no 2º turno de 2002 por Região do Brasil

Região	Proporção Média de votos de Lula nos municípios
Nordeste	51,4%
Norte	56,3%

Centro-Oeste	51,7%
Sudeste	55,5%
Sul	56,3%
Brasil	53,6%

Fonte: Processamento da autora

Observe que a região em que Lula obteve a menor votação foi a região Nordeste, maior e mais pobre região do país. Ou seja, apesar a popularidade de Lula ter aumentado no Nordeste ainda é a região em que ele tem menos votos. Como vimos, no Nordeste, desde 1989, há uma relação positiva entre a votação de Lula e o IDH, ou seja, quanto maior o IDH maior a votação de Lula. Vejamos se essa relação é válida para as regiões do Brasil na tabela abaixo:

Tabela 2.5
IDH médio dos municípios por Região do Brasil

Região	IDH médio
Nordeste	0,61
Norte	0,66
Centro-Oeste	0,73
Sudeste	0,74
Sul	0,77
Brasil	0,69

Fonte: Processamento da autora

O quadro mostra que o Nordeste tem o menor IDH e foi a região com a menor média municipal de votação de Lula no segundo turno de 2002. A Região Sul tem a maior média de votação e o maior IDH. A única região contrária a essa lógica é a Região Norte que tem IDH bem abaixo da Região Sul, mas votação idêntica à dessa região. A correlação de Pearson entre o IDH e a votação obtida por Lula no Nordeste no segundo turno de 2002 é 0,286. Isso demonstra que, no Nordeste, Lula continuou sendo mais votado nos municípios mais desenvolvidos. O baixo desenvolvimento humano dos municípios do Nordeste é um dos motivos que justifica a região ter a menor média de proporção de votos para Lula.

Fazendo uma análise dos condicionantes da votação de Lula nessa eleição nos municípios do Nordeste, por meio de uma regressão múltipla obtemos que as variáveis

significantes na explicação desse pleito são a proporção de votos obtidos por Lula no primeiro turno de 2002, a proporção de votos obtidos por Ciro Gomes no mesmo turno e a proporção de votos obtidos por Garotinho ainda no mesmo. Ciro Gomes e Garotinho eram candidatos à eleição, que dividiam os votos do eleitorado que optava pela oposição ao partido de situação (PSDB) no primeiro turno de 2002. Esses candidatos não conseguiram chegar ao segundo turno e houve transferência de seus votos para Lula no Nordeste. A tabela 2.4 mostra os coeficientes da regressão múltipla utilizando somente as variáveis significantes. Observando a mesma tabela percebe-se que a votação obtida por Lula no segundo turno de 2002 foi consequência da votação que Lula, Ciro Gomes e Garotinho obtiveram no primeiro turno. Os dois candidatos que concorreram com Lula no primeiro turno, quando não conseguiram chegar ao segundo turno declararam o seu apoio ao adversário. A regressão aponta que houve transferência dos votos de Ciro e Garotinho para Lula, com um r^2 de 0,722, o que demonstra a robustez do modelo explicativo para o segundo turno da eleição de 2002.

Tabela 2.6
Tabela de Coeficientes e Significância da Regressão Múltipla da variável dependente
proporção de votos de Lula no 2º turno de 2002 por município

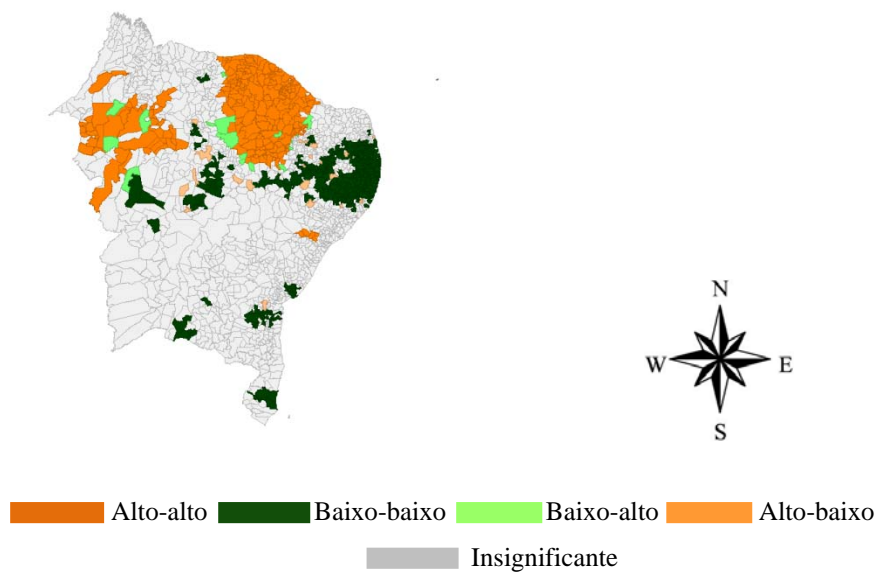
Variável	Coeficiente B	Coeficiente Beta	Significância
Proporção de votos de Lula no 1º turno de 2002	1,054	0,965	,000
Proporção de votos de Ciro Gomes no 1º turno de 2002	0,470	0,518	,000
Proporção de votos de Garotinho no 1º turno de 2002	0,269	0,166	,000

Fonte: Processamento da autora

É interessante notar que ao menos no Nordeste a transferência de votos de Ciro para Lula foi mais relevante para a votação de Lula em 2002 do que a votação de Garotinho. Observe abaixo o mapa da votação de Ciro Gomes no primeiro turno de 2002.

Mapa 2.1.

Mapa de Cluster de Ciro Gomes no 1º turno de 2002



Fonte: Processamento da autora

O Ceará era território eleitoral de Ciro, como é possível observar claramente no mapa acima o cluster alto-alto que se forma na região. No primeiro turno de 2002, a região do Ceará ou é área de insignificância ou área em que a votação de Lula é baixa em vizinhança com votação baixa. No segundo turno de 2002, observa-se que o Ceará do Centro ao Norte forma um *cluster* alto-alto para Lula. A transferência da votação de Ciro Gomes para Lula é verificável tanto estatisticamente como espacialmente. A transferência de votos de Garotinho para Lula já não é tão clara espacialmente apesar de se verificar estatisticamente.

Em 2002, tanto o primeiro turno quanto o segundo turno tem como padrão de distribuição geográfica da votação a transição. Esse padrão é um indício de que haverá mudanças no padrão de votação. No entanto, assim como acontece em 1998, a reeleição de Lula em 2006 tem padrão regional no primeiro turno e volta a ter padrão de transição no segundo turno. Como veremos na próxima seção.

2.5. Eleições de 2006

As eleições de 2006 foram tratadas por diversos autores da Ciência Política devido a seu diferencial: o Programa Bolsa Família. Diante da importância do Programa Bolsa Família na literatura que explica a eleição de 2006, nessa seção trarei uma subseção explicando o que é o Programa e a importância do mesmo para a Região Nordeste do Brasil.

2.5.1. O Programa Bolsa Família e a Região Nordeste do Brasil

O Bolsa Família é um programa do Governo Federal que tem por objetivo combater a pobreza. A ação do programa se dá pela transferência direta de renda a famílias pobres desde que elas cumpram com as condicionalidades do mesmo. As condições para o recebimento da renda dizem respeito ao usufruto de direitos sociais relacionados à saúde e à educação. Ou seja, o que se busca é combater a pobreza em curto prazo transferindo renda diretamente e em longo prazo incentivando o desenvolvimento humano das famílias.

O Programa entrou em vigor em 2003, no entanto, as raízes do Bolsa Família datam de 1971 quando foi dado início ao paradigma inclusivo com a criação da previdência rural (SOARES & SÁTYRO, 2009). A Constituição de 1988 foi mais um passo em direção a um paradigma inclusivo, pois ela “começou a criar um sistema de políticas sociais redistributivo...”(IDEM, 2009). A Carta Magna também deu início ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que, ainda segundo Soares e Sátyro, seriam o reconhecimento da pobreza como um risco social. A partir desse reconhecimento, vários outros passos foram tomados com o objetivo de combater a pobreza, em 1991 foi aprovado pelo Senado o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) do Senador Eduardo Suplicy. Esse projeto nunca foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas a existência dele foi a confirmação de que havia vontade política de criar um programa de solidariedade nacional.

No Programa de Suplicy a única condição para garantir a renda mínima é a existência de alguma renda. Na história do Bolsa Família, após esse projeto inicial todos os programas similares tinham alguma condicionalidade que obrigavam a família a se engajar em seu próprio benefício. Os primeiros programas implantados exigiam contrapartidas educacionais, como os primogênitos programas de Campinas e de Brasília. O Governo Federal implantou, em 2001, o Bolsa Escola Federal que se inspirava no programa de Brasília, a contrapartida exigida era de 85% de frequência escolar no ano para crianças de 6 a 15 anos. Seguido ao Bolsa Escola, o Governo Federal implantou o Bolsa Alimentação, esse programa exigia como contrapartidas o aleitamento materno, exames pré-natais para gestantes e vacinação para crianças. O primeiro e o último programa citados, davam um benefício de R\$ 15,00 por criança com um teto de R\$ 45,00 por família, sendo o primeiro responsabilidade do Ministério da Educação e o último do Ministério da Saúde. Em 2003, foi criado o cartão

alimentação que fornecia o valor de R\$ 50,00 para famílias cuja renda *per capita* não atingisse meio salário mínimo e poderia ser gasto apenas com alimentos.

Em meados de 2003, o Governo Federal tinha quatro programas de transferência de renda o BPC, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação. Cada um desses programas era coordenado por uma pasta do governo e possuía um banco de informações próprio. Não havia coordenação nenhuma entre esses programas e como os critérios para o recebimento dos benefícios era diferente não tinha lógica que a mesma família recebesse os quatro benefícios, ou uma família com as mesmas características não recebesse nenhum deles, ou mesmo que famílias iguais recebessem benefícios diferentes pelos mesmos motivos. Mesmo fugindo à lógica o que foi descrito acontecia com frequência. Além da falta de coordenação entre os programas do Governo Federal, ainda havia programas Estaduais e Municipais, pois os programas do Governo Federal não cobriam o território do país inteiro e existiam demandas que não eram atendidas. A situação dos programas de governo era caótica, esses eram um somatório de iniciativas isoladas que não se comunicavam, mas muitas vezes se sobrepunham.

Ainda em 2003, ciente desse caos o Governo opta pela criação do Bolsa Família cujo principal objetivo era unificar os quatro programas do governo federal e com isso tentar aumentar o seu alcance. A criação do Bolsa Família só foi possível porque desde 2001 o governo expandia e aperfeiçoava o Cadastro Único das famílias beneficiárias dos programas do Governo Federal. O Programa agora passava a ser coordenado pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Essa Secretaria é responsável por

“estabelecer normas para a execução, definir valores de benefício, estabelecer o diálogo com os municípios, definir e acompanhar contrapartidas, estabelecer metas - e, conseqüentemente, propor o orçamento anual do PBF -, quotas por município, estabelecer parcerias com os estados e com outros órgãos do Governo Federal, acompanhar o andamento do programa em geral e fazer avaliações regulares do PBF.”(SOARES & SÁTYRO, 2009)

A Caixa Econômica Federal é responsável por operar e pagar o benefício do Bolsa Família: isso inclui desde o cálculo de quanto cabe a cada família a partir da declaração de sua

renda até a emissão do cartão magnético que a família utiliza para sacar o dinheiro. Aos municípios cabe o cadastro das famílias pobres de acordo com o questionário do Cadastro Único definido pela SENARC e a produção de relatórios de acompanhamento das contrapartidas.

Como ressaltado por Soares e Sátyro o Bolsa Família é um quase-direito pois o número de famílias que recebem o benefício é condicionado à existência de dotação orçamentária para tal. O orçamento a ser despendido com o programa é definido a partir de metas. Em 2003, na sua criação, foi definida uma meta de 11,2 milhões de beneficiários, essa meta deveria ser cumprida gradualmente, e foi cumprida em 2006. O número de beneficiários não aumentou em 2007 e 2008, novos beneficiários só eram aceitos com a desvinculação de outros.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no âmbito do programa fome zero, uma proposta razoável para obter segurança alimentar no Brasil focalizaria uma população abaixo da linha de pobreza de 44,043 milhões de pessoas, envolvendo 9,32 milhões de famílias. No ano de 2004, ainda segundo dados do MDS, 4.103.016 famílias eram beneficiárias do Bolsa Família, absorvendo recursos da ordem de 288,2 milhões (MARQUES ET AL, 2007).

Nesse estudo do MDS, chama-se a atenção para o fato de que os recursos absorvidos pelo programa geram mais recursos uma vez que aumenta o poder de compra das famílias que passam a consumir mais, obrigando as empresas a produzirem mais, logo a demandarem mais funcionários, empregando mais gente, mais dinheiro circula e por sua vez aumenta ainda mais o poder de compra dos indivíduos e cria assim um ciclo de produtividade e crescimento econômico. É interessante notar que a renda despendida pelo governo nesse programa, teoricamente retornaria aos cofres públicos na forma de tributos aos produtos (MARQUES ET AL, 2007).

Esse estudo, ainda faz uma classificação dos municípios das regiões segundo cinco critérios: localização geográfica, porte populacional, nível de pobreza, relação população rural/urbana e atividade econômica predominante. Fazendo uma análise dos municípios do Nordeste, o estudo aponta para as seguintes características usando dados referentes ao ano de 2000:

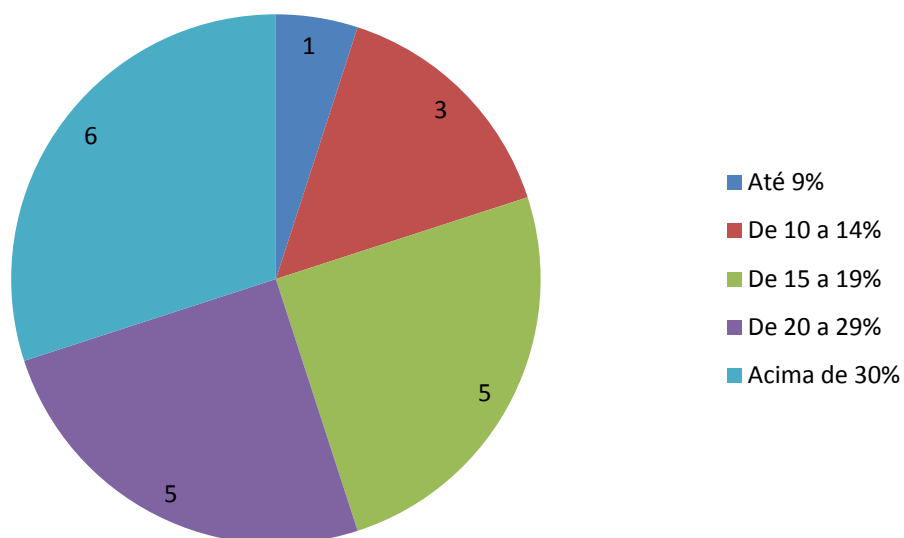
- Dos 1548 municípios analisados, 1503 tem população inferior a 100 mil habitantes;

- Dentre os acima citados, 1472 (97%) possuem IDH-M inferior à média nacional;
- Estão igualmente distribuídos entre rural e urbanos;
- Dos municípios do Nordeste, 53% concentram a geração de renda no setor terciário, 43% no primário e apenas 4% no secundário.
- Os poucos municípios com IDH-M com média superior a nacional são majoritariamente urbanos (MARQUES ET AL, 2007).

Ainda tendo por base o estudo do Ministério, em 2004 69,1% dos beneficiários residiam em algum município do Nordeste. O estudo destaca ainda que é nessa região que o programa atinge o maior percentual das populações dos municípios. Esse estudo divide os municípios entre grupos de acordo com os critérios citados acima. Diante disso, o Nordeste possui 20 grupos de municípios no estudo, esses se dividem da seguinte forma de acordo com o percentual da população beneficiada pelo Bolsa Família:

Gráfico 2.1

Divisão dos Grupos de Municípios do Nordeste por porcentagem da população atendida pelo Programa Bolsa Família



FONTE: MARQUES ET AL, 2007.

No Nordeste acontecem casos de municípios em que 45% da população é atendida pelo Bolsa Família. Nessa situação encontram-se municípios com a população até 20 mil, IDH-M abaixo da média nacional, predominantemente urbanos, com atividade econômica predominante no setor terciário; e municípios com a população entre 20 e 100 mil habitantes, IDH-M abaixo da média nacional, predominantemente rurais e com atividade econômica predominante no setor terciário(MARQUES ET AL, 2007).

O perfil da população Nordestina fez com que a região se destacasse em número de beneficiários do programa e que os efeitos do programa na região fossem maximizados. Isso pode ser percebido, quando no mesmo estudo aponta-se a parcela da receita disponível no município que é advinda do Bolsa Família, a receita do programa chega a representar 43% da renda disponível nos municípios mais pobres. Ou seja, diante da observação dos municípios no Nordeste conclui-se que quanto mais pobre o município maior será a relevância dos recursos do Bolsa Família na sua economia, maior a diferença que tais recursos farão no dia a dia dos cidadãos (MARQUES ET AL, 2007).

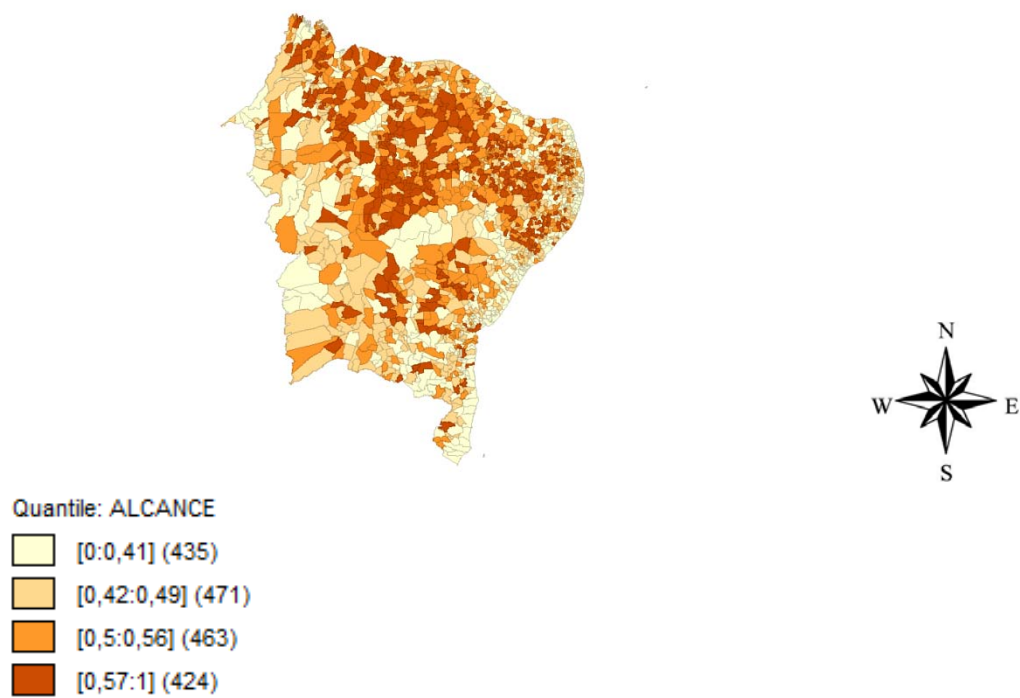
Estudo do mesmo relatório do MDS que analisa a opinião dos beneficiários sobre o programa por meio de um Survey do *Instituto Pólis*, mostra que o programa sempre foi muito bem avaliado. A nota média atribuída ao programa é de 8,47, por todos os beneficiários do Brasil. Por sua vez, a nota atribuída pelos nordestinos é 8,58, maior que a média do país, mas inferior à média atribuída pela Região Norte. Enquanto isso, 97% dos entrevistados afirmaram

que o Programa é muito importante (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS).

Observe abaixo dois mapas referentes à distribuição geográfica dos municípios do Nordeste de acordo com o alcance do Bolsa Família. A variável Alcance foi retirada do banco de dados de Zucco (2008) e diz respeito à proporção de beneficiários do programa pela população total do município em 2006. O primeiro mapa é um mapa de quartil, ele divide os municípios em 4 grupos, sendo o primeiro grupo o que vai do 0 a $\frac{1}{4}$ da distribuição dos municípios, o segundo de $\frac{1}{4}$ à mediana, o terceiro da mediana ao $\frac{3}{4}$ e o quarto do $\frac{3}{4}$ ao 1.

Mapa 2.2

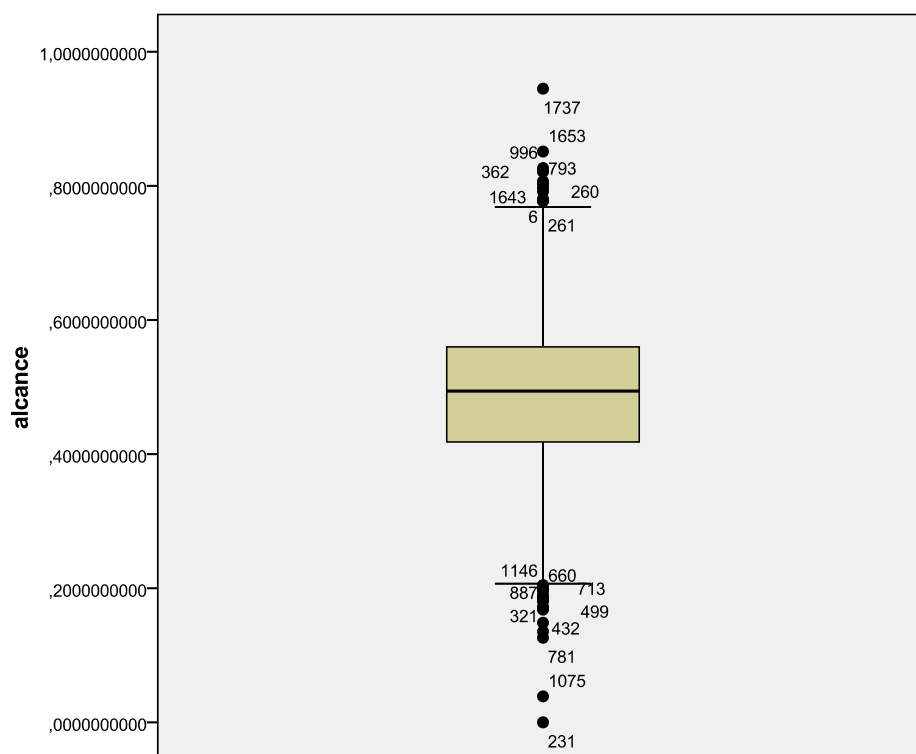
Mapa de Quartil do Alcance do Programa Bolsa Família no Nordeste em 2006



Fonte: Processamento da autora

Graficamente, teríamos o seguinte Box Plot. Analisando o gráfico percebemos que a maioria dos municípios se situa acima dos 50% de alcance. Deve-se notar também a presença de uma série de outliers positivos que ultrapassam os 75% de alcance.

Gráfico 2.2
Box Plot do Alcance do Programa Bolsa Família no Nordeste em 2006

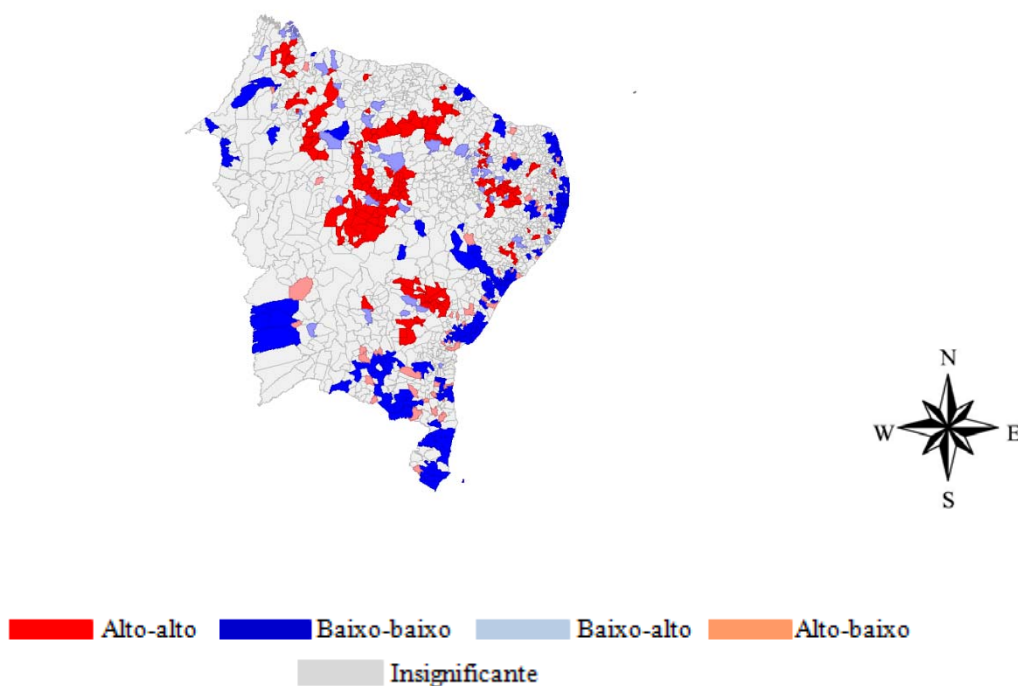


Fonte: Processamento da autora

Esse quadro, no entanto, não demonstra se o alcance do Bolsa Família é um fenômeno influenciado pela vizinhança. Segue abaixo o mapa do Índice de Moran, assim como os mapas de Moran vistos nas seções anteriores relacionados às eleições, os *clusters* vermelhos são representativos de áreas onde os municípios têm altos índices de alcance e estão rodeados por municípios com a mesma característica, os *clusters* azuis dizem respeito aos municípios de baixo alcance rodeados por municípios similares. Os *clusters* de cores claras dizem respeito a municípios que se diferenciam de sua vizinhança tendo o alcance alto em vizinhança de baixo alcance – quando de coloração avermelhada – e baixo com vizinhança de alto alcance – quando de coloração azulada. É importante notar que o padrão de distribuição do Bolsa Família é local – o índice de Moran médio é de 0,32. No entanto, como pudemos observar no mapa anterior, o alcance do programa é em geral alto para a região visto que ultrapassa a casa dos 42% em 75% dos municípios.

Mapa 2.3

Mapa de *Cluster* do Alcance do Programa Bolsa Família no Nordeste em 2006



Fonte: Processamento da autora

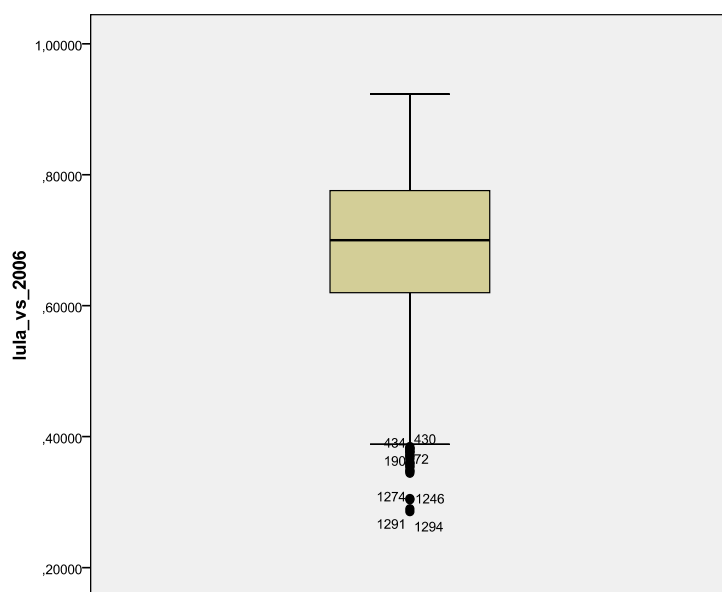
Como se vê o impacto do Bolsa Família no Nordeste em seus primeiros anos de ação foi grande e muitos autores atribuem a alta votação de Lula na região e no restante do país ao sucesso do programa. A questão da eleição de 2006 criou um debate acirrado entre os que defendem que o sucesso eleitoral deveu-se principalmente ao programa Bolsa Família e entre os que atribuem esse sucesso ao equilíbrio econômico há tempos sonhado e ao crescimento do país. Na próxima seção discutimos esses fatores em relação ao Nordeste.

2.5.2. Eleições de 2006 e a votação de Lula no Nordeste: foi a economia ou o Bolsa Família, companheiro?

No trabalho de Soares e Terron - *“Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise espacial)”* – em que eles investigam as eleições de 2002 e 2006 observa-se uma mudança no padrão geográfico eleitoral referente ao Presidente Lula. Nesse trabalho, no entanto, no que se refere ao Nordeste do País essa mudança de padrão eleitoral, ao menos quando se usa o índice de Moran não é muito clara. Comparando as duas eleições, observa-se um aumento considerável nas médias das eleições e

o surgimento de grandes *clusters* em regiões insignificantes ou de baixa votação na eleição anterior. No entanto, o padrão regional que se observa no Brasil, só aparece no Nordeste no primeiro turno de 2006. A partir de 2006, a relação das regiões do Nordeste com os candidatos à Presidência do Partido dos Trabalhadores fica muito homogênea. Como já foi demonstrado no primeiro capítulo, o percentual de votos obtidos por Lula nos municípios do Nordeste tem uma dispersão muito pequena e é em geral alto. O gráfico abaixo demonstra o quanto a votação em Lula em 2006 foi alta e homogênea no Nordeste.

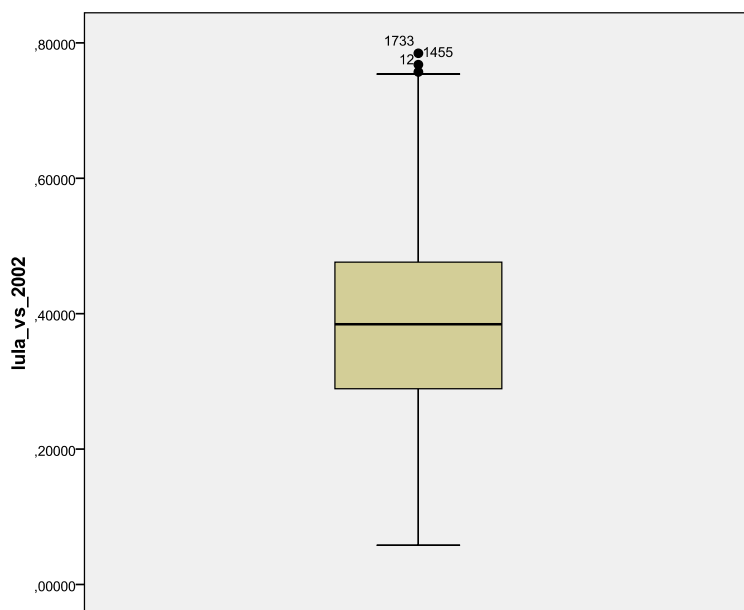
Gráfico 2.3
Box Plot da votação de Lula em 2006 no Nordeste



Fonte: Processamento da autora

Os valores entre o segundo e o quarto quartil se encontram todos entre 60% e 80%. Levando em consideração as médias altas de votação, no primeiro turno, votações abaixo de 40% são consideradas outliers na região. Se traçarmos esse mesmo gráfico para a eleição de 2002, teremos o seguinte resultado:

Gráfico 2.4
Box Plot da votação de Lula em 2002 no Nordeste



Fonte: Processamento da autora

Os valores entre o segundo e o quarto quartil estão entre 30% e 50%, apesar de terem a mesma dispersão da eleição anterior são bem mais baixos relativamente. É interessante observar que o primeiro quartil começa próximo de zero e o quarto termina próximo de 75%, valores acima de 75% são considerados outliers. Os outliers de 2002 estariam no terceiro quartil de 2006. Ou seja, mesmo que o padrão geográfico de votação não tenha se alterado de forma significativa de 2002 para 2006, não é possível negar que a última eleição citada tenha sido um ponto de inflexão, não só para o Brasil como um todo, mas também para região Nordeste.

Diante de tais observações, assim como afirmam Soares e Terron em seu texto, os Dois Lulas em questão também existiam para o Nordeste. Na seção anterior tratamos sobre o programa Bolsa Família, nessa seção discutirei a existência de Dois Nordestes e da possibilidade associação de Dois Nordestes a Dois Lulas.

Em primeiro lugar é interessante comparar Índices de desenvolvimento do Nordeste em 2002, com índices de 2006. Existem dificuldades metodológicas consideráveis quanto a isso, até agora em todas as vezes que esse trabalho discutiu desenvolvimento municipal o índice utilizado foi o IDH-M. Esse índice por sua vez só tem medidas de 1991 e de 2000 e foi medido novamente em 2010, mas os dados ainda não estão disponíveis. Ou seja, medir o desenvolvimento do Nordeste de 2002 em relação a 2006 seria impossível com os dados disponíveis, daí surgiu a ideia de utilizarmos o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

2.5.2.1.O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

O IFDM é fruto de um Estudo anual do Sistema Firjan que acompanha o desenvolvimento dos municípios brasileiros em 3 áreas: Emprego e Renda, Educação e Saúde. O Índice, assim como o IDH-M varia de 0 a 1, sendo 0 o menos desenvolvido possível e 1 o mais desenvolvido possível. Para compreender melhor o IFMD, segue quadro comparativo do índice de acordo com as regiões do país.

Tabela 2.7
Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) médio por Região do Brasil nos anos 2002 e 2006

Região	IFDM 2000 – médio	IFDM 2006 – médio
Nordeste	0,5155	0,5615
Norte	0,5172	0,6125
Centro Oeste	0,6087	0,6956
Sudeste	0,6610	0,8025
Sul	0,6468	0,7836

Fonte: Processamento da autora

Observe que em ambos os anos o Nordeste é a região que figura com a menor média de desenvolvimento municipal segundo esse índice. Além desse índice, o Sistema Firjan categoriza os municípios em 4 classes de desenvolvimento de acordo com o índice obtido por ele. No quadro abaixo, definem-se as classes de acordo com os índices.

Quadro 2.1
Níveis de Desenvolvimento por IFDM

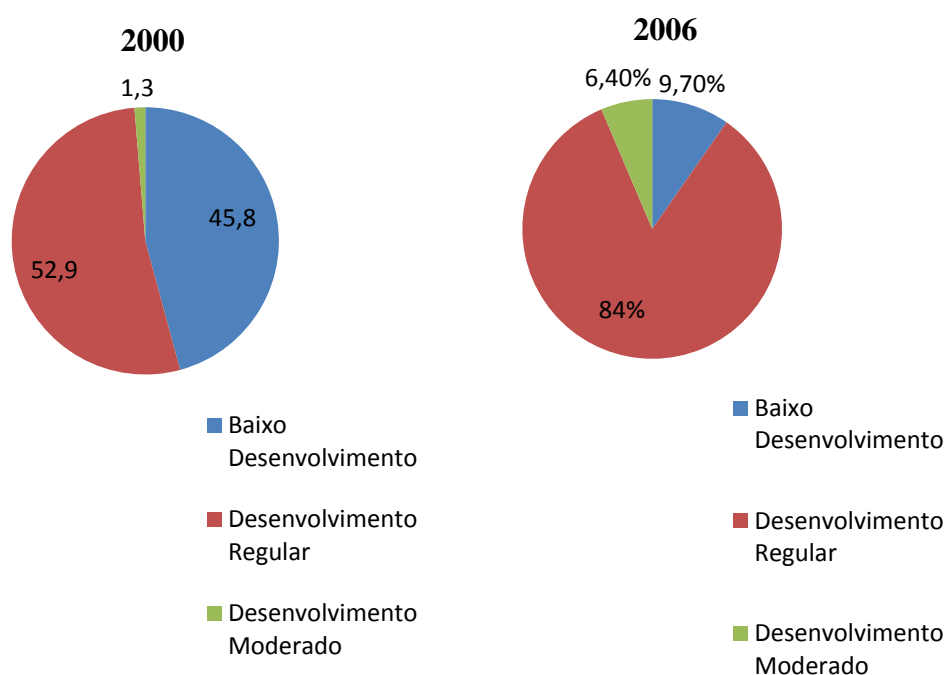
Nível de Desenvolvimento	Valor do IFDM
Alto desenvolvimento	Acima de 0,8
Desenvolvimento Moderado	Entre 0,6 e 0,8
Desenvolvimento Regular	Entre 0,4 e 0,6
Baixo Desenvolvimento	Abaixo de 0,4

Fonte: Processamento da autora

Diante desse quadro, o que se observa é que em 2000 as Regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste se encontravam em um nível de Desenvolvimento Moderado, enquanto as Regiões Norte e Nordeste se encontravam em um nível de Desenvolvimento Regular. Usando essa

categorização, os municípios do Nordeste se encontrariam divididos graficamente, da seguinte forma:

Gráfico 2.5
Divisão dos Municípios do Nordeste em Níveis de Desenvolvimento em 2000 e 2006



Fonte: Processamento da autora

Tabela 2.8
Divisão de Municípios do Nordeste por Nível de desenvolvimento em 2000 e 2006

Nível de Desenvolvimento	Percentual de Municípios em 2000 (%)	Percentual de Municípios em 2006 (%)
Desenvolvimento Moderado	1,3	6,4
Desenvolvimento Regular	52,9	84,0
Baixo Desenvolvimento	45,8	9,7

Fonte: Processamento da autora

Diante desse quadro, o que se percebe é que apesar de a mudança na média da região Nordeste ter sido apenas da ordem de 0,046, quando dividimos os municípios em níveis de desenvolvimento percebe-se que houve uma mudança radical na região. Em 2000, 45,8% dos municípios do Nordeste se encontravam em condição de Baixo Desenvolvimento. Em 2006,

esse número diminuiu para 9,7%. Isso nos leva a crer que o enfoque do programa Bolsa Família que era combater a pobreza, que é sinônimo de baixo desenvolvimento, surtiu efeitos significativos na região estudada.

Em “*The President’s ‘New’ Constituency*”, Zucco (2008) desenvolve o argumento de que candidatos do partido do governo tem uma performance eleitoral melhor nas regiões menos desenvolvidas do país. Esse argumento foi interessante quando discutimos as eleições de 1998, quando o partido do Governo era o PSDB. No entanto, para 2006, pelo menos no que diz respeito ao Nordeste não faz muito sentido, uma vez que como se observou anteriormente a votação no partido do governo acompanhou o desenvolvimento da Região. Observa-se que não se pode falar mais em uma associação direta entre falta de desenvolvimento e votação no candidato do governo, uma vez que a votação no candidato do governo cresceu conforme os municípios se desenvolveram.

Conforme argumentado por Wandelely Guilherme dos Santos, em seu artigo publicado em dezembro de 2006 no Valor Econômico - “*Grotões e Coronéis vivem de estatística*” - , pensar no Nordeste como uma região atrasada, de grotões, coronéis, eleitores desinformados e incapazes de tomar uma decisão racional é um equívoco. O Nordeste evolui em termos educacionais, econômicos e sociais, os coronéis não tem mais todo poder político concentrado em suas mãos e o que aconteceu na eleição de 2006 foi um simples reflexo disso. O crescimento da economia fez com que as relações de trabalho e de produção econômica da região se alterassem, retirando o poder dos coronéis da região que na época de Victor Nunes Leal definiam as eleições.

Diante do quadro apresentado por esse trabalho, do sucesso do enfoque do Programa Bolsa Família e do claro desenvolvimento da região, o fenômeno eleitoral que foi Lula na eleição de 2006 é simplesmente explicado pelo voto retrospectivo. O eleitor julgou o seu *status quo* positivo, atribuiu ao governo a sua condição à época e optou pela renovação para que sua situação não se alterasse. Questionar a racionalidade do eleitor nordestino nesses termos é que seria uma atitude irracional.

Quando o ponto em questão é o debate sobre o que teria levado aos altos índices de votação em Lula em 2006, se o Programa Bolsa Família ou a Economia, chega-se à conclusão assim como os trabalhos de Nicolau e Peixoto, Soares e Terron, Hunter e Power, que a influência do programa Bolsa Família na votação que Lula obteve na eleição de 2006 é inegável, ainda mais quando tratamos de Nordeste.

Analisando o perfil geográfico eleitoral de Lula no primeiro turno de 2006, observa-se que Lula ganha um novo território em relação à 2002: o Estado do Maranhão e muitos municípios do Piauí fronteiriços com o Maranhão. Essa nova região conquistada por Lula era insignificante no que diz respeito à vizinhança na eleição anterior. Também foram conquistados territórios no Sul do Ceará, no Sertão Paraibano, Pernambucano e Alagoano. Assim como as outras regiões conquistadas, eram insignificantes em 2002. Tal comportamento geográfico mostra o avanço de Lula a regiões do Nordeste em que não era muito popular anteriormente. No segundo turno da mesma eleição, houve poucas mudanças em relação ao primeiro quando se trata de territórios de alta votação cercados de outros de alta votação. Houve apenas um ligeiro aumento nas regiões de baixa votação cercadas de outras com baixa votação que pode ter sido causada pela repercussão negativa que o escândalo do *mensalão* teve mais próximo a esse turno.

Como podemos perceber pelas altas médias da região, em que não podemos falar de baixa votação, o escândalo não impactou a imagem do candidato de forma significativa. Hunter e Power argumentam que as regiões menos desenvolvidas do país não se incomodaram com os escândalos de corrupção e permitiram que Lula se reelegesse por conta dos benefícios materiais que recebiam do programa Bolsa Família e do aumento gradual do salário mínimo.

Esse argumento quando aplicado diretamente à região nordeste não pode ser levado tão ao pé da letra. Como já foi demonstrado os municípios do Nordeste se desenvolveram de forma significativa no período entre 2002 e 2006, então dizer que a falta de desenvolvimento levaria à falta de informação acerca do escândalo de corrupção e por isso o não impacto na votação seria um equívoco. O raciocínio que pode ser levado em consideração nesse caso é que os escândalos de corrupção não prejudicaram o desenvolvimento dos municípios, logo não causaram insatisfação a ponto de os nordestinos optarem pela oposição.

Fazendo uma regressão múltipla, onde obtemos um r^2 de 0,199, em que a variável dependente é o percentual de votos obtidos por Lula no segundo turno de 2006 por município do Nordeste e as variáveis independentes são o alcance do programa bolsa família, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal e o percentual de votos obtidos por Lula no segundo turno de 2002 por município percebemos que o fator mais relevante para a explicação dessa eleição é a anterior seguida do alcance do Programa Bolsa Família. Ou seja, pode-se concluir que a votação que Lula obteve em 2006 foi resultado da preferência dos eleitores por ele,

visto que a relação entre uma eleição e outra pode ser explicada pela fidelidade do eleitor a Lula, e pelo sucesso do programa implantado pelo seu governo.

Tabela 2.9
Tabela de Coeficientes e Significância da Regressão Múltipla da variável dependente proporção de votos de Lula no 2º turno de 2006 por município

Variável	Coeficiente B	Coeficiente Beta	Significância
Proporção de votos de Lula em 2002	0,278	0,396	0,000
IFDM 2006	-0,149	-0,110	0,000
Alcance do Programa Bolsa Família em 2006	0,233	0,265	0,000

Fonte: Processamento da autora

A relação inversa entre os votos de Lula e o desenvolvimento dos municípios parece contrariar os argumentos anteriores deste trabalho. No entanto, é relevante pensar que apesar de a votação ser maior nos municípios menos desenvolvidos, não significa que ela seja baixa nos municípios mais desenvolvidos, uma vez que não existem municípios com votação inferior 42%. Ou seja, essa relação não indica que a votação de Lula nos municípios mais desenvolvidos seja de fato baixa.

A onda de satisfação em relação ao governo permaneceu em constante crescimento durante todo o mandato de Lula. Em 2010, Lula não poderia mais se candidatar, a grande questão que se colocava era se ele daria um jeito de conseguir se candidatar novamente ou de quem iria ser seu sucessor.

2.6. Eleições de 2010

O grande diferencial e o cerne da questão da eleição de 2010 foi a ausência de Lula. Desde a redemocratização, todas as eleições tiveram Lula como candidato do PT, ora como oposição ora como Governo, mas sempre Lula. Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil do Governo Lula, foi a escolhida para ser a candidata do PT à sucessão. No período que antecedeu as eleições, a grande preocupação que afetava o eleitorado era se a Ministra, reconhecida por sua personalidade forte, seria de fato a sucessora do governo de Lula, se ela daria a continuidade aos programas de Lula. A questão da estabilidade econômica, já não era

um fator que amedrontava a população, ambos os candidatos – José Serra concorria novamente pelo PSDB – com reais condições de ganhar eram economistas e passavam uma imagem de segurança para a economia. A grande questão era se os programas de transferência de renda que causaram certa ascendência social e melhora na situação econômica e garantiram a popularidade de Lula seriam continuados no governo seguinte (Rennó e Peixoto, 2011).

Outra questão era se Lula seria capaz de transferir sua popularidade para Dilma Rousseff, até então desconhecida da imensa maioria da população. O Lulismo, como se referem alguns autores sobre o fenômeno de votação de Lula, era atribuído à personalidade carismática do presidente, a eleição de 2010 veio para testar se a votação de Lula era garantida pelo seu carisma.

Os mapas de *cluster* do primeiro capítulo (página 26) demonstram que essa transferência aconteceu e que a eleição de Dilma em 2010 foi mais parecida com a eleição de Lula em 2006 do que a Eleição do próprio Lula em 2006 quando temos por referência a eleição de 2002 no Nordeste. Quando calculamos a correlação de Pearson entre a votação obtida por Lula no primeiro turno de 2002 com a votação obtida por Lula em 2006 obtemos o valor de 0,224 com significância de 1%. Quando fazemos o mesmo exercício comparativo entre os primeiros turnos de Lula em 2006 e Dilma e 2010, obtemos o valor de 0,699. Os mapas e os padrões geográficos de votação também demonstram maior semelhança entre as eleições de 2006 e 2010 do que entre as eleições de 2002 e 2006. Assim como em 2006, a eleição de 2010 teve turnos com padrões geográficos eleitorais diferentes, sendo o primeiro regional e o segundo de transição. Em 2002, os dois turnos foram de transição. As médias de votação entre as eleições de 2006 e 2010 também são mais próximas, em 2002 a média de votação de Lula nos municípios do Nordeste foi de 38% no primeiro turno e de 51% no segundo turno. Nas eleições de 2006, essa média foi de 69% no primeiro turno e de 78% no segundo turno. Na eleição de Dilma, em 2010, essa média foi de 70% no primeiro turno e de 73% no segundo turno. No exercício de observação dos mapas, percebe-se que Dilma não perdeu nenhum território que Lula tinha conquistado em 2006, apenas ganhou mais territórios. Nenhum território de alta votação de Lula se transformou em território de baixa votação de Dilma, o que ocorreu em alguns casos foi apenas a vizinhança ter se tornado insignificante em alguns territórios.

Em relação ao que teria levado a essa transferência de votos, em concordância com as conclusões do trabalho de Rennó e Peixoto (2011) de que a ascensão social tenha sido um

fator que levou os eleitores a votar no governo, observa-se a seguinte mudança na região Nordeste em relação ao Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

Tabela 2.10
Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) médio por Região do Brasil nos anos 2006 e 2010

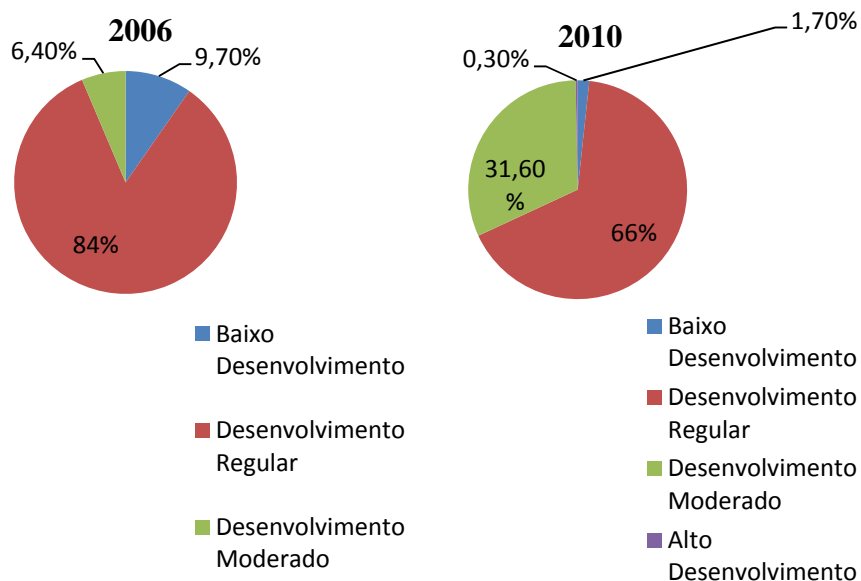
Região	IFDM 2006 – médio	IFDM 2010 – médio
Nordeste	0,5615	0,6718
Norte	0,6125	0,6594
Centro Oeste	0,6956	0,7427
Sudeste	0,8025	0,8288
Sul	0,7836	0,8261

Fonte: Processamento da autora

Observe que a região Nordeste que antes seria classificada como uma região em Desenvolvimento Regular agora passa a ser classificada como uma região em Desenvolvimento Moderado. Além disso, observa-se que pela primeira vez a região não é a menos desenvolvida do país.

Observando agora a distribuição de seus municípios entre os níveis de desenvolvimento comparativamente a 2006, temos:

Gráfico 2.6
Divisão dos Municípios do Nordeste em Níveis de Desenvolvimento em 2006 e 2010



Fonte: Processamento da autora

Tabela 2.11

Divisão de Municípios do Nordeste por Nível de desenvolvimento em 2006 e 2010

Nível de Desenvolvimento	Percentual de Municípios em 2006 (%)	Percentual de Municípios em 2010 (%)
Alto Desenvolvimento	0	0,3
Desenvolvimento Moderado	6,4	31,6
Desenvolvimento Regular	84,0	66,4
Baixo Desenvolvimento	9,7	1,7

Fonte: Processamento da autora

Surgem municípios com alto desenvolvimento no Nordeste, os municípios de baixo desenvolvimento são quase extintos e os municípios em desenvolvimento regular passam a ser uma parcela significativa apesar de ainda preponderarem os municípios de desenvolvimento regular. Criando uma *dummy* de melhoria de nível de desenvolvimento, em que é atribuído 0 aos municípios que tem níveis de desenvolvimento iguais ou inferiores em 2010 quando comparados a 2006 e 1 aos municípios que tem níveis de desenvolvimento superiores a 2006, observa-se que 35,4% dos municípios do Nordeste melhoraram de nível entre 2006 e 2010,. Quando se calcula a correlação de Pearson entre a *dummy* de melhoria no

desenvolvimento e a votação de Dilma em 2010, no entanto, observa-se que a relação é insignificante. Ou seja, apesar de a ascensão social individual ter se mostrado um fator que aumenta a probabilidade do indivíduo votar na Dilma, como mostrado no trabalho de Rennó e Peixoto (2010), a relação da ascensão municipal em termos de desenvolvimento não se verifica de forma tão clara.

Diante dessa negativa, quais seriam os fatores explicativos da alta votação de Dilma nos municípios do Nordeste? Para discutir esse ponto faz-se uma regressão múltipla com variáveis que serviram de explicação para a votação do candidato do PT à presidência em outros pleitos e retirando as variáveis insignificantes chega-se a uma regressão com a proporção de votos obtidos por Lula no segundo turno de 2006 por município no Nordeste, o alcance do programa Bolsa Família em 2010 e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Essa regressão, com um r^2 de 0,470, ou seja, explica 47% da variação, mostra que os fatores explicativos da eleição de 2010 são muito similares aos de 2006. Segue a tabela com coeficientes e significância para ilustrar melhor a argumentação:

Tabela 2.12
Tabela de Coeficientes e Significância da Regressão Múltipla da variável dependente proporção de votos de Dilma no 2º turno de 2010 por município

Variável	Coeficiente B	Coeficiente Beta	Significância
Proporção de votos de Lula em 2006	0,767	0,659	0,000
IFDM 2010	-0,067	-0,056	0,002
Alcance do Programa Bolsa Família em 2010	0,004	0,081	0,000

As variáveis significantes para a explicação da eleição de 2010 são as mesmas de 2006, com uma correção temporal. Além de as variáveis serem as mesmas, os seus coeficientes apresentam o mesmo sinal. A maior mudança de uma eleição em relação à outra é a diminuição da significância da variável de desenvolvimento municipal e a diminuição do impacto da variável de alcance do principal programa de governo na explicação da variável dependente. Ainda é necessário destacar o impacto da proporção da votação obtida por Lula nos municípios em 2006 para a explicação da votação de Dilma em 2010, veja que o

coeficiente B é de 0,767. Com esses valores podemos concluir que o principal motivo de Dilma ter sido bem votada nos municípios do Nordeste foi a transferência de votos que eram de Lula. As outras variáveis tiveram impacto muito pequeno na explicação, mas os municípios menos desenvolvidos continuam votando mais na candidata do governo e os municípios em que o programa Bolsa Família tem maior alcance também.

A diminuição da significância da variável de desenvolvimento municipal é mais um indício de que a ideia de que os grotões do Brasil tendem a votar no candidato do governo está ultrapassada.

2.7.As eleições e a mudança na relação entre o eleitorado nordestino e os candidatos do Partido dos Trabalhadores à presidência

Os municípios do Nordeste sofreram uma grande transformação dos anos 1980 até os dias de hoje. A sua relação com os candidatos à presidência também não esteve inalterada. Luis Inácio Lula da Silva, candidato em 5 das 6 eleições diretas desde a redemocratização, foi de candidato pouco popular a grande candidato do Nordeste em 21 anos. O candidato, que tinha uma média de 18% de votação nos municípios em análise no primeiro turno de 1989, chegou a atingir a média de 78% de votação nos municípios em sua última disputa – 2º turno de 2006.

A princípio a sua votação estava relacionada a municípios de médio e grande porte populacional e altos níveis de desenvolvimento. Essa realidade se alterou completamente entre as eleições de 2002 para 2006, Lula passou a ser mais bem votado em municípios menos desenvolvidos. No entanto, ao que tudo indica esses municípios menos desenvolvidos não tinham a mesma realidade que tinham os municípios em que Lula tinha baixos índices de votação até então. A votação de Lula nos municípios se desenvolveu junto com eles.

O programa Bolsa Família foi o grande aliado de Lula no Nordeste. Esse programa colaborou de forma significativa para o desenvolvimento dos municípios em questão e, por conseguinte, levou a altos índices de satisfação com o governo. Essa satisfação é medida quando, nesse trabalho, observa-se a relação direta entre o alcance desse programa e a proporção de votos de candidatos do PT ao governo.

A observação de todas as eleições leva a crer na racionalidade do voto do eleitor Nordestino. Em 1989, os eleitores Nordestinos, insatisfeitos com o passado ditatorial e obscuro optaram em sua maioria por Collor, que se dizia o caçador de marajás com um

discurso de combate ao passado. Em 1994, insatisfeitos com os escândalos em que Collor se envolveu e felizes com os resultados do Plano Real - implantado pelo candidato do PSDB quando no Ministério da Fazenda - para a estabilidade da economia brasileira, os eleitores nordestinos optam por Fernando Henrique Cardoso. Em 1998, a satisfação com a economia permanecia inalterada e os municípios menos desenvolvidos votaram em peso para a reeleição de FHC. Em 2002, a economia já não tinha a mesma estabilidade e o candidato não era mais FHC, o clima era de insatisfação, Lula conseguiu convencer os eleitores de que não causaria mais instabilidade econômica do que já se via e angariou o voto dos insatisfeitos. Em 2006, o cenário era muito favorável ao Presidente Lula, seu governo sustentava altos índices de aprovação, apesar do considerado um dos maiores escândalos de corrupção estar na mídia – o mensalão –, os nordestinos e o Brasil optaram pelo governo novamente, uma vez que estava satisfeito com seus resultados. Em 2010, a satisfação em relação ao governo aumentou, o programa Bolsa Família aumentou os seus quadros e mais pessoas deixaram a miséria, surgiu uma nova classe média muito satisfeita com a sua atual situação esta se refletiu em votos para a candidata do governo – Dilma Rousseff.

3. OS ESTADOS DO NORDESTE E SUA RELAÇÃO COM OS CANDIDATOS DO PT PÓS-DEMOCRATIZAÇÃO

Nesse capítulo, usando a mesma linha metodológica do anterior, traçarei o perfil dos Estados Nordestinos com o objetivo de encontrar diferenças e semelhanças entre eles no que diz respeito à sua relação com os candidatos do PT à presidência ao longo dos anos. Para facilitar o entendimento das próximas seções nessa introdução traça-se um panorama geral e comparativo dos Estados do Nordeste.

O quadro abaixo mostra algumas características importantes dos Estados do Nordeste, como por exemplo, que o Estado da Bahia é o que tem mais municípios, ou seja, que tem peso maior em uma análise generalista. Além disso, o quadro mostra a evolução temporal da votação de Lula nos municípios do Nordeste e informações acerca do desenvolvimento dos municípios desses Estados. Percebe-se que o Estado em que o candidato do PT foi mais votado variou muito no tempo, no entanto, quando se trata do Estado em que o candidato do PT foi menos votado há uma alternância entre Alagoas e Sergipe. Quando tratamos da eleição em que os Estados obtiveram maior votação temos uma unanimidade em 2006 como a mais votada e a menor votação dos Estados no tempo ocorre em anos diferentes. Em 1989, ocorrem

as menores votações do Maranhão, do Piauí, do Ceará, do Alagoas do Sergipe e da Bahia. Em 1998, ocorre a menor votação do Rio Grande do Norte e, em 1994, a menor de Pernambuco

Tabela 3.1

Sumário de Dados sobre eleições e desenvolvimento por Estado do Nordeste

	Número de municípios	Percentual de municípios no Nordeste	Média de votação no candidato do PT à Presidência										IDH médio dos Municípios		IFDM médio dos Municípios	
			Lula						Dilma				1991	2000	2006	2010
			1º/1989	2º/1989	1994	1998	1º/2002	2º/2002	1º/2006	2º/2006	1º/2010	2º/2010				
MA	217	12,1	18,4 ^e	33,3	18,6	22,4	35,3	50,6	77,7 ^b	85,7 ^{ab}	77,2 ^b	81,6 ^b	0,4831	0,5807 ^g	0,4535 ^h	0,5318 ^h
PI	223	12,4	18,8 ^e	35,1	25,2	20,6	40,1	52,7	70,0	78,5 ^a	75,3	75,5	0,4835	0,5873	0,4592	0,5723
CE	184	10,3	10,2 ^e	35,6	19,0	23,1	29,1	60,6 ^b	72,5	82,4 ^a	75,1	80,2	0,5092	0,6311	0,5227	0,6216 ^d
RN	167	9,3	19,7	39,5	17,2 ^e	19,2	36,5	49,7	67,2	74,8 ^a	62,2	66,7	0,5217	0,6365 ^c	0,5334	0,6157
PB	223	12,4	22,8	41,1 ^b	22,1 ^e	24,8	41,0	48,9	69,0	76,5 ^a	63,0	66,8	0,4818	0,5918	0,4968	0,5842
PE	185	10,3	27,6 ^b	41,1 ^b	31,5 ^b	25,9 ^e	42,2	50,3	75,8	81,3 ^a	74,4	80,2	0,5264 ^c	0,6260	0,5169	0,6021
AL	102	5,7	8,0 ^{ef}	20,4 ^f	9,4 ^f	17,7 ^f	22,9 ^f	35,5 ^f	56,7	69,8 ^a	61,9	62,7	0,4722 ^g	0,5830	0,4649	0,5482

SE	75	4,2	13,9 ^e	26,3	28,7	27,6 ^b	36,8	49,9	50,7 ^f	61,0 ^{af}	55,5 ^f	58,2 ^f	0,5239	0,6215	0,5499 ^d	0,6170
BA	417	23,3	18,9 ^e	38,3	27,6	25,3	45,7 ^b	53,9	66,5	76,5 ^a	69,8	72,6	0,5163	0,6257	0,4630	0,5433
TO TA L	1793	100,0	18,4 ^e	36,3	23,3	23,2	38,6	51,4	69,0	77,8 ^a	69,8	73,2	0,5025	0,6103	0,4876	0,5751

a – maior valor da série temporal;
b – maior votação da eleição;
c – maior IDH;
d- maior IFDM;

e- menor valor da série temporal;
f- menor votação da eleição;
g- menor IDH;
h- menor IFDM.

Fonte: Processamento da autora

A Média dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos Municípios do Estado e a Média do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) também constam na tabela. Assim como os maiores índices de votação os maiores índices de Desenvolvimento também variam pelos Estados ao longo dos anos. Em 1991, a média do IDH Municipal mais alto era de Pernambuco. Em 2000, a mesma era do Rio Grande do Norte. Em 2006, a média do IFDM mais alta era de Sergipe e em 2010 do Ceará. Os piores índices, no entanto, não variam muito. Em 1991, o pior Índice médio de desenvolvimento era de Alagoas, em todos os anos investigados que seguem esse índice é do Maranhão.

É interessante saber como que os recursos do principal programa de governo se distribuíram entre os Estados do Nordeste. Segue um quadro com essa informação.

Tabela 3.2
Proporção de beneficiários do Programa Bolsa Família em 2006 e 2010 por Estado

UF	Proporção de beneficiários do Bolsa Família por habitante 2006	Proporção de beneficiários do Bolsa Família por habitante 2010	Incremento de beneficiários do Bolsa Família de 2006-2010
MA	14,37	15,03	0,66
PI	15,69	16,86	1,17
CE	15,17	14,96	-0,21
RN	14,36	14,43	0,07
PB	15,07	14,46	-0,61
PE	13,95	14,60	0,65
AL	14,42	16,14	1,72
SE	13,14	13,88	0,74
BA	13,00	14,53	1,53
TOTAL	14,29	14,98	0,69

Fonte: Processamento da autora

Percebe-se que o Estado com a maior proporção média de beneficiários por habitante de municípios é o Piauí seguido do Alagoas. Os Estados com a menor proporção de beneficiários por habitante de municípios é o Sergipe, seguido do Rio Grande do Norte. Aqui se observa uma coincidência interessante, assim como o Sergipe é o Estado que tem a menor proporção de beneficiários por município ele também é o Estado que teve a menor votação nos Candidatos do PT nas eleições que sucedem a implantação do programa.

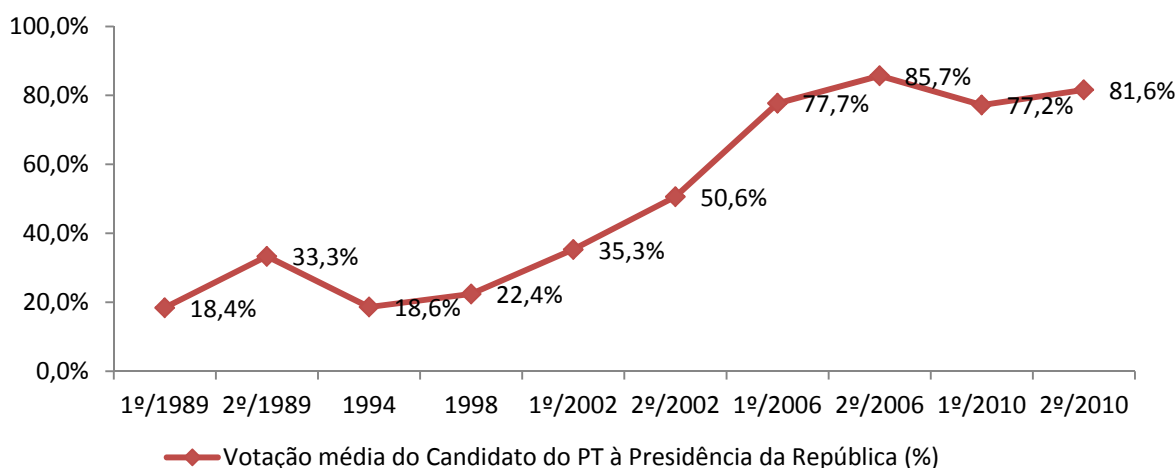
Com esse quadro em mente, passa-se agora a uma análise pontual por Estado, para que se possa afirmar se situações como que se observaram em Sergipe são fruto de uma coincidência ou se pode-se afirmar que são fatores de determinação da eleição.

3.1. Maranhão

O Estado do Maranhão tem uma população de mais de 6,5 milhões de habitantes e abriga atualmente o pior índice de desenvolvimento municipal da Região Nordeste. O Estado é também o que tem maiores índices de votação em candidatos do PT à presidência. Segue abaixo o gráfico com a evolução da votação dos Candidatos do PT à presidência no Estado do Maranhão.

Gráfico 3.1

Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado do Maranhão



Fonte: Processamento da autora

Observe que Lula vinha em um crescimento linear desde 1994, quando ocorre a mudança de candidatos de Lula pra Dilma há uma ligeira queda, mas os índices de votação permanecem superiores à 70%. O incremento de 0,66% na proporção média de beneficiários do Programa Bolsa Família não resultou em aumento de votação entre 2006 e 2010.

As menores taxas de desenvolvimento dos municípios podem ser perfeitamente pareadas às menores votações dos candidatos do PT no Estado. Em 1989, Lula obtém a menor votação da história no Maranhão e a média dos IDHs dos municípios está por volta de 0,48. Em 2006, quando Lula obtém sua melhor votação no Estado o IDH do Estado está por volta

de 0,683 (PNUD). Ou seja, o crescimento da votação de Lula acompanha o desenvolvimento do Estado do Maranhão.

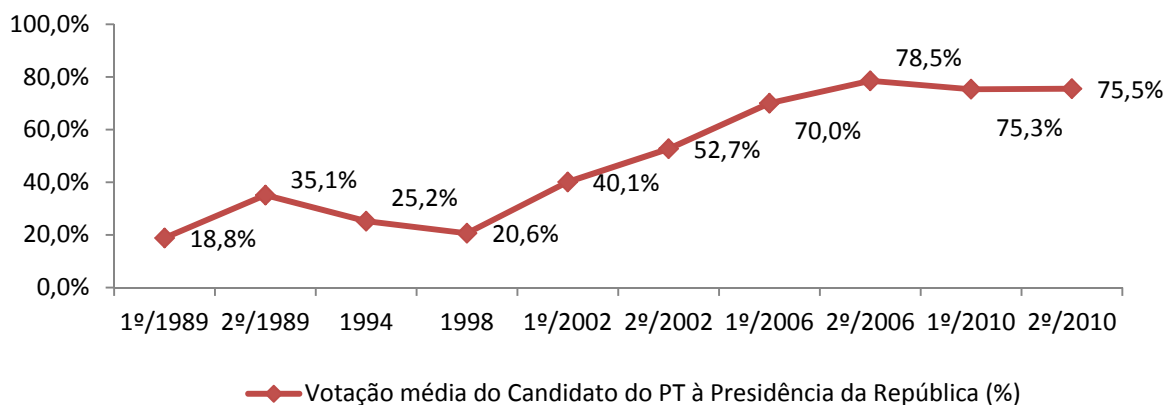
É interessante observar que no segundo turno de 2010, Dilma não obteve menos de 50% dos votos em nenhum dos municípios do Estado – no segundo turno de 2006, Lula obteve menos de 50% dos votos em apenas 2 municípios. Isso demonstra o quanto o Estado é favorável à candidatura petista.

3.2. Piauí

O Estado do Piauí tem uma população de cerca de 3,2 milhões de habitantes. Não é um Estado com os melhores índices de desenvolvimento, mas também não é o menos desenvolvido. Observe o gráfico abaixo para entender como é o comportamento da votação em candidatos do PT no Estado:

Gráfico 3.2

Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado do Piauí



Fonte: Processamento da autora

Observe que diferentemente do Maranhão, a substituição de Lula por Dilma não teve impacto tão marcante nos índices de votação. Além disso, o Estado apresenta índices de votação mais altos em 1994 que em 1998. Fora as questões citadas, o comportamento do Estado do Piauí é muito similar ao do Maranhão, possui uma evolução linear de 1998 ao 2º turno de 2006 com uma tênue queda no primeiro turno de 2010 que permanece constante no segundo turno.

A pequena diferença entre os candidatos Dilma e Lula pode se dever ao fato de que o incremento de beneficiários do Bolsa Família entre 2006 e 2010 no Estado foi um dos maiores da Região – 1,17%.

Assim como o Estado do Maranhão, a votação dos candidatos do PT no Piauí cresceu conforme o Estado se desenvolveu. Em 1989, quando a votação de Lula obtém o seu menor registro o IDH médio dos Municípios do Estado é de cerca de 0,48. Em 2007, logo após Lula registrar a melhor votação do PT para presidente o IDH atinge do Estado atinge 0,740 (PNUD).

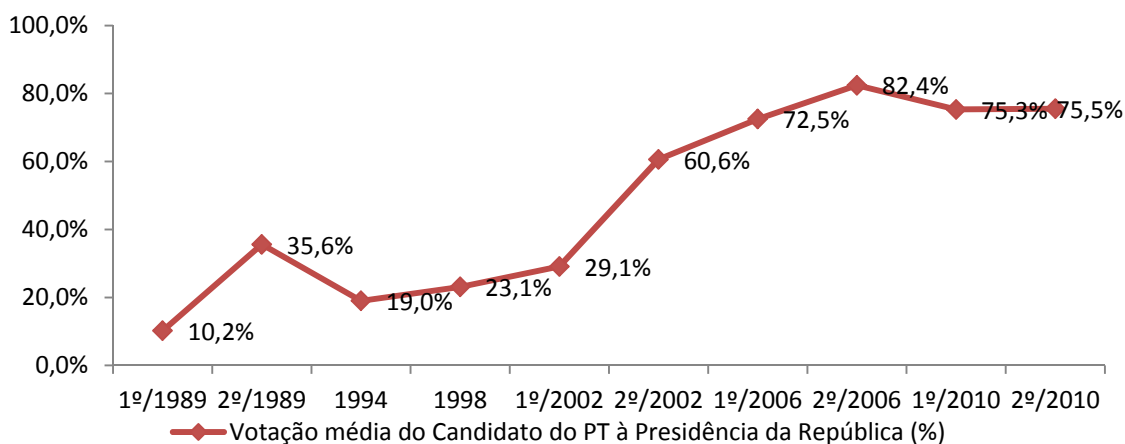
No Piauí, apenas dois municípios do seu universo de 223, apresentam votação inferior a 50% em Dilma no segundo turno de 2010 – o mesmo número de municípios que em 2006. É inegável a preferência dos piauienses pelo governo de candidatos do Partido dos Trabalhadores.

3.3.Ceará

O Estado do Ceará possui cerca de 8,5 milhões de habitantes. De acordo com o Índice Firjan de Desenvolvimento, em 2010, o Ceará era o Estado com os municípios mais desenvolvidos da Região Nordeste – com uma média de 0,6216. Na última eleição os municípios do Estado sustentaram altos índices de votação na candidata do PT, sendo superado apenas pelos municípios do Maranhão. Abaixo o gráfico com a evolução da votação média dos municípios do Ceará nos candidatos do PT à presidência ao longo dos anos.

Gráfico 3.3

Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado do Ceará



Fonte: Processamento da autora

Observando o gráfico acima vemos que o comportamento do Estado do Ceará se assemelha aos dos Estados já estudados, mais ao Maranhão que ao Piauí, pois assim como o Maranhão observa-se um crescimento linear da votação dos candidatos do PT à presidência desde 1994, interrompido em 2010 com a mudança de candidato de Lula para Dilma. É importante notar também, que os municípios do Ceará apresentam a maior média de votação para Lula no segundo turno de 2002, como já observado em capítulo anterior isso provavelmente se deve à transferência de votos de Ciro Gomes para Lula. Ciro Gomes já ocupou diversos cargos importantes no Estado como o de Governador do Estado, de prefeito de Fortaleza e de Deputado Estadual e Federal.

Assim como os dois estados analisados anteriormente no Ceará as taxas de votação também acompanharam o seu desenvolvimento. Perceba que o IDH médio dos municípios do Ceará em 1991 era de 0,50, e em 1989 o mesmo registrou uma votação média de 10,2% para o candidato do PT em seus municípios. Em 2005, dados do PNUD mostram que o IDH médio do Estado era de 0,723 e em 2006 foi registrada a maior votação média dos municípios do Estado em candidato do PT – 82,4%.

Ao contrário do que aconteceu nos Estados analisados anteriormente, o número de beneficiários por habitante diminuiu em 0,21% no Ceará. Essa diminuição coincidiu com a chegada do Estado na primeira posição no ranking de desenvolvimento do Firjan entre os municípios do Nordeste. Ou seja, essa diminuição pode ser resultado do desenvolvimento dos municípios e do crescimento consequente da renda dos cidadãos o que pode os ter tirado do grupo que o programa foca.

No Ceará apenas um município não registrou mais de 50% dos votos para Dilma em 2010. Esse município foi Viçosa do Ceará, município sobre o qual faço um breve estudo de caso. Assim, como em 2010, Viçosa foi o único município do Ceará em que Lula não atingiu 50% dos votos em 2006. O Estudo de caso é relevante para o entendimento da diferença desse município para os outros do Estado e do Nordeste e no que essa diferença ajuda a entender a relação do Nordeste com os candidatos do PT à presidência da República

3.3.1. O curioso caso de Viçosa do Ceará

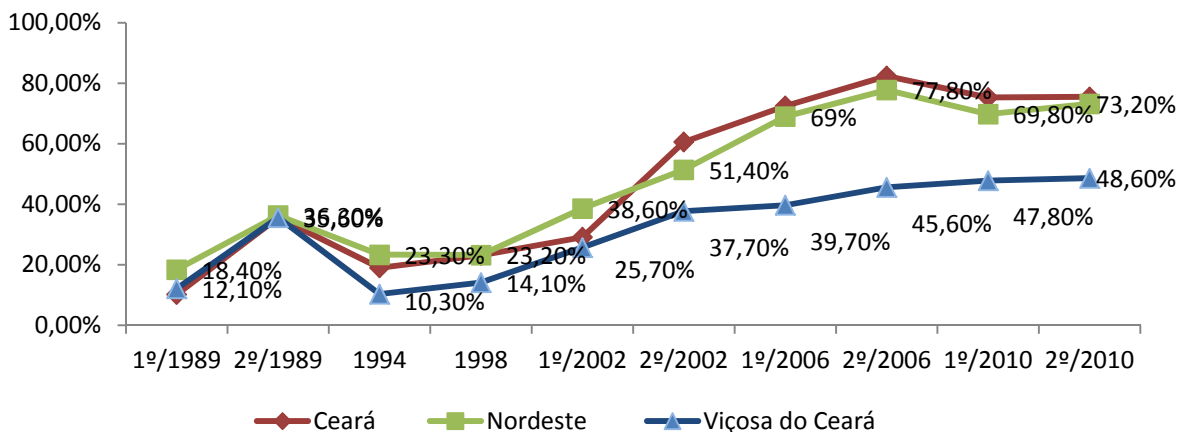
Viçosa do Ceará situa-se na mesorregião Noroeste Cearense e na Microrregião Ibiapaba. Tem população de 54 961 habitantes (dados de 2010). Faz fronteira com Tianguá e Granja no Ceará e com Cocal e Cocal dos Alves no Piauí. Situa-se a 348,8 km de Fortaleza – capital do Ceará - e a 259 km de Teresina – capital do Piauí. Esta cidade é importante de ser

analisada por ter mantido a sua fidelidade ao PSDB mesmo quando a “Onda Lula” tomava toda a sua vizinhança.

Segue um gráfico comparativo da votação de Viçosa, do Ceará e do Nordeste no decorrer dos anos.

Gráfico 3.4

Comparação das votações obtidas no Nordeste, no Ceará e em Viçosa do Ceará



Fonte: Processamento da autora

Os dados sobre a votação de Viçosa do Ceará constantes na planilha de Dados de Zucco (2008) e os mesmo dados Constantes no Livro “Viçosa do Ceará: Política e Poder” de Eônio Fontenele (2013) – que é a principal fonte desse Estudo de caso não coincidem. No gráfico uso os dados de Zucco (2008), uma vez que os dados sobre o Ceará e sobre o Nordeste vem da mesma fonte. Abaixo uma tabela comparativa dos dados de Zucco e de Fontenele.

Tabela 3.3

Dados de Zucco comparados ao de Fontenele

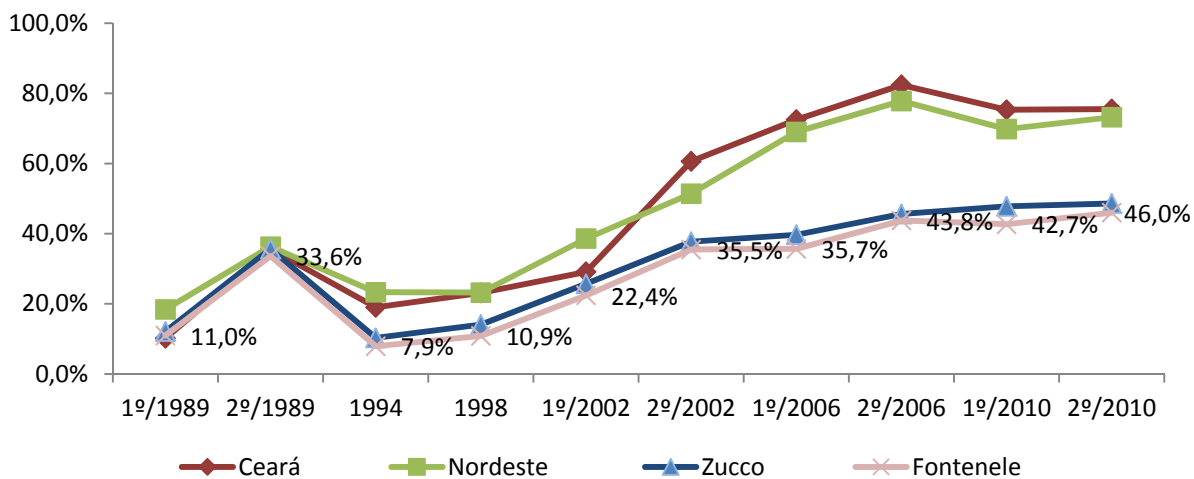
Eleições	Zucco (%)	Fontenele (%)
1º/1989	12,1	10,98
2º/1989	35,6	33,6
1994	10,3	7,93
1998	14,1	10,86
1º/2002	25,7	22,4
2º/2002	37,7	35,48
1º/2006	39,7	35,65
2º/2006	45,6	43,76

1º/2010	47,8	42,69
2º/2010	48,6	46

Fonte: Processamento da autora

Observe que os dados de Fontenele sempre trazem a votação mais para baixo, a fonte indicada por Fontenele é o Arquivo do TRE-CE, enquanto a fonte indicado por Zucco é o TSE. Não tendo ao certo quais os dados são mais confiáveis, usarei ambos os dados para análise, segue novo gráfico com os dados de Zucco e de Fontenele ou do TSE e do TRE-CE.

Gráfico 3.5
Comparação dos dados de Fontenele e Zucco



Fonte: Processamento da autora

Apesar das discrepâncias entre os dados, pelo gráfico observa-se que a análise comparativa com as médias do Nordeste e do Ceará independe de que dados tenham sido usados, ou seja, não muda muito. O que se observa no gráfico é que a votação do Candidato do PT em Viçosa sempre foi inferior às do Estado e da Região. Veja que no decorrer dos anos a distância entre o que era esperado da votação de Viçosa por se situar no Nordeste e no Ceará e a realidade do município foi se aprofundando. O que se questiona principalmente é o que tem Viçosa de diferente dos outros municípios do Ceará e da Região Nordeste. Abaixo traço um comparativo de alguns índices de Viçosa do Ceará, do Ceará e do Nordeste para investigar os motivos dessa discrepância eleitoral.

Tabela 3.4**Dados comparativos sobre desenvolvimento e alcance do Programa Família**

	IDH 1991	IDH 2000	IFDM 2000	IFDM 2006	IFDM 2010	Proporção de beneficiári os do BF/habitant e 2006 (%)	Proporçã o de beneficiá rios do BF/habita nte 2010
Viçosa do Ceará	0,451	0,593	0,40778	0,50162	0,57631	17,38	15,15
Ceará	0,5092	0,6311	0,4399	0,5227	0,6216	15,17	14,96
Nordest e	0,5025	0,6103	0,4137	0,4876	0,5751	14,29	14,98

Fonte: Processamento da autora

Observa-se que os índices de desenvolvimento de Viçosa estiveram abaixo da média do Estado em todos os anos analisados e abaixo da média do Nordeste em 1991 e em 2000. Em compensação quando se trata da proporção de beneficiários do programa Bolsa Família (BF) nos anos em análise os números de Viçosa superam os números tanto da média Estadual quanto regional. Os dados de Viçosa sobre o programa Bolsa Família demonstram que o programa não sofre pressões partidárias no que diz respeito ao acesso de munícipes aos benefícios do Governo Federal. Como é possível observar no próximo quadro a prefeitura de Viçosa sempre esteve com Partidos de oposição ao Partido dos Trabalhadores.

Quadro 3.1**Quadro comparativo de Partidos na Prefeitura de Viçosa Ceará, no Governo do Ceará e na Presidência do Brasil 1989-2010**

Períodos	Prefeitura de Viçosa do Ceará	Governo do Estado Ceará	Presidência do Brasil
-----------------	--------------------------------------	--------------------------------	------------------------------

1988-1989	PFL/PDS	PMDB/PDC/PC B/PCdoB	PMDB/PFL
1989-1992	PFL/PDS	PSDB/PDT/PD C	PRN
1993-1994	PFL/PMDB	PSDB/PDT/PD C	PMDB
1995-1996	PFL/PMDB	PSDB/PDT/PT B	PSDB
1997-1998	PSDB	PSDB/PDT/PT B	PSDB
1999-2000	PSDB	PSDB/PPS/PSD /PPB/PTB	PSDB
2001-2002	PSDB/PSD	PSDB/PPS/PSD /PPB/PTB	PSDB
2003-2004	PSDB/PSD	PSDB/PPB/PSD /PV	PT/PCB/PCdoB
2005-2006	PSDB/PRP	PSDB/PPB/PSD /PV	PT/PCB/PCdoB
2007-2008	PSDB/PRP	PSB	PT
2009-2010	PSDB	PSB	PT
2011-2012	PSDB	PRB/PDT/PT/P MDB/PSC/PSB/ PCdoB	PRB/PDT/PT/PMDB/PTN/PSC/PR/ PTC/PSB/PCdoB

Observa-se que a Prefeitura de Viçosa sempre foi ocupada por grupos do PFL ou do PSDB. Fontenele (2013) demonstra em sua obra que na realidade o PFL e o PSDB são o mesmo grupo político. Prova disso é que em 2008, Silvana até então candidata à prefeitura pelo PSDB teve seu mandato cassado pelo TSE que alegou o seguinte motivo “nos últimos doze anos, parentes (da candidata) comandaram a prefeitura da cidade, o que configura a perpetuação de uma mesma família no poder” (Fontenele, 2013). Como se pode notar pelo

trecho o poder em Viçosa esteve desde antes da redemocratização nas mãos do mesmo grupo político e durante 12 anos da mesma família.

O predomínio político dessa liderança local era tão forte e seus líderes tão carismáticos que Viçosa passou imune ao fenômeno de votação para Lula no Governo Federal. Enquanto o grupo do PT vencia com ampla margem de votos no Brasil em 2006 e em 2010, Viçosa permanecia votando nos candidatos do PSDB por orientação dos líderes políticos da região. O Ceará foi o Estado do Nordeste com maior votação para Lula em 2002. Isso se deve provavelmente à transferência dos votos de Ciro a Lula no Estado. Ciro Gomes foi o candidato mais votado no primeiro turno, em Viçosa. No entanto, ao contrário do Estado, o que se observou em Viçosa foi a transferência de votos de Ciro para Serra, apesar do apoio declarado de Ciro a Lula. Isso se deve à orientação de Tasso Jereissati para os copartidários do PSDB que lideravam o município na época.

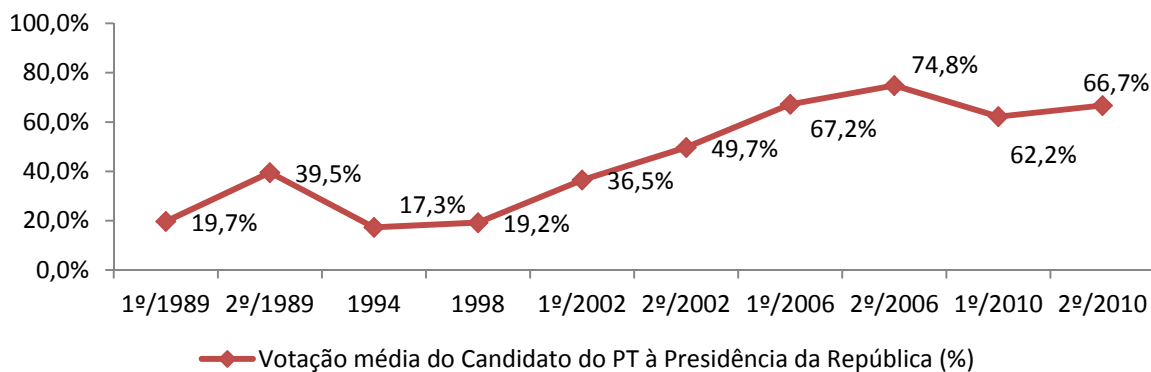
O que se observa em Viçosa é a prevalência das influências políticas locais em detrimento das influências externas do Estado e do País. A força desses líderes é tão grande que em 2002, Tasso Jereissati conseguiu eleger o seu indicado, Lúcio Alcântara, apenas pela diferença feita pelos votos de Viçosa do Ceará. Fontenele (2013) observa que se fossem retirados os votos que Lúcio Alcântara recebeu em Viçosa, o candidato da oposição (PT), José Airton Cirilo, teria ganhado no Estado e encerrado o ciclo de poder de Tasso naquele ano.

O que se observa é que Viçosa do Ceará, ao contrário de muitas cidades do Nordeste ainda não superou o período dos Coronéis e permanece votando nos indicados dos seus líderes políticos.

3.4.Rio Grande do Norte

O Estado do Rio Grande do Norte (RN) tem cerca de 3,2 milhões de habitantes. Em 2000, O Rio Grande do Norte era o Estado com a melhor média de IDH de municípios. Dentre os Estados da Região o Rio Grande do Norte não tem nenhum destaque no que diz respeito à votação de Lula no decorrer dos anos. Suas médias de votação são bem próximas às da Região Nordeste como um todo e em nenhum ano o RN se destacou com a maior ou a menor votação dentre os outros Estados. Observe a evolução da votação de Lula no decorrer dos anos no Estado do Rio Grande do Norte.

Gráfico 3.6
Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado do Rio Grande do Norte



Fonte: Processamento da autora

Diferentemente do que se observa nos Estados anteriormente analisados o menor valor da série temporal não se encontra em 1989, a menor média de votação obtida por Lula no Estado foi em 1994. Assim como o Piauí, a mudança de candidato em 2010 diminuiu de forma significativa a votação média dos municípios para a candidata do PT. De 1994 a 2006 o que se observa no Estado, assim como nos outros analisados, é uma constante ascensão nas médias de votos obtidas nos municípios do RN.

Assim como nos outros Estados analisados, o crescimento nas taxas médias de votação dos municípios do Estado do RN acompanhou o desenvolvimento do Estado. Em 1991, o IDH do RN era de 0,5217 e como observado em 1994, os menores índices de votação média municipal foram registrados. Em 2005, o PNUD atribuiu o IDH médio de 0,738 para o Estado e assim como os outros Estados analisados em 2006 são registrados os maiores índices de votação dos candidatos do PT à Presidência desde que o voto para esse cargo é direto.

No Rio Grande do Norte o incremento médio na proporção de beneficiários por habitante do Programa Bolsa Família de 2006 para 2010 foi de apenas 0,07%. Talvez a esse

fator se deva a diminuição na votação média dos candidatos do PT à presidência de uma eleição para outra e não somente à mudança de candidato.

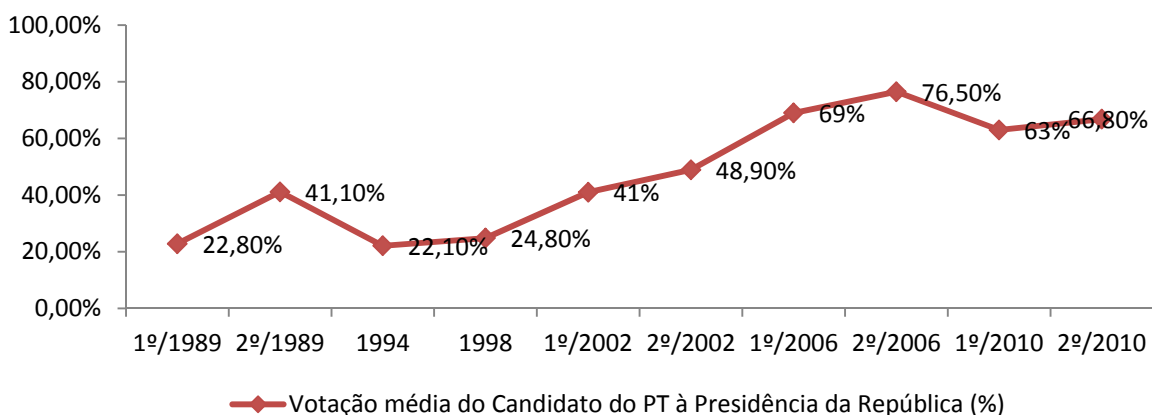
Dos 168 municípios do Rio Grande Norte, em apenas dezessete Dilma obteve menos que 50% dos votos – em 2006, Lula não obteve menos de 50% dos votos em nenhum município. Nos outros Estados esse número foi muito menor e em alguns não existem municípios com essa característica. Isso demonstra que apesar dos altos índices de votação para a candidata do PT nos municípios do RN, dentre os Estados ele não é um dos que se destaque em termos proporção de votos para a candidata e que esse é um Estado em que a mudança de candidato influenciou o eleitorado de forma desfavorável ao PT.

3.5. Paraíba

O Estado da Paraíba tem cerca de 3,7 milhões de habitantes. Dentre os estados analisados a Paraíba não tem nenhum destaque quanto ao desenvolvimento dos seus municípios. No entanto, foi o Estado em que a média de votação de seus municípios obteve a maior média no segundo turno de 1989. Isso demonstra que já havia simpatia à Lula no Estado da Paraíba. Para acompanhar a evolução dessa simpatia eleitoral por candidatos do PT à presidência, observe o gráfico a seguir.

Gráfico 3.7

Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado da Paraíba



Fonte: Processamento da autora

Observando o gráfico percebemos que assim como o Rio Grande do Norte, a Paraíba teve a menor média de votação em 1994, se diferenciando dessa forma do Maranhão, do Piauí e do Ceará. Assim como o Maranhão, o Piauí e o Rio Grande do Norte a Paraíba teve uma sensível diminuição na votação de 2006 para 2010 com a troca dos candidatos. Isso pode resultar dos índices do Bolsa Família.

O Estado da Paraíba foi o que teve a maior diminuição na proporção média de beneficiários por habitante de seus municípios – de 0,61%. No entanto, assim como o Ceará era um dos Estados com a maior média proporcional de beneficiários por município em 2006. Como o Estado tinha mais beneficiários do que a média regional e como o programa não aumentou o número de beneficiários até 2009 é natural que nessa região haja redução da proporção de beneficiários. Isto se dá por duas possibilidades: mudança na condição social dos munícipes retirando alguns do grupo focado pelo programa ou reavaliação do excesso de beneficiários no Estado – que pode ser resultado de fraude – e consequente redistribuição das Bolsas excedentes entre outros estados da região.

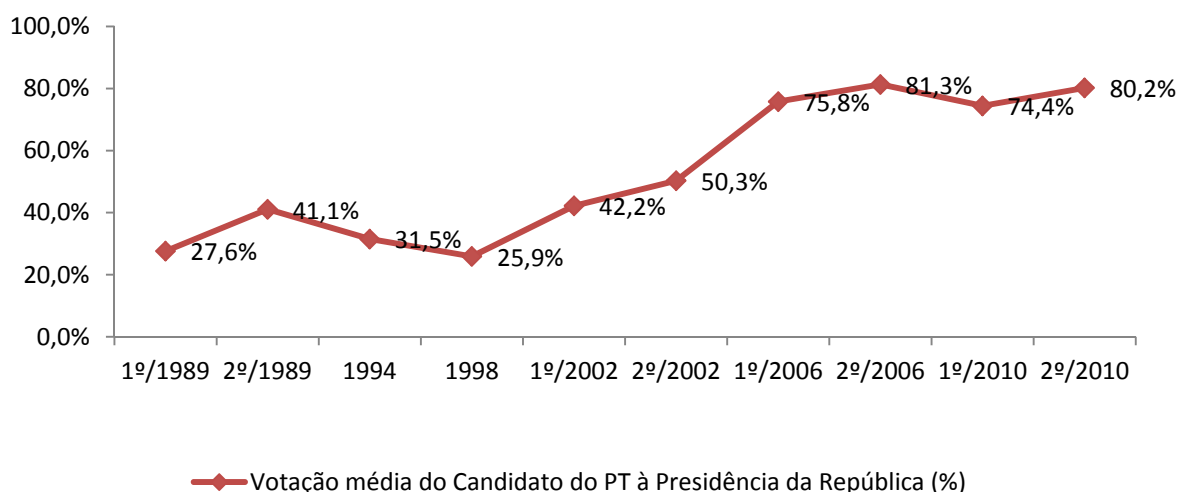
As taxas de votação acompanharam o desenvolvimento do Estado. Em 1991, o IDH médio dos municípios do Estado era de 0,5217 e em 2005 esse índice atingiu 0,718 (PNUD). Assim como os índices, em 1994, primeira eleição pós divulgação do IDH de 1991, a votação média do PT nos municípios da Paraíba foi a menor da série temporal (22,1%); e em 2006, primeira eleição pós divulgação do IDH Estadual de 2005, a votação média do PT nos Estados atingiu seus melhores números (76,5%).

A Paraíba tem 223 municípios, destes, em apenas dez, Serra obteve mais votos que Dilma no segundo turno de 2010. Esse número nos mostra o quanto a candidata do PT é bem quista nos municípios do Estado e o quanto a imagem dos candidatos do Partido dos Trabalhadores mudou no decorrer dos anos na Paraíba.

3.6.Pernambuco

Luis Inácio Lula da Silva é Pernambucano de Caetés. Isso faz com que se espere alguma vantagem para o candidato nesse Estado. O Estado de Pernambuco possui cerca de 8,8 milhões de habitantes e desde a primeira eleição em que Lula foi candidato a Presidente vem apresentando taxas superiores às médias nordestinas – com exceção apenas do segundo turno de 2002. Observe o gráfico a seguir com a evolução da votação de Lula em Pernambuco.

Gráfico 3.8
Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado de Pernambuco



Fonte: Processamento da autora

O exame do Gráfico mostra que o comportamento de Pernambuco se diferencia de todos os Estados até agora observados. A menor votação, ao contrário dos outros os Estados que foi em 1989 ou em 1994, foi em 1998. A diferença entre a média de votos que Dilma obteve em 2010 e a média de Lula foi muito pequena e no segundo turno Dilma quase alcança a mesma média que Lula no Estado. Isso mostra que a transferência de votos de Lula para Dilma no Estado foi praticamente total. Ou seja, ou o Estado simpatiza com o Partido dos Trabalhadores de fato ou é muito fiel a Lula a ponto de tratar a sua indicação tal como ele.

Quanto ao desenvolvimento dos municípios de Pernambuco, o Estado possuía a maior média de IDH dos municípios em 1991 – 0,5264 – no Nordeste. Em 2000, medição do IDH mais próxima da eleição com a pior média da série temporal analisada, o Estado possuía 0,6260 de índice médio nos municípios, o terceiro do ranking nordestino, mas ainda acima da

média dos municípios da região – 0,6103. Em 2005, o IDH era de 0,718 e a votação média foi a maior da série temporal. Diante disso percebe-se que assim como os outros Estados a votação dos candidatos do PT nos municípios cresceu junto com eles.

Em relação ao Programa Bolsa Família, de 2006 para 2010 o Estado obteve um incremento de 0,65% na proporção média de beneficiários por habitante, o que demonstra que o programa cresceu entre as duas eleições o que pode justificar a pequena mudança nos percentuais médios de votação entre os candidatos dos dois pleitos.

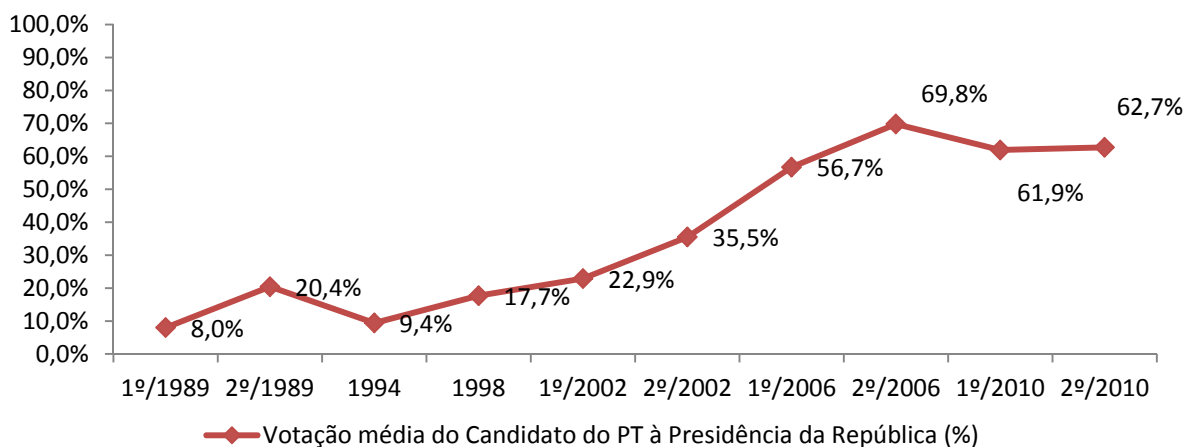
Assim como o Maranhão no segundo turno de 2010, nenhum município de Pernambuco registrou votação inferior a 50% o que demonstra a extrema preferência pela candidata do PT nesse pleito. Esse fenômeno também ocorreu em 2006, quando Lula não perdeu em nenhum município de Pernambuco. Isso demonstra que ao menos nesse Estado a mudança de candidato não ocasionou grandes mudanças em relação ao eleitorado.

3.7. Alagoas

Em uma visão ampla pode-se afirmar com base nos dados que os municípios de Alagoas são os menos favoráveis à presidência do PT ao longo dos anos analisados. Em nenhum pleito da análise a votação de Alagoas é superior à média do Nordeste e em 6 dos dez pleitos é no Estado de Alagoas que Lula obtém as menores médias de votação dos municípios. Observe abaixo a evolução da votação dos candidatos do PT à Presidência no Alagoas.

Gráfico 3.9

Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado de Alagoas



Fonte: Processamento da autora

Apesar dos valores mais baixos a evolução da votação no Estado do Alagoas é muito similar a do Piauí e do Ceará. Isso significa que a votação mais baixa acontece no primeiro turno de 1989. A partir de 1994, há uma ascensão contínua que é interrompida em 2010 com a mudança de candidatos.

O Estado do Alagoas quando comparado aos Estados já analisados possui um número um pouco menor de municípios – 102. Sua população tem cerca de 3,2 milhões de habitantes e seu IDH em 1991 era o pior da Região 0,4722. No decorrer dos anos o IDH do Alagoas evolui chegando à 0,677 em 2005 – o menor dentre os analisados até agora. Assim como nos outros Estados a votação em candidatos do PT aumenta conforme o IDH aumenta.

Quanto ao Programa Bolsa Família, o Estado de Alagoas foi o que teve o maior incremento de 2006 à 2010. Esse privilégio deve ter se dado devido aos baixos índices de desenvolvimento estadual. Apesar disso não se verificou um aumento na votação em candidatos do governo no Estado.

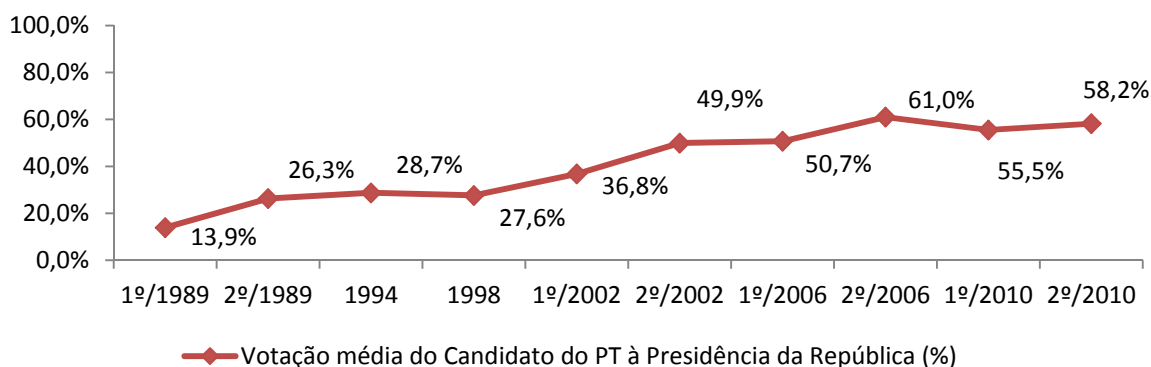
Em 2006, apenas 5 municípios do Estado apresentaram votações inferiores a 50% em Lula. Em 2010, 20 municípios apresentaram esses índices. Ou seja, apesar de a proporção de votos recebidas pelos candidatos à presidência do Partido dos Trabalhadores ter aumentado de forma considerável ao longo dos anos no Alagoas, da região o Estado continua sendo o que tem o cenário menos favorável a esses.

3.8.Sergipe

O Estado de Sergipe é o menor do Nordeste em número de municípios e em habitantes – cerca de 2,1 milhões. Apesar de pequeno o Estado, foi em 2006, o que apresentou o maior IFDM médio – 0,5499. Em relação à votação dos candidatos à presidência do PT o Estado do Sergipe tem um comportamento muito peculiar que pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 3.10

Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado de Sergipe



Fonte: Processamento da autora

Observe dois fenômenos estranhos, o primeiro deles é que a votação de 1994 foi superior à votação do segundo turno de 1989 – fato que não ocorreu em nenhum outro Estado. Além disso, a inclinação da ascensão da votação é bem inferior à dos outros Estados. Curiosamente, em 1989, as médias do Estado são inferiores às do Nordeste. Em 1994, 1998 e em 2002, as médias do Estado são maiores que as do Nordeste. Do segundo turno de 2002 em diante, as médias do Estado são inferiores às do Nordeste e o Estado sustenta as piores médias a partir de 2006.

Apesar desse fenômeno estranho, as votações dos candidatos do PT à Presidência da República crescem conforme ascendem os índices de desenvolvimento do Sergipe. Em 1991, o IDH médio dos municípios do Sergipe é de 0,5239 – o segundo maior da região. Em 2007, o IDH do Estado atinge 0,742. No primeiro turno de 1989, é registrada a pior votação do Estado e em 2006 faz-se o registro da melhor votação no Estado.

O Programa Bolsa Família chegou ao Sergipe assim como chegou aos outros Estados da região. No entanto, a proporção média de beneficiários por habitante dos municípios do Sergipe foi inferior à da média da região nos dois anos analisados – 2006 e 2010. Houve um incremento de 0,74% de um pleito para o outro – incremento esse acima da média dos municípios do Nordeste. Há uma possibilidade de o fato de a média de votação dos

municípios do Sergipe serem inferiores à média dos municípios do Nordeste estar relacionada a esse fato.

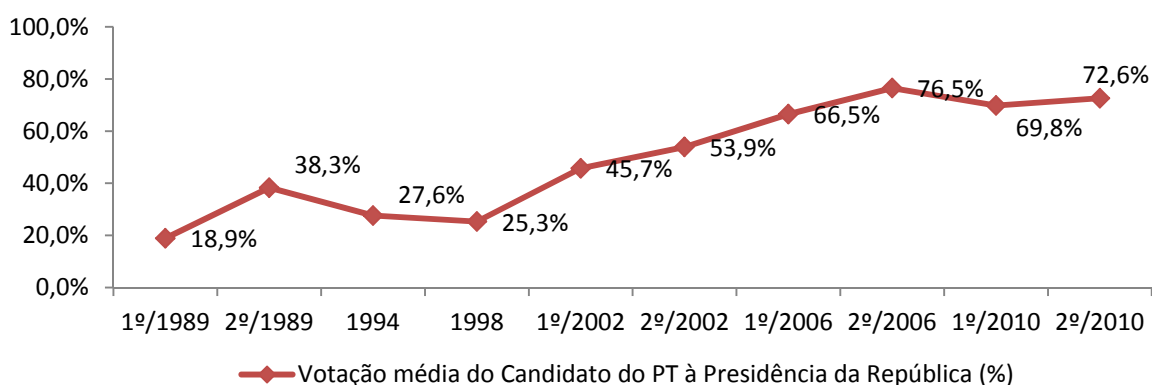
Em 2006, apenas 5 dos 75 municípios do Sergipe tiveram votação inferior à 50% em Lula. Em 2010, esse número chega a quatorze. O quadro de Sergipe demonstra que a popularidade dos candidatos do PT tem crescido no Estado, mas de forma mais lenta que na região. A substituição de Lula por Dilma nas eleições de 2010 fez com que o crescimento da votação no Estado que já era lento desse um passo para trás.

3.9. Bahia

A Bahia é o maior Estado do Nordeste em termos de quantidade de municípios e de população – 417 municípios e cerca de 17,1 milhões de habitantes. Apesar das grandes dimensões, a votação dos candidatos do PT à Presidência na Bahia não tem um comportamento muito fora do comum como é possível se observar no gráfico abaixo.

Gráfico 3.11

Votação média do candidato do PT à Presidência da República no Estado da Bahia



Fonte: Processamento da autora

A evolução dos candidatos do PT à presidência na Bahia é similar à do Maranhão, do Piauí e do Ceará. A menor votação da região foi registrada no primeiro turno de 1989, a votação sobe bastante no segundo turno de 1989, cai novamente em 1994 e torna a cair em

1998. A partir de 1998, a ascensão é contínua até 2010, quando acontece um pequeno declive.

Assim como os outros Estados da região, a votação em análise tende a crescer conforme crescem os índices de desenvolvimento dos municípios. Em 1991, a média do IDH dos municípios do Estado era de 0,5163 e em 1989 é registrada a menor votação média dos municípios do Estado. Em 2005, o IDH médio do Estado é 0,742 – o mesmo de Sergipe em 2007. Em 2006, é registrada a maior votação dos municípios da Bahia em candidatos do PT.

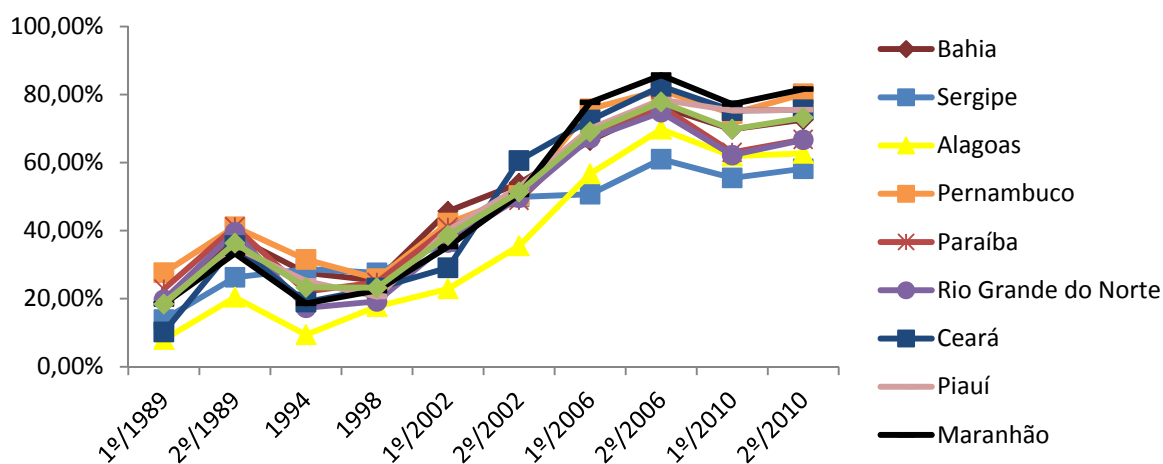
Em 2006, o Estado da Bahia tinha a menor proporção média de beneficiários do Programa Bolsa Família por habitantes dos municípios do Estado – 13%. Em 2010, esse número passa a 14,53%. Ou seja, há um incremento de 1,53%. Talvez a esse incremento se deva a pequena diminuição na votação entre 2006 e 2010.

Dos 417 municípios da Bahia, em 2010, apenas 8 apresentaram votação inferior à 50% em Dilma Rousseff. Em 2006, os municípios com votação menor que 50% eram apenas 2. Em um universo de 417 municípios tanto em 2010 quanto em 2006 o número de municípios com essa característica foi muito pequeno o que demonstra que os candidatos do PT à presidência da República são populares na Bahia.

3.10. Nordeste – uma região aparentemente homogênea

Apesar de a região ter um comportamento muito homogêneo a análise do comportamento dos Estados pode nos ajudar a compreender melhor a região em termos eleitorais. Abaixo segue um gráfico comparativo com a evolução da votação em todos os Estados do Nordeste.

Gráfico 3.12
Votação média por Estado



Fonte: Processamento da autora

O gráfico demonstra que a maioria dos Estados se assimila às médias do Nordeste na maioria do tempo. Todas as linhas de tempo têm um comportamento semelhante à da média do Nordeste o que demonstra que há sim um comportamento homogêneo, em geral. No entanto algumas inflexões nos deram pistas importantes sobre quais são os condicionantes da mudança dos padrões eleitorais do Nordeste.

Como vimos em todos os Estados a votação dos candidatos do PT à presidência cresce conforme se desenvolvem os municípios. A observação desse fenômeno é importante, pois desmitifica a questão de que o candidato do governo tende a ser mais votado em regiões menos desenvolvidas, uma vez que não é mais coerente falar em baixo desenvolvimento nos Estados do Nordeste. Verifica-se nos últimos anos uma tendência ao desenvolvimento em todos os Estados.

4. REGRESSÕES ESPACIAIS

Desde o primeiro capítulo desse trabalho usa-se a metodologia espacial para explicar o avanço do Partido dos Trabalhadores no Nordeste no que se trata de eleições para presidente. Esse capítulo pretende demonstrar que a utilização do Espaço contribui para a melhoria da análise. Essa demonstração se dá por meio da comparação de três modelos de regressão.

O Primeiro modelo de regressão é o Clássico que já foi utilizado no segundo capítulo na investigação de possíveis condicionalidades para o crescimento da votação de candidatos

do PT no Nordeste. O modelo clássico de regressão é o de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), esse modelo não usa a matriz de espacialidade para determinar nem os coeficientes das variáveis independentes explicativas, nem para calcular o poder explicativo das variáveis sobre a dependente em questão.

Quando o modelo de regressão mais adequado para explicar mudanças em uma variável dependente é o de Dependência Espacial significa que existem características semelhantes em municípios próximos ou vizinhos que decorrem de uma interação social que as teria difundido. E se esse modelo de interação for o terceiro, o modelo do Erro Espacial, significa que fatores estruturais de municípios atuando em conjunto ou isoladamente teriam causado uma dependência espacial entre eles.

Nossa análise para a adequação do melhor modelo se baseará em dois critérios: maior R^2 e menor Critério de Akaike; assim como em Terron (2009). O R^2 diz respeito a qual a proporção dos votos que consegue ser explicada pelas variáveis independentes. Tais modelos foram gerados pelo programa GeoDA, por isso a diferença nos valores dos coeficientes dos outros capítulos que foram gerados pelo SPSS. A diferença nos coeficientes não altera os resultados desse capítulo cujo objetivo é a comparação entre os três modelos e todos os modelos foram gerados no mesmo programa.

As regressões foram testadas na maioria das vezes com o segundo turno das eleições quando não há diferenças significativas entre o primeiro e o segundo turno – a análise dos turnos só é interessante em 2002. As variáveis independentes utilizadas para explicar as eleições dizem respeito a parâmetros de continuidade, urbanização, desenvolvimento, raça predominante, distância da capital do Estado e alcance do Programa Bolsa Família. Se em uma regressão simples essas variáveis são significantes a 1% elas serão usadas para traçar o comparativo entre os três modelos.

A primeira eleição analisada é a do 2º turno de 1989. A única variável significativa dentre as disponíveis é o IDH de 1991. A tabela seguinte mostra o comparativo entre os modelos.

Tabela 4.1

Tabela comparativa dos modelos de Regressão para o segundo turno de 1989

Modelo de Regressão	Clássico	Deslocamento Espacial	Erro Espacial
IDH 1991	1,06	1,00	1,00

R²	0,146	0,347	0,354
Critério de Akaike	-1452,13	-1799	-1806,28

Fonte:
Processamento da
autora

A tabela mostra que o modelo mais adequado para analisar as eleições de 1989 é o de Erro Espacial. Ou seja, existe algum fator que atuando em conjunto ou separadamente cria uma dependência espacial entre as variáveis em análise. Se isso for levado em consideração, o poder explicativo do IDH de 1991 sobre as eleições de 1989 fica bem maior.

A segunda eleição a ter seus modelos de regressão comparados é a de 1994. Essa já tem como variáveis independentes significantes a porcentagem de votos para Lula no segundo turno de 1989 (LUVS992), a proporção de não brancos no município (NONWHITE) e o IDH 1991.

Tabela 4.2

Tabela comparativa dos modelos de Regressão para a eleição de 1994

Modelo de Regressão	Clássico	Deslocamento Espacial	Erro Espacial
IDH 1991	0,260802	0,212709	0,233152
NONWHITE	0,00077	0,00036	0,000056
LUVS892	0,42694	0,34010	0,399403
R²	0,427	0,582	0,624
Critério de Akaike	-3222	-3695	-3813

Fonte: Processamento da autora

A tabela, assim como 1989, nos mostra que o modelo mais adequado é do Erro Espacial. Ou seja, continua havendo algum fator que causa dependência espacial. No entanto, o efeito da consideração desses erros espaciais na análise faz com que o poder explicativo do modelo seja bem maior elevando o R² de 0,427 a 0,624. Além disso, o a análise do índice B das variáveis demonstra que independente do modelo escolhido a votação de Lula no segundo turno de 1989 é o fator mais relevante na explicação da votação de 1994, seguida do IDH de 1991. A proporção de não brancos nos municípios é sempre o fator menos relevante na explicação em todos os modelos.

Na eleição de 1998, as variáveis IFDM, IDH e NONWHITE tiveram de ser retiradas do modelo porque o diagnóstico de colinearidade apontou que elas prejudicavam os modelos.

A colinearidade acontece quando duas variáveis são responsáveis por explicar a mesma questão da variável dependente. Diante desse fato, as melhores variáveis para montar os modelos explicativos das eleições de 1998 são a votação de Lula em 1994, a distância para a capital e a proporção de população rural em 2000. O que se percebe é que em todos os modelos a variável com maior poder explicativo é a votação de Lula em 1994, seguida pela proporção de população rural. A distância para a capital também é relevante para os modelos, mas menos que as outras duas variáveis. O poder explicativo das variáveis segue a mesma hierarquia independente do modelo usado, veja na tabela que segue.

Tabela 4.3.

Tabela comparativa dos modelos de Regressão para Eleição de 1998

Modelo de Regressão	Clássico	Deslocamento Espacial	Erro Espacial
LUVS94	0,517518	0,352395	0,418889
DIST_PCAPITAL	-0,00008	-0,00001	-0,00005
PORPOPRUR0	-0,00078	-0,00066	-0,00069
R²	0,430	0,631	0,649
Critério de Akaike	-3691	-4339	-4363

Fonte: Processamento da autora

Observando as tabelas percebemos que os sinais dos coeficientes são os mesmos em todos os modelos de regressão. Percebe-se também que o modelo de Erro Espacial é o mais correto uma vez que tem o maior R² e o menor critério de Akaike.

Tabela 4.4.

Tabela comparativa dos modelos de Regressão para o primeiro turno de 2002

Modelo de Regressão	Clássico	Deslocamento Espacial	Erro Espacial
LUVS98	0,809225	0,582709	0,745354
IDH 2000	0,091277	0,113484	0,121899
DIST_PCAPI	0,000103	0,000073	0,000054

R²	0,495	0,629	0,675
Critério de Akaike	-3386	-3852	-3999

Fonte: Processamento da autora

Observa-se que assim como 1998 não foram utilizadas todas as variáveis, isso se deu ou porque algumas delas são insignificantes para esse turno dessa eleição ou porque elas são causadoras de colinearidade. Observe que para esse turno em todos os modelos as variáveis obedecem a seguinte hierarquia de poder explicativo: a votação de Lula em 1998, o IDH de 2000 e a distância para a capital. Assim como no últimos casos explicados o r^2 é maior e critério de Akaike menor no modelo de Erro Espacial, o que indica que esse modelo é o mais preciso na explicação dessa eleição.

Tabela 4.5.

Tabela comparativa dos modelos de Regressão para o segundo turno de 2002

Modelo de Regressão	Clássico	Deslocamento Espacial	Erro Espacial
LUVS02	1,051406	0,883653	1,006164
CIVS02	0,468079	0,373153	0,347413
GAVS02	0,266289	0,230828	0,312564
R²	0,733	0,780	0,827
Critério de Akaike	-4191	-4501	-4788

Fonte:
Proce

ssamento da autora

Nessa eleição o que se percebe é que assim como nos outros turnos de outras eleições o melhor modelo explicativo é o do Erro Espacial, pois tem maior r^2 e menor critério de Akaike e que as variáveis explicativas – votação de Lula, Ciro e Garotinho no primeiro turno de 2002 – seguem a mesma ordem hierárquica de poder explicativo em todos os modelos.

Tabela 4.6.

Tabela comparativa dos modelos de Regressão para a Eleição de 2006

Modelo de Regressão	Clássico	Deslocamento Espacial	Erro Espacial
LUVS022	0,343056	0,218536	0,274891
ALCANCE	0,358780	0,227335	0,253465
R²	0,234	0,530	0,550
Critério de Akaike	-2904	-3626	-3660

Font

e: Processamento da autora

Nessa eleição, surge o fenômeno do programa Bolsa Família e todas as outras variáveis utilizadas em outros pleitos perdem significância ou se tornam colineares. O melhor modelo ainda é o de Erro Espacial e, ao contrário das outras eleições analisadas, o poder explicativo das variáveis se alternam hierarquicamente segundo o modelo. No modelo clássico o alcance do programa Bolsa Família é mais explicativo que a votação de Lula em 2002 e no modelo de deslocamento espacial também. No modelo de erro espacial, a votação de Lula em 2002 é mais explicativa da eleição de 2006 que o alcance do programa Bolsa Família.

Tabela 4.7.
Tabela comparativa dos modelos de Regressão para a Eleição de 2010

Modelo de Regressão	Clássico	Deslocamento Espacial	Erro Espacial
LUVS062	0,766911	0,523900	0,617929
PNPBF10	0,009294	0,006157	0,000649
R²	0,527	0,693	0,714
Critério de Akaike	-3723	-4399	-4431

Fonte: Processamento da autora

A eleição de 2010, assim como as outras em análise, tem como melhor modelo o do Erro Espacial e mantém a mesma ordem de poder explicativo das variáveis sendo a votação obtida por Lula no segundo turno de 2006 mais relevante do que o alcance do programa Bolsa Família em 2010 em todos os modelos.

Observando todas as eleições o que se percebe é que o modelo do Erro Espacial é o mais adequado a todas elas o que indica que existe sim um fator que atua individual ou de forma conjunta nos municípios causando uma dependência espacial. Como esse erro é estrutural ele permanece durante todas as eleições.

A utilização do multiplicador de lagrange para definir qual seria o modelo espacial mais adequado nesse trabalho poderia ser uma ferramenta interessante, no entanto, a versão do GeoDA utilizada não devolve esse resultado no output e rodar todos os modelos de novo não seria viável à pesquisadora.

Para identificar qual seria esse fator seria necessária outra pesquisa. No entanto, a identificação de que há sim um elemento espacial que faz diferença na análise das eleições basta para afirmar que a análise espacial não é inútil a esse desafio. Cumpre, portanto, os objetivos desse capítulo.

CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho era discutir os padrões geográficos eleitorais do Nordeste e compará-los com os do Brasil, investigar os condicionantes da votação dos nordestinos utilizando dados sobre a votação dos municípios da Região, verificar se há homogeneidade entre os Estados nordestinos e por fim investigar se a utilização de análise espacial para fazer esse tipo de investigação é válida ou não.

No primeiro capítulo desse trabalho, observa-se que ao contrário dos trabalhos que investigam os padrões geográficos eleitorais para o Brasil no mesmo período, ainda não se consolidou no nordeste um padrão regional de votação. O que aconteceu no nordeste foi um crescimento exacerbado na votação para os candidatos à Presidente do PT e isso não teve um comportamento local ou regional definido. O que acontece na região é uma votação regionalizada no primeiro turno seguida por uma votação com padrão de transição no segundo. Isso indica que existe sim uma tendência para a regionalização do voto no Nordeste assim como no país, mas que ainda precisa se consolidar.

No segundo capítulo, é feito um esforço explicativo da votação do Nordeste no Lula de 1989, de 1994, de 1998, de 2002 e de 2006 e na Dilma em 2010. O que se observa é que até o ano de 2006 o Nordeste ainda não era um território em que esses candidatos eram bem quistos.

Em 1989, Lula só foi bem votado em municípios de grande e médio porte de centros urbanos e principalmente em São Paulo, no Nordeste foi bem votado em municípios com o mesmo perfil que na região são poucos. Em 1994, Fernando Henrique Cardoso surgiu como salvador da pátria por conta da implantação do Plano Real e vence as eleições sem dar muitas chances para nenhum dos outros candidatos. A votação de Lula nesse pleito foi muito similar a de 1989, com destaque apenas para o surgimento de uma região favorável à Lula na Região do Vale do São Francisco. Em 1998, o clima permanecia favorável para FHC e as regiões menos desenvolvidas do Nordeste à época ainda seguiam a lógica de Zucco e votavam para o partido de situação.

Em 2002, tudo começa a mudar, FHC não pode mais se candidatar e lança como seu sucessor José Serra, que não consegue angariar a popularidade de Cardoso que à época estava

em baixa, pois a economia já não ia tão bem e enfrentávamos uma crise energética. Lula consegue angariar bastante voto no Nordeste nesse pleito principalmente graças à transferência de votos de dois de seus adversários no primeiro turno – Ciro Gomes e Garotinho. Além disso, graças à amenização de seu discurso que fez com que o povo acreditasse que o PT estava deixando de ser um partido radical – motivados pela Carta aos Brasileiros e pela aliança com o PL.

Em 2006, Lula enfrenta um dos maiores escândalos de corrupção que o Brasil já viveu, mas isso não afeta sua popularidade. Essa estava em alta graças ao sucesso de seu principal programa de governo – o Bolsa Família – e ao sucesso da economia. Esse trabalho atribuiu a alta votação em Lula nas eleições de 2006 ao simples fato de que o programa foi muito importante para o desenvolvimento econômico e humano da região estudada, dentre outros fatores, satisfeitos com seu desenvolvimento o eleitor apenas respondeu a isso com votos nas urnas para a manutenção do *status quo* que a eles era favorável. Diante da observação dessa eleição, conclui-se que o eleitorado nordestino é nada mais e nada menos que racional e responsivo.

Em 2010, ocorre um fenômeno inédito, pela primeira vez desde que o brasileiro superou a ditadura o povo não tem Lula como uma opção de voto. Dilma é lançada como a sucessora de Lula e apesar de sua figura desconhecida consegue angariar boa parte dos votos que eram atribuídos a Lula em outros períodos. A região tinha se desenvolvido ainda mais desde 2006 e o povo aparentemente continuava satisfeito com a política de governo do PT e por isso optou por Dilma em 2010.

No terceiro capítulo, aborda-se a mesma questão do segundo, porém com um enfoque estadual com o objetivo de perceber se existem diferenças marcantes entre os Estados na votação que os candidatos do PT à presidência alcançaram ao longo dos anos. O que se observa é que o Estado em que esses candidatos sempre tiveram maior rejeição é o Alagoas e nas últimas eleições no Sergipe e que a votação nos Estados assim como nos municípios nordestinos em geral acompanhou o desenvolvimento municipal. Ainda existem casos de municípios que apesar de serem cercados de outros que tem altos índices de votação nos candidatos em questão permanecem aplicando sua lógica de pressões políticas municipais para escolher os candidatos aos cargos de governador e de presidente, como é o caso de Viçosa do Ceará. Esse município foi o único no Ceará em que os candidatos do PSDB venceram Lula ou Dilma em 2006 e 2010.

No quarto capítulo, faz-se uma investigação final da validade das análises espaciais utilizadas nesse trabalho e chega-se à conclusão de que ela é satisfatória uma vez que o modelo de erro espacial é sempre mais válido que o clássico.

Diante de tantas observações, o que se percebe é que a votação dos candidatos do PT no Nordeste sempre esteve de alguma forma atrelada ao desenvolvimento, à princípio quando oposição só eram votados em municípios mais desenvolvidos, quando conseguiram vencer passaram a ser votados por regiões que se desenvolveram mais em seu pleito. O Programa Bolsa Família é um dos grandes responsáveis pelo fenômeno eleitoral do Nordeste, atualmente, é um programa que colabora muito para o desenvolvimento da Região. Os impactos do programa no Nordeste dizem respeito ao fato de ser essa a região em que maiores recursos do programa são despendidos e porque era a região que mais necessitava desse tipo de investimento. Quando se planta uma árvore frutífera no meio de um pomar a diferença quase não se faz sentir, mas quando essa árvore é plantada no meio de um deserto ela pode fazer uma revolução. O Programa ainda possui alguns defeitos como algumas fraudes no cadastro das famílias e a falta de autonomia que ele causa às prefeituras que tem o programa como quase a única renda municipal. No entanto, é impossível negar que o programa modificou a vida de muita gente no Nordeste e no Brasil como um todo.

Sendo o programa a principal bandeira do Partido, quando o assunto é administração pública federal, as perspectivas de perpetuar no poder com esse programa podem estar fadadas aos seus resultados ou a dependência dos eleitores desses. Em matéria publicada, no dia 9 de maio de 2013, na Revista Forum, 12% dos beneficiários do Bolsa Família no Brasil afirmaram ter ultrapassado a renda de R\$140,00 – renda máxima para receber os benefícios do programa. Isso indica que esse tipo de programa, se continuar surtindo efeito, poderá está fadado à diminuição de importância. Ou seja, surgirão outras demandas que exigirão outros programas que colocarão outros grupos políticos no poder e eis o ciclo da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGOAS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013.
Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Alagoas&oldid=36411281>>.
Acesso em: 24 jul. 2013.

BAHIA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013.
Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Bahia&oldid=36454160>>.
Acesso em: 24 jul. 2013.

CEARÁ. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013.
Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Cear%C3%A1&oldid=36437180>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

FIGUEIREDO, M. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. 2ª edição ed. Rio de Janeiro: UFMG, 2008. v. Ip. 1–237

FONTENELE, E. **Viçosa do Ceará: Política e Poder**. 1ª edição ed. Fortaleza, CE: [s.n.].

HUNTER, W.; TIMOTHY, J.; SILVA, L. Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy and the Brazilian Elections of 2006. **Latin American Politics and Society**, v. 49, p. 1–30, 2006.

Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Disponível em:
<<http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

MARANHÃO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013.
Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Maranh%C3%A3o&oldid=36479944>>.
Acesso em: 24 jul. 2013.

MARQUES, R. M. et al. Discutindo o papel do Programa Bolsa família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 113, p. 114–132, 2009.

MIGUEL, L. F. Retrato de uma ausência : a mídia nos relatos da história política do Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 20, n. 39, p. 190–199, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Avaliação de Políticas e Programas do MDS: resultados: Bolsa Família e Assistência Social**. Vol.2. ed. Brasília-DF: [s.n.]. v. 2p. 412 p.

PIAUI. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013.

Disponível em:

<<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Piau%C3%AD&oldid=36468334>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 304–332, nov. 2011.

RIO GRANDE DO NORTE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Rio_Grande_do_Norte&oldid=36485197>. Acesso em: 24 jul. 2013.

SANTOS, W. G. DOS. **Grotões e Coronéis vivem de estatística**. Disponível em:

<<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=43176>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

SERGIPE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013.

Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Sergipe&oldid=36371701>>.

Acesso em: 24 jul. 2013.

SINGER, A. (ORG). **Sem medo de ser feliz: Cenas de Campanha**. 1ª Edição ed. São Paulo-SP: SCRITTA OFICINA EDITORIAL, 1990. p. 1–121

SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 269–301, nov. 2008.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras - Texto para discussão N°1424**. 1ª. ed. Brasília-DF: IPEA, 2009. p. 1–41

TERRON, S. L. **A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil : Uma Análise das Votações de Lula**. [s.l.] IUPERJ, 2009.

Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

ZUCCO, C. The President's "New" Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections. **Journal of Latin American Studies**, v. 40, n. 01, p. 19–49, 1 fev. 2008.